



Universidade de Brasília (UnB)
Centro de Desenvolvimento Sustentável (CDS)
Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável

Marília Cerqueira Soares Martins Souto

**O Nexo Segurança Alimentar e Nutricional e Empoderamento Feminino:
Contribuições para a Agenda do Desenvolvimento Sustentável**

Brasília – DF
Setembro, 2022

Marília Cerqueira Soares Martins Souto

**O Nexo Segurança Alimentar e Nutricional e as Empoderamento Feminino:
Contribuições para a Agenda do Desenvolvimento Sustentável**

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável da Universidade de Brasília, como requisito para a obtenção do grau de Mestra em Desenvolvimento Sustentável. Área de Concentração: Política e Gestão da Sustentabilidade.

Orientadora: Prof^a. Dra. Cristiane Gomes Barreto

Coorientadora: Prof^a. Dra. Flaviane Canavesi

**Brasília – DF
Setembro, 2022**



Dissertação de autoria de Marília Cerqueira Soares Martins Souto, intitulada “O Nexo Segurança Alimentar e Nutricional e Empoderamento Feminino: Contribuições para a Agenda do Desenvolvimento Sustentável”, apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Desenvolvimento Sustentável da Universidade de Brasília, em setembro de 2022, defendida e aprovada pela banca examinadora abaixo assinada:

Prof^ª. Dra. Cristiane Gomes Barreto
Orientadora
(Centro De Desenvolvimento Sustentável) – UnB

Prof^ª. Dra. Doris Aleida Villamizar Sayago
(Centro de Desenvolvimento Sustentável) - UnB

Prof^ª. Dra. Daniela Nogueira Soares
Pesquisadora colaboradora
(Centro de Desenvolvimento Sustentável) – UnB

Brasília
2022

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer a todos os que contribuíram para a realização desta pesquisa, direta ou indiretamente.

Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ) pelo apoio ao projeto Nexus, proporcionando a realização deste trabalho, por meio do financiamento desta pesquisa.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pelo financiamento desta pesquisa no seu último ano de realização.

Ao corpo docente Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável da Universidade de Brasília (PPG-CDS), pelo suporte, paciência e compreensão durante o período de pandemia, e por todas as matérias e eventos que me trouxeram novos conhecimentos.

Às professoras doutoras pela orientação e coorientação, essenciais à qualidade da pesquisa.

Ao Núcleo de Agroecologia da Universidade de Brasília (NEA – UnB), por me proporcionar tantos conhecimentos e vivências fundamentais à minha formação enquanto pesquisadora.

À banca examinadora da qualificação do projeto, cujos apontamentos aperfeiçoaram o projeto e o instrumento de coleta de dados.

Às agricultoras que me receberam em suas residências, compartilharam suas histórias e vivências, com paciência e alegria, confiando em mim para transformar esses relatos em um estudo científico.

Aos meus pais, Elizabete e Elvecio, por todo o suporte emocional, estrutural e financeiro durante toda a minha trajetória acadêmica, me proporcionando acesso aos melhores recursos possíveis para que eu pudesse me concentrar nos meus estudos com tranquilidade.

Às minhas irmãs, sobrinha, prima e tia, Mariana, Julia, Manuela, Valéria e Roberta, cujo suporte e incentivo foram essenciais para que eu mantivesse minha autoconfiança.

Ao meu companheiro, Brunno, que esteve ao meu lado durante os momentos desafiadores e sempre me manteve segura de minha capacidade.

Aos meus melhores amigos, Bernardo e Thaís, pela escuta, incentivo, acolhimento e companheirismo tão necessários nesta caminhada.

À espiritualidade, que sempre me acompanha, me mantém em segurança e equilíbrio, e tranquiliza meu coração.

A todos os colegas, professoras e professores, pesquisadoras e pesquisadores, aos quais guardo profunda admiração, que me proporcionaram acesso a tantos conteúdos necessários, que mudaram minha perspectiva sobre as relações entre a natureza e os seres humanos.

A todos, meu muito obrigada, todos desempenharam papéis fundamentais para que eu conseguisse chegar até aqui.

SOUTO, Marília Cerqueira Soares Martins. **O Nexo Segurança Alimentar e Nutricional e Empoderamento Feminino: Contribuições para a Agenda do Desenvolvimento Sustentável.** 2022. Dissertação (Mestrado) – Universidade de Brasília, Brasília, 2022.

RESUMO

A Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU) é composta por 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS). O ODS 2 visa alcançar a Segurança Alimentar e Nutricional (SAN), já o ODS 5 visa alcançar a igualdade de gênero e o empoderamento feminino. A Agenda foi pensada para que a aplicação dos 17 ODS fosse feita de forma integrada, pois os objetivos guardam relações entre si. Nesse sentido, algumas linhas de pesquisa utilizam a abordagem Nexus para analisar as interações existentes entre os diferentes ODS. Este trabalho contribuiu para a análise das interações entre os ODS 2 e 5, por meio de um estudo de caso. A pesquisa objetivou verificar se a implementação de ações de promoção da SAN, executadas no DF por meio do II Plano Distrital de SAN (PDSAN), influenciou no empoderamento de nove agricultoras de duas comunidades agrícolas do Distrito Federal (DF), o pré-assentamento Chapadinha e o assentamento Pequeno William. Sendo assim, foram feitas pesquisas bibliográficas, em legislações e em documentos oficiais; consultas aos órgãos executores dos programas de compras institucionais, por meio de plataformas governamentais; e entrevistas abertas com nove agricultoras. As entrevistas foram analisadas por meio do método da hermenêutica. As principais ações de SAN para a agricultura familiar levantadas na análise do II PDSAN foram: políticas de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER), garantia do acesso à água; incremento dos programas de compras institucionais; incentivo às organizações coletivas; e regularização fundiária. As entrevistas demonstraram um histórico de dificuldade de acesso à terra e à água, o que limita a produção de algumas agricultoras, e as impede de fornecer para os programas de compras institucionais. Foi possível concluir que as ações de SAN aqui analisadas, potencializaram o empoderamento das mulheres entrevistadas. No entanto, tais ações poderiam ser mais eficazes, caso fossem acompanhadas de políticas de garantia de segurança hídrica.

Palavras-Chave: Políticas públicas; Nexus; Empoderamento feminino; Agricultura familiar; Estudo de caso; Distrito Federal.

ABSTRACT

The United Nations (UN) 2030 Agenda is composed of 17 Sustainable Development Goals (SDGs). SDG 2 aims to achieve Food and Nutrition Security (FNS), while SDG 5 aims to achieve gender equality and female empowerment. The Agenda was designed so that the application of the 17 SDGs could be carried out in an integrated manner, as the objectives are related to each other. In this sense, some lines of research use the Nexus approach to observe the interactions between the different SDGs. This work contributed to the analysis of the interactions between SDGs 2 and 5, through a case study. The research aimed to verify if the implementation of SAN promotion actions, carried out in the DF through the II District SAN Plan (PDSAN), influenced the empowerment of nine female farmers from two agricultural communities in the Federal District (DF), the pre-settlement Chapadinha and the Pequeno William settlement, in 2021. Therefore, bibliographic research, legislation and official documents were carried out; consultations with the agencies responsible for the implementation of institutional procurement programs, through government platforms; and open interviews with nine female farmers. The interviews were analyzed using the hermeneutic method. The main SAN actions for family farming found in the analysis of the II PDSAN were: Technical Assistance and Rural Extension (TARE) policies, actions warranty of water access; increase in institutional procurement programs; incentive to collective organizations; and land regularization. The interviews showed a history of difficult access to land and water, which limits the production of some of the female farmers, and prevents them from providing for institutional purchase programs. It was possible to conclude that the FNS actions analyzed here potentiated the empowerment of the women interviewed. However, such actions could be more effective if they were accompanied by water security guarantee policies.

Key words: Public policies; Nexus; Female empowerment; Family farming; Case study; Federal District.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1: Estrutura da Estratégia Fome Zero.....	27
Figura 2: Eixos, Programas e Ações da Estratégia Fome Zero	30
Figura 3: Instrumentos legais para o direito humano à alimentação adequada, no Brasil, e suas funções.....	31
Figura 4: Organização das Políticas de Segurança Alimentar e Nutricional por entes federativos	31
Figura 5: Linha do tempo principais eventos e políticas para a agricultura familiar do DF	42
Figura 6: Interações entre os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável 2 e 5.....	67

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Relação dimensões Segurança Alimentar e Nutricional e diretrizes do II Plano Distrital de Segurança Alimentar e Nutricional	48
Gráfico 2: Desempenho do Programa de Aquisição de Alimentos com Compra com Doação Simultânea entre 2016 e 2019	58
Gráfico 3: Evolução orçamentária da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural entre 1995 e 2018:	59
Gráfico 4: Evolução orçamentária da Política Nacional de Reforma Agrária entre 2000 e 2018	59
Gráfico 5: Evolução orçamentária do Plano Safra da Agricultura Familiar desde a safra 2000/2001 até 2018/2019	60
Gráfico 6: Evolução orçamentária Pronaf desde a safra 2000/2001 até 2018/2019.....	60

LISTA DE MAPAS

Mapa 1: Localização pré-assentamento Chapadinha.....	21
Mapa 2: Localização do Assentamento Pequeno William	23

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Dimensões dos conceitos de Segurança Alimentar e Nutricional	28
Quadro 2: Beneficiários por grupos de acordo com o plano Safra 2020/2021.....	35
Quadro 3: Dimensões da SAN e diretrizes do II Plano Distrital de Segurança Alimentar e Nutricional.....	45
Quadro 4: Temas e metas do II Plano Distrital de Segurança Alimentar e Nutricional com potencial de impacto na agricultura familiar. As metas que estão em negrito abordam temas relacionados aos programas de compras institucionais.	49
Quadro 5: Execução dos programas de compras institucionais do Distrito Federal em 2020 e 2021	56
Quadro 6: Informações sobre o perfil das entrevistadas.....	77
Quadro 7: Políticas públicas abordadas e suas classificações	78

LISTA DE SIGLAS

Abastecimento Agroalimentar (AAG)
Acesso à Alimentação (AAL)
Agricultura Familiar (AF)
Apoio ao Desenvolvimento do Setor Agropecuário (ADSP)
Área de Proteção Ambiental (APA)
Assessoria Técnica Social e Ambiental à Reforma Agrária (ATES)
Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER)
Associação de Crédito e Assistência Rural (ASCAR)
Associação dos Trabalhadores e Agricultores Familiares da Chapadinha (ASTRAF)
Banco Asiático de Desenvolvimento (ADB)
Centros de Referências em Assistência Social (CRAS)
Compra com Doação Simultânea (CDS)
Confederação Nacional de Trabalhadores na Agricultura (CONTAG)
Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA)
Conselho Internacional de Ciência (ISC)
Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP)
Desenvolvimento da Agricultura Irrigada (DAI)
Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA)
Distrito Federal (DF)
Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do DF (Emater – DF)
Empresas de Assistência Técnica e Extensão Rural (Ematers)
Estratégia Fome Zero (EFZ)
II Plano Distrital de SAN (II PDSAN)
Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA)
Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN)
Manual de Crédito Rural (MCR)
Minas Gerais (MG)
Ministério da Cidadania (MC)
Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA)
Movimento de Mulheres Camponesas (MMC)
Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST)
Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS)
Organização das Nações Unidas (ONU)
Organização Internacional do Trabalho (OIT)
Plano Distrital de SAN (PDSAN)
Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA),
Plano Nacional de SAN (PLANSAN)
Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM)
Política de Garantia de Preços Mínimos para Produtos da Sociobiodiversidade (PGPM-Bio)
Política Nacional De Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER)
Política Nacional de SAN (PNSAN)
Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PNSAN)
Povos e Comunidades Tradicionais (PCTs)
Produção Agroecológica Integrada e Sustentável (PAIS),
Produto Interno Bruto (PIB)
Programa Bolsa Família (PBF)
Programa de Alimentação Escolar do DF (PAE – DF)

Programa de Aquisição da Produção da Agricultura (PAPA/DF)
Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)
Programa de Garantia de Preços para a Agricultura Familiar (PGPAF)
Programa de Provisão Alimentar Institucional (PROVISAN)
Programa de Racionalização da Produção de Alimentos Básicos (PROCAB)
Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)
Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf)
Programas de Atenção Integral às Famílias (PAIF)
Proteção e Promoção dos Povos Indígenas (PPPI)
Quebradeiras de Coco Babaçu no Norte-Nordeste (MIQCB),
Recursos Pesqueiros Sustentáveis (PRPS)
Secretaria de Agricultura, Abastecimento e Desenvolvimento Rural do DF (SEAGRI – DF)
Secretaria de Desenvolvimento Social (SEDES)
Secretaria de Estado de Educação do DF (SEEDF),
Segurança Alimentar e Nutricional (SAN)
Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE)
Sistema Eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão do DF (e-SIC/DF)
Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN)
Stockholm Environment Institute (SEI)
Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)
Universidade de Brasília (UnB)
Urbanização, Regularização Fundiária e Integração de Assentamentos Precários (URFIAP)

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	13
CONTEXTUALIZAÇÃO.....	15
DISTRITO FEDERAL	18
ÁREAS DE ESTUDO.....	21
CAPÍTULO 1 – POLÍTICAS DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL E INCENTIVOS À AGRICULTURA FAMILIAR NO BRASIL E NO DISTRITO FEDERAL	25
CAPÍTULO 2 – INFLUÊNCIA DAS POLÍTICAS DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL NO EMPODERAMENTO DE MULHERES AGRICULTORAS DAS COMUNIDADES AGRÍCOLAS CHAPADINHA E PEQUENO WILLIAM	64
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	110
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	112
APÊNDICE A: ROTEIRO ENTREVISTA	124
ANEXO A: TERMOS DE USO DE IMAGEM E SOM	128
ANEXO B: TERMOS DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO	129

Apresentação

Este estudo faz parte do projeto de pesquisa “Agroecologia no Cerrado: governança, gestão integrada e inovações em segurança hídrica, alimentar e energética”, realizado em parceria com o Núcleo de Agroecologia da Universidade de Brasília (NEA – UnB) e apoiado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), por meio da chamada MCTIC/CNPq N.º 19/2017 – Nexus I: Pesquisa e Desenvolvimento em Ações Integradas e Sustentáveis, para a Garantia da Segurança Hídrica, Energética e Alimentar nos Biomas Caatinga e Cerrado. A participação no projeto proporcionou leituras que despertaram um interesse em políticas de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN). Por outro lado, interesses pessoais na temática do feminismo e do empoderamento feminino, e a admiração pelo Movimento de Mulheres Camponesas (MMC) motivaram a observação das relações de gênero em comunidades agrícolas.

A abordagem *Nexus* objetiva analisar as interações existentes entre as seguranças hídrica, energética e alimentar, a fim de identificar sinergias e *trade-offs* entre elas (NILSSON; GRIGGS; VISBECK, 2016). No entanto, algumas linhas de pesquisa a utilizam para verificar interações entre os diferentes ODS da Agenda 2030 (LIU et al., 2018). Nesse sentido, as pesquisas que analisam as interações entre os ODS 2 e 5, demonstraram que o aumento do empoderamento feminino no campo é diretamente proporcional à melhoria da SAN e da produtividade agrícola. Entretanto, existem poucas pesquisas que buscam compreender de que forma a promoção das diferentes dimensões da SAN pode interagir com o empoderamento feminino no campo (TAYLOR, 2017).

Dessa forma, este trabalho contribuiu para o preenchimento desta lacuna, por meio de um estudo de caso. O estudo buscou analisar as interações entre o ODS 2 (que aborda a temática da fome, da SAN, e da agricultura familiar sustentável), e o ODS 5 (que aborda a temática da igualdade de gênero e do empoderamento feminino). Para isso, a pesquisa buscou responder à seguinte pergunta: a promoção das diferentes dimensões da SAN, por meio de políticas públicas, pôde favorecer o empoderamento feminino de mulheres agricultoras no Distrito Federal (DF)? A hipótese principal é a de que ações promotoras da SAN, por meio de políticas públicas no DF, favoreceram o empoderamento das agricultoras familiares entrevistadas.

A proposta foi, então, observar as políticas de SAN com “*lentes de gênero*”, buscando compreender se, no caso estudado, existem interações entre as duas temáticas. Sendo assim, o

objetivo da pesquisa é compreender se houve influência da promoção das dimensões da SAN, por meio de políticas públicas, no empoderamento das mulheres entrevistadas. Para alcançar tal objetivo, o II Plano Distrital de SAN (PDSAN) foi analisado, a fim de levantar as políticas de promoção da agenda de SAN voltadas para a agricultura familiar vigentes no DF em 2021, compreendendo a quais dimensões do conceito brasileiro de SAN elas estão alinhadas. Posteriormente a execução das políticas de compras institucionais em 2021 foi verificada, em função do destaque que elas tiveram entre as metas do II PDSAN. Por fim, para verificar se há interação entre as políticas levantadas e as relações de gênero para a amostra estudada, foram levantadas as principais dificuldades relacionadas à questão de gênero vivenciadas pelas entrevistadas enquanto mulheres agricultoras, analisando se as ações e políticas de SAN levantadas influenciaram o empoderamento feminino nas unidades familiares estudadas.

O trabalho foi dividido em cinco seções: a apresentação da pesquisa, na qual são apresentados a problemática de pesquisa, a pergunta, a hipótese, os objetivos e os métodos; a contextualização, composta pela revisão e discussão da literatura, demonstrando o estado da arte sobre o tema da interação existente entre políticas públicas de Segurança Alimentar e Nutricional e o empoderamento feminino, sob a perspectiva da integração entre os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030; o capítulo 1, que se trata de um apanhado histórico das políticas de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) no Brasil no século XXI, da identificação das políticas de SAN vigentes no Distrito Federal (DF) em 2021, por meio da análise do II Plano Distrital de SAN, e da verificação da execução das políticas de compras institucionais em 2021; o capítulo 2, que traz um estudo de caso realizado com 9 mulheres do Assentamento Pequeno William e do pré-assentamento Chapadinha, e, por fim, as considerações finais.

Contextualização

A agricultura familiar é o setor responsável pelo abastecimento interno no Brasil. Ao longo da história brasileira, esse setor foi excluído das prioridades governamentais, o que gerou o aumento da pobreza rural, a concentração de renda e de terras, e o aumento dos índices de êxodo rural, da desigualdade social e da fome. A partir de 2003, o governo federal brasileiro colocou o combate à fome e à pobreza no centro de sua agenda política, criando diversas políticas públicas de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) que favoreceram a agricultura familiar, reconhecendo assim, sua relevância para o abastecimento interno do País e para o alcance da SAN. Essas políticas tiveram o intuito de reparar as causas estruturais e emergenciais da fome no Brasil, e tiveram um impacto positivo para os agricultores familiares, que passaram a ter suporte técnico de qualidade, novos canais de escoamento de sua produção, acesso a crédito, terra, entre outros recursos (MAPA, 2019; SCHMITT; GRISA, 2013;).

Na agricultura familiar, as relações familiares influenciam na determinação das tarefas realizadas pelos indivíduos na produção agrícola (SILVESTRO *et al.*, 2001). Dessa forma, às mulheres agricultoras são atribuídas tarefas relacionadas ao cuidado com os outros membros da família; à alimentação, ao cultivo de hortas em seus quintais, à plantação para autoconsumo e comercialização; à produção de alimentos em maior escala nos canteiros, para a comercialização; à coleta de água, quando necessário; ao trato de animais, principalmente os de pequeno porte; à transformação de alimentos (bolos, geleias, pães), entre outras (HEREDIA; CINTRÃO, 2006).

O trabalho realizado por essas mulheres é sistematicamente invisibilizado, sendo frequentemente visto como apenas uma ajuda, muitas vezes até por elas mesmas, o que causou e ainda causa diversas consequências negativas para elas nos âmbitos social e econômico, como, por exemplo: o atraso na conquista de direitos trabalhistas e previdenciários, menor acesso a crédito, dificuldade de acesso à terra, dificuldade de acesso às políticas agrícolas, além de todas as questões nos âmbitos privados de suas residências, como violências psicológicas e físicas, entre outras (RAMOS, 2014). Nesse sentido, algumas pesquisas investigam estratégias que tenham o potencial de contornar essas disparidades de gênero. Segundo Quisumbing e Meizen-Dick (2001), o aumento do empoderamento feminino é uma dessas estratégias, e pode ser potencializado por meio do fornecimento de recursos básicos para essas mulheres. As autoras sugerem o fortalecimento da base de ativos das mulheres agricultoras, fornecendo-lhes acesso aos capitais natural, físico, humano, social, financeiro e político. O capital natural é composto pelos recursos naturais, como a terra, água, insumos para plantação e outros recursos

naturais; o capital físico trata de recursos como casas, acesso a serviços de saúde, infraestrutura, transporte, eletricidade e outras tecnologias; o capital humano está relacionado à educação e aos conhecimentos técnicos; o capital social trata de organizações coletivas de mulheres, associações e cooperativas; o capital financeiro abrange o acesso a recursos financeiros; e o capital político refere-se às bases legais e institucionais que lhes proporcionem o alcance de todos esses outros ativos.

Tão relevante são as pautas da igualdade de gênero e do alcance da SAN, que ambos os temas estão contemplados na Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU), que se trata de um plano de ação global, que envolve 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS). A erradicação da fome e o alcance da igualdade de gênero são temas dos ODS 2 e 5, respectivamente. A agenda 2030 traz uma estrutura que contém muitas orientações, sendo algumas delas potencialmente divergentes e outras potencialmente convergentes, tanto na esfera econômica, quanto na social e na ambiental. Dessa forma, para acelerar o alcance da agenda 2030, é interessante que as convergências entre os objetivos sejam potencializadas e as divergências minimizadas. Sendo assim, diversas pesquisas têm buscado analisar os ODS de forma integrada (KROLL; WARCHOLD; PRADHAN, 2019).

De acordo com Taylor (2017), o impacto positivo que o ODS 5 tem para o alcance do ODS 2 é objeto de muitas pesquisas. No entanto, poucos estudos buscaram analisar se essa relação é bidirecional e, caso seja, de que forma a promoção das diferentes dimensões da SAN (ODS 2) pode colaborar para o empoderamento feminino (ODS 5). Além disso, o autor incentiva a análise de interações que não são necessariamente intuitivas, por meio de estudos de caso (TAYLOR, 2017).

Pesquisas que estudam a relação entre o empoderamento feminino no campo e a SAN concluíram que quando as disparidades de gênero são minimizadas, os índices de SAN das comunidades aumentam, demonstrando que o aumento do empoderamento feminino também é uma estratégia para alcançar a SAN (TAYLOR, 2017). A pesquisa conduzida pelo *Stockholm Environment Institute* (SEI), realizou uma revisão de literatura acerca do tema, e encontrou indícios de que as casas chefiadas por mulheres são mais suscetíveis a sofrerem com a insegurança alimentar¹. A pesquisa também concluiu que as relações de gênero favorecem os homens da família, famílias em situação de vulnerabilidade tendem a favorecer os homens na

¹ Uma pesquisa conduzida no Quênia, em 2013, demonstrou que as mulheres dependem mais da agricultura para incrementar a renda, e, conseqüentemente, a alimentação de suas famílias, enquanto os homens têm mais possibilidades de encontrar outras fontes de recursos para complementar a renda familiar (TAYLOR, 2017).

hora de distribuir os alimentos entre seus membros. Dessa forma, a pesquisa sugere que o impacto que o empoderamento feminino tem na SAN pode ser uma das estratégias para engajar os governos a investirem em políticas com viés de gênero (TAYLOR, 2017).

Segundo um relatório do Banco Asiático de Desenvolvimento (ADB), de 2013, sobre igualdade de gênero e SAN, o alcance da equidade de gênero é o fator determinante mais importante para a conquista da SAN (EIGE, 2012). A compreensão do papel das desigualdades de gênero em geral, e dessas disparidades de gênero na agricultura, em particular, é fundamental para o alcance da SAN. Isso se dá devido ao papel vital das mulheres agricultoras para a segurança alimentar e nutricional de suas famílias e de suas comunidades (EIGE, 2012).

Um estudo conduzido nas Filipinas demonstrou que iniciativas periurbanas que buscaram empoderar mulheres rurais obtiveram resultados promissores no que tange à segurança alimentar e nutricional das comunidades (OFRENEO; HEG, 2016). Um relatório da Organização Internacional do Trabalho (OIT) sugeriu que o empoderamento das mulheres rurais poderia contribuir significativamente para a redução da pobreza e da fome em países em desenvolvimento (OIT, 2012). Segundo o relatório, na África, as mulheres produzem 80% dos alimentos, mesmo possuindo menos acesso a recursos. Elas recebem apenas 7% dos serviços de extensão rural, menos de 10% do crédito fornecido aos agricultores familiares e possuem apenas 1% da posse de terras (OIT, 2012).

Uma pesquisa conduzida na Guatemala mostrou que as políticas implementadas no campo vêm priorizando projetos voltados às mulheres rurais, garantindo assim, a SAN das comunidades locais e a preservação do meio ambiente (FREITAS; PEIXOTO; MARTIN, 2020). Outra pesquisa, conduzida na Colômbia, constatou que os índices de empoderamento das mulheres rurais do país melhoraram, mas que ainda são menores do que as mulheres que vivem no contexto urbano. A pesquisa concluiu que a política econômica é determinante para o empoderamento feminino na Colômbia, e que a melhora dessa situação implica no fornecimento mais amplo de crédito, acesso a serviços de saúde e educação (BOTELLO-PEÑALOZA; GUERRERO-RINCÓN, 2017). Uma outra pesquisa conduzida no México, Brasil e Cuba, constatou que as mulheres tendem a ser as principais responsáveis pela gestão dos recursos naturais no âmbito rural, em razão da sua função social de prover o alimento para suas famílias. A pesquisa constatou que elas contribuem para a diversificação e associação de cultivos, manejo de pragas, semeadura e conservação do solo. As autoras constataram a necessidade de valorização das pequenas propriedades rurais com abordagens sensíveis a gênero, em razão de sua importância para a preservação da agrobiodiversidade (LISBOA; LUSA, 2010).

Apesar de se encontrarem em menor quantidade, existem algumas pesquisas que já vêm colaborando para o preenchimento da lacuna na literatura referente à relação entre a implementação de políticas de SAN (ODS 2) e o empoderamento feminino (ODS 5). Segundo uma pesquisa feita em diversos países asiáticos, os impactos específicos dos programas governamentais sobre a vida das mulheres são amplamente ignorados, uma vez que esses programas não tendem a reconhecer as particularidades femininas. Dessa forma, no caso da Ásia, as mulheres acabam tendo dificuldade para acessar programas governamentais (EIGE, 2012). Essa pesquisa utilizou a perspectiva de gênero em uma avaliação de programas de transferência de renda, obras públicas, transferência de ativos, alimentação escolar, financiamentos e seguros. O estudo concluiu que as desigualdades de gênero estão tão enraizadas nas normas culturais e sociais asiáticas que, se essas normas não forem alteradas ao mesmo tempo em que as políticas de SAN são implementadas, os benefícios para as mulheres e meninas podem ser significativamente limitados (EIGE, 2012).

Uma pesquisa conduzida em Sergipe, em 2015, concluiu que a política estadual de SAN constituiu uma das ferramentas de diminuição das desigualdades relacionadas a gênero no campo. Foi observada uma melhora na qualidade de vida das mulheres agricultoras que participaram do estudo (TEIXEIRA, 2015). O estudo concluiu que a política estadual de SAN de Sergipe foi importante para a valorização da mulher camponesa, sua independência financeira e incentivou o associativismo entre as mulheres (TEIXEIRA, 2015). Outro estudo, conduzido no Ceará, concluiu que o acesso ao Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) proporcionou um aumento da produção das mulheres agricultoras do assentamento analisado, agregou valor aos seus produtos e as manteve incentivadas a produzir mais (AUGUSTO; LIMA, 2018). As mulheres passaram a ter certeza de que conseguiriam escoar sua produção, parando de depender de atravessadores, conseguindo, assim, vender seus produtos a um preço justo e melhorar sua renda (AUGUSTO; LIMA, 2018). Nesse sentido, a pesquisa aqui apresentada buscou contribuir para a melhor compreensão da interação que existe entre os ODS 2 e 5 no âmbito das políticas de SAN do Brasil, mais especificamente, no Distrito Federal.

Distrito Federal

Durante o período da pandemia, as organizações da agricultura familiar do Distrito Federal (DF) se destacaram enquanto exemplos de como se reinventar para continuar levando o alimento para a mesa da população da região, bem como evitar o desperdício da produção. As associações e cooperativas contaram com diversas formas de escoamento da produção para

sobreviverem a esse período desafiador, comercializando seus produtos em supermercados, fazendo entregas de cestas por meio de grupos organizados nas redes sociais, além de continuarem com a entrega para os programas de compras institucionais do governo (NOGUEIRA; MARCELINO, 2021). Nesse sentido, o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) tiveram um importante papel no que tange à garantia da SAN das pessoas que dependem desses alimentos, como as crianças matriculadas em escolas da rede pública (embora elas tenham ficado afastadas da escola no período), e, também, para a manutenção da produção e da renda desses agricultores (NOGUEIRA; MARCELINO, 2021).

No DF no PAA é considerado modelo para os demais entes da federação, tendo, inclusive, servido de estudo de caso para outros países, que já realizaram diversas visitas à região com o intuito de compreender melhor o modelo de gestão do Programa nesta localidade (ANDRADE *et al.*, 2019). O DF ainda conta com um outro programa de compras institucionais, o Programa de Aquisição da Produção da Agricultura (PAPA – DF), que, assim como outros programas de compras institucionais, representa mais uma forma de escoamento da produção de alimentos da agricultura familiar. Sendo assim, com base nessas informações, o DF se mostrou um local com características que tornam o presente estudo relevante, devido à importância da agricultura familiar na região e ao sucesso dos programas de compras institucionais implementados nessa unidade da federação.

Segundo o Censo Agropecuário de 2017, 77% dos estabelecimentos agropecuários no Brasil são considerados como pertencentes ao setor da agricultura familiar, o setor emprega mais de 10 milhões de pessoas (IBGE, 2017). Ainda segundo esse Censo, 614.966 dos estabelecimentos da agricultura familiar no DF têm mulheres como proprietárias, o que representa aproximadamente 20% do total de estabelecimentos da agricultura familiar no DF. O Censo ainda apontou que, no DF, 51.942 propriedades, aproximadamente 2% do total, têm mulheres como concessionárias ou assentadas aguardando titulação definitiva (IBGE, 2017). As mulheres que vivem no campo ainda têm pouca representatividade como titulares dos lotes ou como concessionárias, dado que por si só já indica a necessidade de compreender como se dão as relações de gênero nesse ambiente, e qual seria o motivo do baixo número de mulheres como concessionárias ou assentadas aguardando titulação.

A escolha das comunidades para a realização da pesquisa se deu com base no protagonismo feminino em ambas as comunidades aqui estudadas, o assentamento Pequeno William e o pré-assentamento Chapadinha. As duas comunidades possuem um número significativo de mulheres, além de possuírem grupos organizados exclusivamente para elas. As

duas comunidades também já forneceram ou estavam fornecendo produtos para os programas de compras institucionais analisados no período em que o estudo foi realizado, além de receberem suporte da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do DF (Emater – DF). Nesse sentido, partindo do pressuposto de que o empoderamento feminino é a causa do protagonismo dessas mulheres em suas comunidades, a pesquisa teve a intenção de compreender, a partir das falas das entrevistadas, suas lembranças e vivências, se esse protagonismo teve alguma influência das políticas de SAN implementadas nessas comunidades.

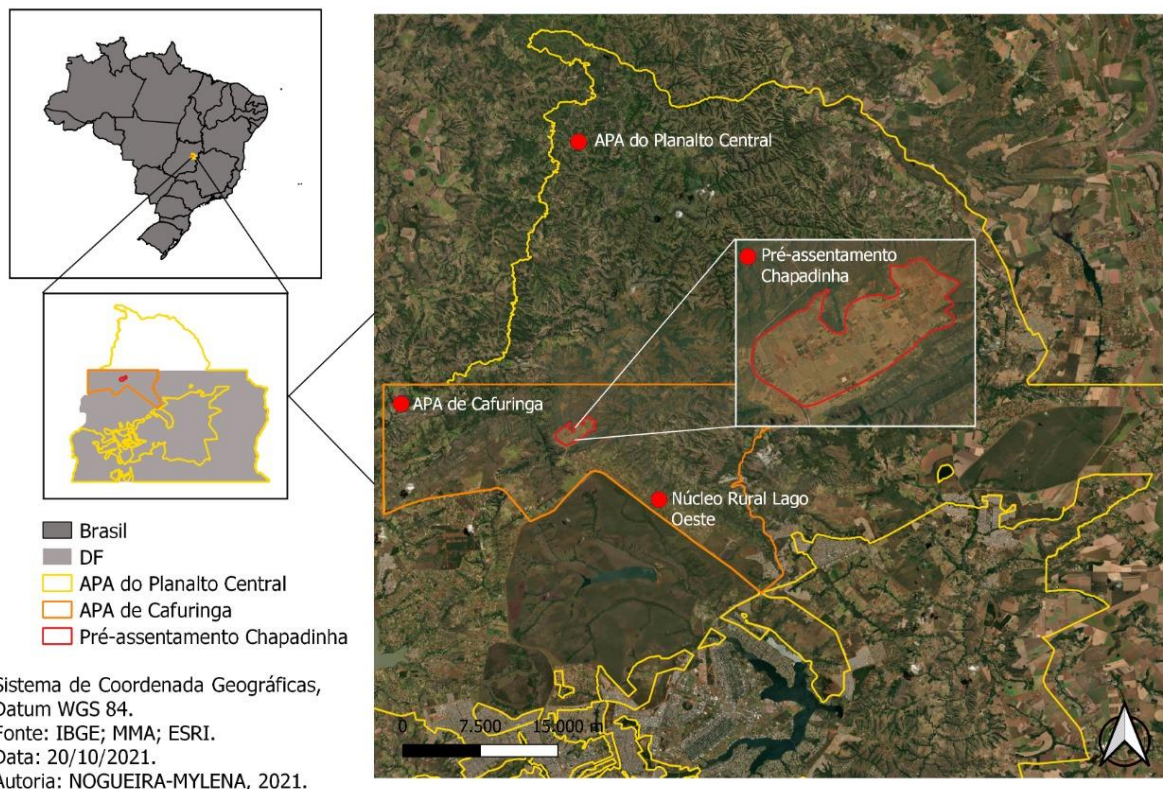
O pré-assentamento Chapadinha possui um grupo de mulheres, denominado Raízes da Terra, que é referência no tema. O grupo participou do edital *Prêmio Mulheres Rurais que produzem o Brasil sustentável*, em 2013. Na ocasião, o grupo ficou em 7º lugar e ganhou um prêmio de R\$ 20 mil reais. Desde então, o pré-assentamento tem sido alvo de diversas pesquisas, como a realizada pela Emater – DF, em 2017, intitulada *Políticas públicas e desenvolvimento sustentável: o caso do pré-assentamento Chapadinha*. O protagonismo feminino é uma característica marcante da Chapadinha. No local, as mulheres estão à frente das ações em suas propriedades, demonstrando bastante dedicação e comprometimento. Em razão disso, as ações da Emater – DF na localidade voltaram-se para a agricultura de base ecológica, com enfoque de gênero. Além disso, as ações desenvolvidas pelos extensionistas foram, majoritariamente, negociadas com as mulheres (CONTAG, 2015). O assentamento Pequeno William também é destaque no que tange à organização feminina. O assentamento possui um grupo de mulheres, chamado Panteras Negras, formado em 2014, que, também, já foi alvo de diversas pesquisas, seminários e eventos, que destacaram o protagonismo feminino dentro da comunidade (SOUZA, 2018).

Áreas de estudo

O pré-assentamento Chapadinha fica localizado no bioma cerrado. Sua área total é de 42 mil hectares. A região demarcada para o pré-assentamento é composta por uma porção do cerrado reservada para preservação ambiental, a outra porção da terra é aberta para atividades agropecuárias. A Chapadinha está localizada na região administrativa Sobradinho - DF e está totalmente inserida dentro da Área de Proteção Ambiental (APA) do Planalto Central e da APA da Carifunga (MADER, 2010; DISTRITO FEDERAL, 2003). Além disso, o assentamento fica localizado próximo ao Parque Nacional de Brasília e da Reserva Biológica de Contagem (RAMOS, 2018). Devido à proximidade do assentamento das duas APAs, os técnicos que avaliaram a viabilidade da ocupação da região orientaram que o processo produtivo no local deveria ser de base ecológica (ROSADO; OLIVEIRA; LACERDA, 2017). O mapa abaixo indica a localização da do pré-assentamento Chapadinha, na área contornada em vermelho.

Mapa 1: Localização pré-assentamento Chapadinha

Mapa de localização pré-assentamento Chapadinha e UCs



Fonte: Elaborado por Mylena Nogueira (2022)

A ocupação da área se iniciou em 2005, quando 400 famílias se instalaram no local, que pertence ao governo federal, antes disso, a região havia sido invadida por grileiros. No entanto,

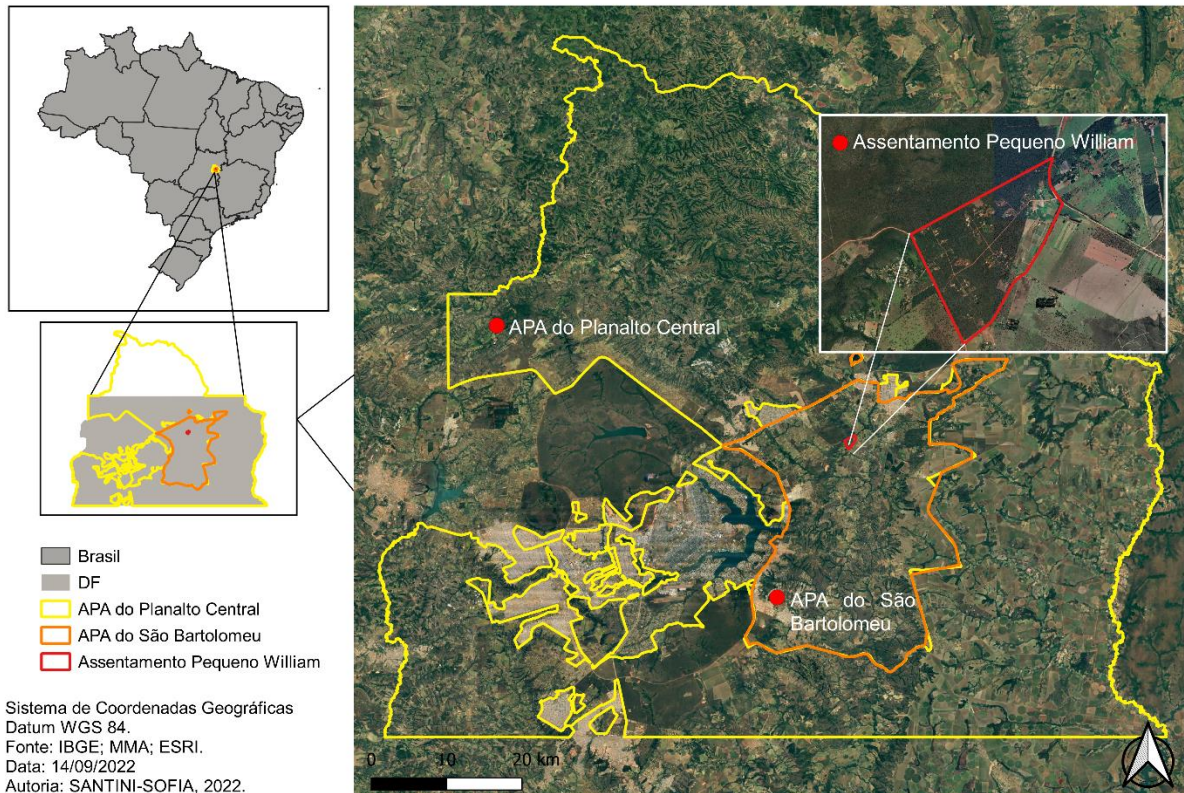
devido a uma imposição feita pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), em razão de estudos que constataram que a área comportava apenas um número pequeno de famílias, restaram apenas 44 famílias, cada uma delas recebeu porções de terra que variam de 8 a 10 hectares (FONSECA, 2017).

Para facilitar o processo de regularização do assentamento, em 2007, foi criada a Associação dos Trabalhadores e Agricultores Familiares da Chapadinha (ASTRAF) pelo grupo que ocupava a área. A partir de então, o grupo passou a receber mais apoio dos órgãos do Distrito Federal, como a Secretaria de Agricultura Abastecimento e Desenvolvimento Rural do DF (SEAGRI – DF) e a Emater - DF. Os apoios fornecidos pelos órgãos em questão envolviam a doação de sementes de feijão, milho e de adubos; fornecimento de horas de trabalho de trator para preparo da terra, e cadastro dos agricultores no sistema operacional da Emater – DF (ROSADO; OLIVEIRA; LACERDA, 2017).

O assentamento Pequeno William também está localizado no bioma cerrado. Ele se encontra na região administrativa Planaltina - DF, na porção nordeste do DF e também fica dentro de uma região protegida, a APA da Bacia do Rio São Bartolomeu, considerada a maior do DF. Dentro do assentamento não há nascentes, nem cursos de água, porém, ele se localiza na divisa entre o Alto e o Médio Rio São Bartolomeu. A área do assentamento é composta por 144,17 hectares, destinados à ocupação das famílias, e 63 hectares destinados à preservação ambiental (SILVA, 2016). Por se encontrar em uma APA, também foi feita a recomendação de que a produção no local deveria ser de base ecológica (DEUS, 2018). O assentamento está inserido na localidade onde se encontrava a Fazenda Monjolo Sálvia. O mapa abaixo indica a localização do Pequeno William, na área demarcada em vermelho.

Mapa 2: Localização do Assentamento Pequeno William

Mapa de Localização do Assentamento Rural do Pequeno William



Fonte: Elaborado por Sofia Santini (2022)

O assentamento recebeu esse nome em homenagem a uma criança que faleceu, vítima de intoxicação por ingestão de água contaminada com agrotóxicos, ainda no período de acampamento das famílias. O processo de acampamento nas proximidades onde hoje se encontra o assentamento começou em 2005, após 5 anos, em 2010, as famílias acampadas foram realocadas para a área onde se encontra o assentamento hoje (DEUS, 2018). O assentamento foi dividido em 22 parcelas, organizadas em 5 núcleos rurais. Cada núcleo possui cerca de cinco hectares para uso individual das respectivas famílias, e um hectare destinado a uso coletivo da comunidade (SILVA, 2016). Em 2012 foi criada a Associação Esperança, com a intenção de defender e representar os interesses coletivos dos assentados, auxiliar na participação em políticas públicas, e acessar empréstimos e financiamentos (SILVA, 2016).

Abordagem Nexus

A maioria das tecnologias utilizadas na geração de energia elétrica mundial fazem uso de mecanismos movimentados por água, na forma líquida ou em vapor. O uso de água para geração de energia hidroelétrica é decisivo no gerenciamento dos recursos hídricos, uma vez que esses mecanismos acabam por armazenar grandes quantidades de água em suas barragens

(BATISTA; WENDLAND; FORMIGA, 2019). No Brasil, a agricultura consome 10 mil m³ de água por segundo, dos quais 92,5% provêm das chuvas e do solo, e 7,5% como aporte adicional via irrigação (IBGE, 2020). O consumo de água para irrigação agrícola e na indústria, no Brasil, corresponde a quase dez vezes o consumo de água dos sistemas de saneamento básico. Por estimativa, o consumo de energia elétrica para as atividades agrícolas e industriais deve girar em torno de 23% (BATISTA; WENDLAND; FORMIGA, 2019).

A palavra *Nexo* significa junção entre duas ou mais coisas, ligação, vínculo, união, a palavra transmite a ideia de ligações entre elementos, sejam essas ligações positivas ou negativas. A abordagem *WEF Nexus (Water-Energy-Food)*, é, então, o estudo das conexões entre a água, a energia e o alimento, observando as sinergias e as contradições que surgem a partir da forma como esses recursos são gerenciados (SIMPSON; JEWITT, 2019). A abordagem foi desenvolvida para melhorar a aplicabilidade de ações que promovam a segurança alimentar, energética e hídrica, a fim de que as condutas tomadas para alcançar uma, não impliquem em obstáculos para o alcance das outras. Nesse sentido, as políticas públicas para o alcance das três seguranças se tornam mais eficientes (WEF, 2011).

A Agenda 2030 já foi elaborada com a intenção da existência de conexões entre os 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS). O aumento de problemas nos setores econômico, ambiental, social, sanitário e político, aumentou a demanda por abordagens intersetoriais na prática. Dessa forma, a busca por soluções integradas vem ganhando mais espaço no ambiente acadêmico, pois a adoção de atitudes que proporcionem a solução de duas ou mais questões de forma simultânea é mais assertiva, e acelera o alcance dos ODS.

Nesse sentido, sob a perspectiva de Liu et al. (2018) a abordagem *Nexus* pode ser utilizada para além da tradicional análise entre as interações entre água, energia e alimento. Os autores sugerem a utilização da abordagem na análise integrada das metas dos ODS da Agenda 2030, potencializando convergências e minimizando divergências existentes entre os objetivos. Esses pesquisadores têm demonstrado que a área carece de mais estudos que integrem questões biofísicas e questões sociopolíticas, o que faria as teorias se tornarem mais aplicáveis à realidade (LIU *et al.*, 2018).

Capítulo 1 – Políticas de Segurança Alimentar e Nutricional e incentivos à agricultura familiar no Brasil e no Distrito Federal²

RESUMO

A partir de 2003, o governo federal criou uma agenda de políticas de SAN, e passou a dar mais suporte à agricultura familiar brasileira. A elaboração de um conceito complexo e multidimensional de SAN fez parte das ações estabelecidas nessa agenda, pois a construção de políticas públicas depende da compreensão das múltiplas dimensões que compõem esse conceito. Este capítulo objetivou levantar as políticas de promoção da SAN, voltadas para a agricultura familiar, vigentes no DF em 2021, e analisar com qual (ou quais) dimensões do conceito brasileiro de SAN essas políticas guardam relação. Para tanto, foi realizada uma pesquisa bibliográfica, em legislações, e consultas aos órgãos responsáveis pela execução dos programas de compras institucionais, via Sistema Eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão do DF (e-SIC/DF). Foi observado que aproximadamente 30% das metas estabelecidas durante o período de vigência do II Plano Distrital de SAN (II PDSAN) – de 2016 a 2019 – buscaram fortalecer a agricultura familiar. As metas guardam relação com as seguintes dimensões do conceito brasileiro de SAN: (i) a produção de alimentos, (ii) a disponibilidade de alimentos, (iii) a renda e (iv) o acesso ao alimento. Essas metas visavam potencializar e incentivar: políticas de Assistência Técnica e Extensão Rural, garantir o acesso à água, programas de compras institucionais, o cooperativismo e o associativismo e a regularização fundiária. Aproximadamente 40% dessas metas do II PDSAN mencionavam os programas de compras institucionais, portanto sua execução em 2021 foi verificada, por meio de consulta aos órgãos responsáveis por sua operacionalização. Foi observada uma baixa participação de mulheres como fornecedoras. Também foram observados cortes orçamentários a nível nacional para programas da agricultura familiar a partir de 2016, o que afetou e ainda afeta negativamente a execução dessas políticas pelos demais entes da federação, e a garantia da SAN da população brasileira.

Palavras-Chave: Políticas Públicas; Segurança Alimentar e Nutricional; Agricultura Familiar.

² Texto publicado como: SOUTO, M. C. S. M.; BARRETO, C. G ; CANAVESI, F. C. . Políticas de Segurança Alimentar e Nutricional e incentivos à agricultura familiar no Distrito Federal. Nexo água-energia-alimento e a agroecologia: reflexões. 1ed.Curitiba - PR: Editora Appris Ltda., 2022, p. 95-134. Com adaptações.

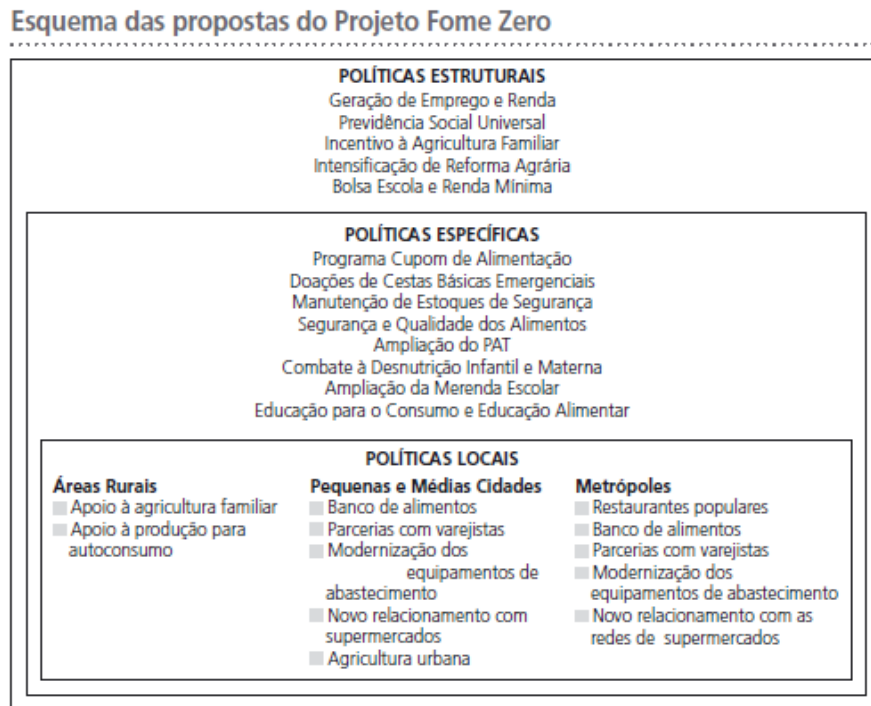
1. Introdução

O setor da agricultura familiar foi sistematicamente excluído das políticas públicas para a agricultura ao longo do século XX. A partir de 2003, após anos de pressões feitas por movimentos sociais da agricultura familiar – que lutavam por políticas de suporte à sua produção, pela reforma agrária, por direitos trabalhistas e previdenciários e por infraestrutura no campo – o governo federal finalmente passou a implementar políticas que amparassem esses produtores. Como resultado disso, o Brasil viu os índices de insegurança alimentar e de pobreza diminuírem até que, em 2014, o País conseguiu sair do Mapa Mundial da fome da ONU (RIZZOLO, 2009; MINISTÉRIO DA CIDADANIA, 2014).

Uma das principais estratégias do governo federal para o combate à fome foi a Estratégia Fome Zero (EFZ). A equipe que elaborou a EFZ partiu do pressuposto de que o modelo econômico vigente no Brasil, no período que antecede 2003, alimentava o chamado *círculo vicioso da fome*³. Eles chegaram à conclusão de que, para solucionar a questão da fome no País, era necessário investir em um novo modelo de desenvolvimento econômico, que priorizasse a distribuição de renda, e ampliasse o mercado interno. Para isso, a EFZ fez uso de políticas estruturais, políticas emergenciais ou específicas, e políticas locais (GRAZIANO, 2010). As políticas estruturais tinham o objetivo de alterar as causas estruturais do problema da insegurança alimentar, são políticas com o intuito de: gerar emprego e renda, fortalecer a previdência social universal, incentivar a agricultura familiar, promover a reforma agrária e redistribuir a riqueza do país. Já as políticas específicas, também denominadas políticas emergenciais, objetivaram aumentar a oferta de alimentos e facilitar o acesso da população em situação de insegurança alimentar a esses alimentos. As políticas locais tratavam, basicamente, de programas já em andamento nos estados e municípios voltados para a SAN, levando em consideração as características específicas de cada região (GRAZIANO, 2010). A figura a seguir demonstra a estrutura da EFZ, com a divisão das políticas em estruturais, emergenciais e locais.

³ No início do século XXI a causa da fome era a insuficiência de demanda, que inibia a produção de alimentos. Essa demanda insuficiente de alimentos era fruto da alta concentração de renda e de terras, dos baixos salários e do alto nível de desemprego. Formava-se assim, um verdadeiro círculo vicioso da fome: o desemprego gerava a queda do poder aquisitivo, que gerava a queda na demanda de alimentos, gerando a queda da oferta de alimentos. Um ciclo que se retroalimentava e gerava, em última instância, a fome (GRAZIANO, 2010).

Figura 1: Estrutura da Estratégia Fome Zero



Fonte: Graziano (2010)

As políticas de SAN implementadas no Brasil a partir de 2003 obtiveram destaque em âmbito internacional, e chegaram a servir como modelo para outros países (ANDRADE *et al.*, 2019). O Brasil construiu um conceito de SAN complexo e plurifacetado, e a construção de políticas públicas de SAN dependem da compreensão de suas múltiplas dimensões (OLIVEIRA *et al.*, 2016). Posteriormente, no contexto de implementação de ações para o alcance da Agenda 2030 da ONU, essas políticas serviram para que o País avançasse em direção ao alcance do Objetivo do Desenvolvimento Sustentável 2.

Dessa forma, este capítulo contribui para o alcance do objetivo geral desta pesquisa, por meio do levantamento das políticas de promoção da agenda de SAN voltadas para a agricultura familiar vigentes no DF em 2021, compreendendo a quais dimensões do conceito brasileiro de SAN elas estão alinhadas. O levantamento foi feito com base no documento mais recente de direcionamento da agenda de SAN no DF em 2021, o II Plano Distrital de SAN (II PDSAN), que teve vigência de 2016 a 2019. A partir da análise do Plano, foi observado que os programas de compras institucionais obtiveram destaque no documento, sendo tema de aproximadamente 40% das metas estabelecidas. Sendo assim, foi feita a análise da execução desses programas em 2021.

2. Referencial teórico

2.1 A construção do conceito e das políticas de SAN no Brasil

O conceito de SAN adotado internacionalmente pela *Food and Agriculture Organization of the United Nations (FAO)* possui quatro dimensões: a disponibilidade, o acesso, a utilização e a estabilidade. A disponibilidade diz respeito à produção dos alimentos; o acesso diz respeito às formas da população adquirir esse alimento; a utilização trata da escolha alimentar (baseada na qualidade nutricional, microbiológica e sanitária); e a estabilidade é uma dimensão transversal às outras três, que diz respeito à continuidade desse processo ao longo do tempo (FAO, 2014). No Brasil, esse conceito é composto por seis dimensões correspondentes às quatro adotadas internacionalmente, que são: a produção de alimentos, a disponibilidade de alimentos, a renda, o acesso à alimentação, a saúde e acesso a serviços de saúde, e a educação (FAO, 2014). De acordo com a FAO (2014, pg. 16), “existem diversos arcabouços que orientam discussões técnicas acerca do abrangente conceito de SAN, quando ele é destrinchado, os fatores determinantes da insegurança alimentar se revelam”. O quadro a seguir ilustra as dimensões do conceito de SAN adotadas internacionalmente pela FAO, e as dimensões adotadas pelo Brasil.

Quadro 1: Dimensões dos conceitos de Segurança Alimentar e Nutricional

FAO	Brasil
Disponibilidade	Produção
Acesso	Disponibilidade
Utilização	Renda
Estabilidade	Acesso à alimentação
	Saúde e acesso a serviços de saúde
	Educação

Fonte: Elaborado pela autora

No Brasil, segundo a Lei 11.346, de 15 de setembro de 2006, Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN), a SAN é conceituada como a realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente. Os alimentos devem ser produzidos e distribuídos por meio de práticas alimentares promotoras de saúde, que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis. A garantia desse direito não deve comprometer o acesso a outras necessidades essenciais (BRASIL, 2006a).

O Brasil é referência mundial na discussão sobre SAN, pois contribuiu fortemente para esse debate teórico e construiu políticas públicas bem-sucedidas, com grande participação popular e diálogo intersetorial. A partir de 2003, abriu-se uma *janela política*⁴ para o tema no País, e a agenda de SAN foi incorporada nas prioridades do governo. Desde então, diversas ações em prol da SAN foram tomadas pelo governo federal. Essas ações visaram, principalmente, proporcionar maior acesso da população ao alimento e fortalecer a agricultura familiar (GRISA; SCHNEIDER, 2015; RIZZOLO, 2009).

A partir de 2003, as principais medidas tomadas pelo governo federal para a promoção da SAN no Brasil foram: a implementação da EFZ; a recriação do Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA) (que havia sido extinto pelo governo anterior), em 2003; a criação da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PNSAN), do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN), do Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PLANSAN) e da LOSAN, todos em 2006; e o reconhecimento, em 2010, do Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA) como direito social na Constituição Federal de 1988. A mobilização e a pressão feita por organizações da sociedade civil ao longo de vários anos durante o século XX, resultou na tomada dessas ações por parte do governo federal (RIZZOLO, 2009; SILVA, 2019).

A EFZ buscou assegurar o Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA) às pessoas em situação de vulnerabilidade. Ela reuniu 33 programas sociais, divididos em 4 eixos: (I) acesso ao alimento, (II) fortalecimento da agricultura familiar, (III) geração de renda e (IV) articulação, mobilização e controle social (RIZZOLO, 2009; GRAZIANO, 2010). Para cada um dos eixos citados, o governo estabeleceu ações e programas específicos, posteriormente, alguns deles passaram a fazer parte, também, da PNSAN. Os programas que visaram atender ao eixo de acesso ao alimento foram o PBF, o PNAE, programa de cisternas e a instauração de redes de SAN locais e regionais (restaurantes populares, cozinhas comunitárias, feiras, incentivo à agricultura urbana e banco de alimentos). Para melhorar o suporte à agricultura familiar, houve o fortalecimento do Programa Nacional de Financiamento da Agricultura Familiar (PRONAF) e a criação do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), em 2003. Para o eixo de geração de renda foram feitos incentivos à qualificação social e profissional, economia solidária e inclusão produtiva, além disso, foram criados programas como o Próximo Passo e o

4 A partir de 2003, o contexto político passou a ser favorável à agenda de SAN no Brasil. O governo federal eleito colocou a eliminação da fome como prioridade máxima e abriu espaço para um diálogo com diversos atores que levantavam essa bandeira (GRISA; SCHNEIDER, 2015).

Microcrédito Produtivo Orientado. Por fim, para a articulação, mobilização e controle social, foram criados Centros de Referências em Assistência Social (CRAS) e Programas de Atenção Integral às Famílias (PAIF) (BRASIL, 2010). A Figura abaixo esquematiza os eixos, programas e ações da EFZ:

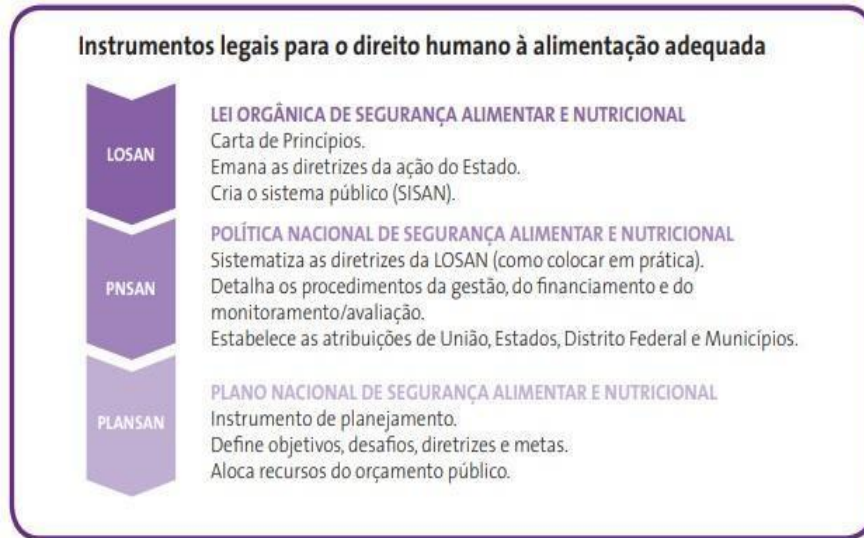
Figura 2: Eixos, Programas e Ações da Estratégia Fome Zero



Fonte: Graziano (2010)

A LOSAN foi um instrumento importante adotado pelo governo para institucionalizar as ações em prol da SAN no País. A Lei criou o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN), que tem como objetivo formular e implementar políticas e planos de SAN, estimular a integração de esforços entre as entidades governamentais e a sociedade civil, e acompanhar e monitorar a SAN no País (ABRANDH, 2013). A LOSAN foi o marco inicial da elaboração da Política Nacional de SAN (PNSAN) e do Plano Nacional de SAN (PLANSAN). A PNSAN é a expressão prática e operacional das diretrizes constantes na LOSAN, ela apresenta os procedimentos, mecanismos de financiamento, gestão e monitoramento destas diretrizes. Já o PLANSAN é responsável pelo planejamento dessas ações, nele constam os programas e ações a serem implementados, quantificando suas metas e explicitando o tempo necessário para o alcance destas. O SISAN, a PNSAN e o PLANSAN são peças de uma mesma engrenagem que, juntas, buscam concretizar os princípios da Constituição Federal de 1988 e da LOSAN, de 2006 (LEÃO; MALUF, 2012). A figura abaixo demonstra cada uma das ferramentas citadas e suas funções:

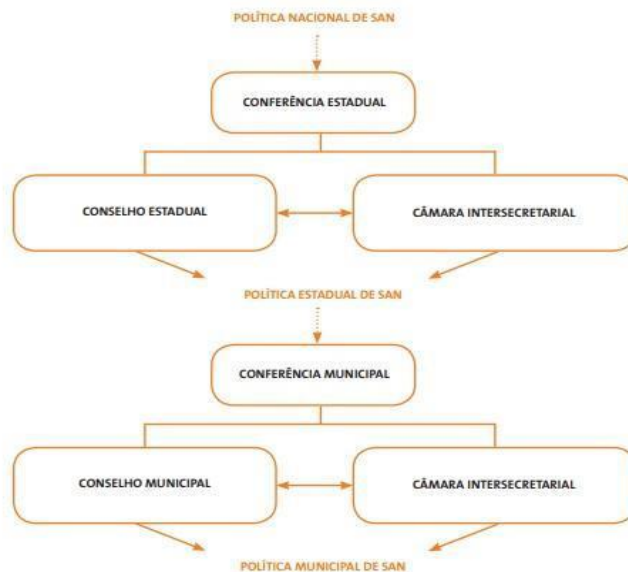
Figura 3: Instrumentos legais para o direito humano à alimentação adequada, no Brasil, e suas funções



Fonte: Leão e Maluf (2012)

A PNSAN e o PLANSAN são os elementos mais tangíveis da estrutura organizacional do SISAN, eles permitem uma compreensão mais exata do que será feito, de como e quando será feito, e das responsabilidades de cada um dos atores públicos. Conforme demonstrado no esquema abaixo, a PNSAN direciona as políticas estaduais, distritais e municipais de SAN no Brasil (LEÃO; MALUF, 2012).

Figura 4: Organização das Políticas de Segurança Alimentar e Nutricional por entes federativos



Fonte: Leão e Maluf (2012)

Segundo a pesquisa realizada por Custódio, Yuka e Cavalini (2013) sobre os recursos da PNSAN, mais de 90% dos recursos foram alocados para apenas 10 programas dos 229

programas identificados pelos autores, sobrando apenas 10% do orçamento para os 219 restantes. Desta forma, com o intuito de simplificar a análise, os autores classificaram estes 10 como os principais programas pertencentes à PNSAN, os quais foram: o Programa Bolsa Família (PBF); o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE); Recursos Pesqueiros Sustentáveis (PRPS); Acesso à Alimentação (AAL); Agricultura Familiar (AF); Abastecimento Agroalimentar (AAG); Urbanização, Regularização Fundiária e Integração de Assentamentos Precários (URFIAP); Proteção e Promoção dos Povos Indígenas (PPPI) e Apoio ao Desenvolvimento do Setor Agropecuário (ADSP); Desenvolvimento da Agricultura Irrigada (DAI) (CUSTÓDIO; YUKA; CAVALLINI, 2013).

Para compreender a construção dessas políticas e como elas abarcam diferentes dimensões de SAN, é importante reconstruir os processos sociais históricos que contribuem para essa arena. Nesse sentido, a agricultura familiar tem um papel de destaque, sendo o setor agrícola responsável pela maior parte do abastecimento interno do País (MOURA; SOUZA; CANAVESI, 2016). A Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Para efeitos desta lei, agricultor familiar, é aquele ou aquela que pratica atividades no meio rural, que não detém mais do que quatro módulos fiscais, que utiliza mão de obra predominantemente familiar, têm renda familiar majoritariamente originada das atividades econômicas vinculadas ao empreendimento ou estabelecimento familiar e dirige o seu estabelecimento com o apoio de sua família (BRASIL, 2006)

O agronegócio ou agricultura de grande porte, apesar de participar de forma expressiva no Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro, concentra-se na exportação de *commodities*. De acordo com o Censo Agropecuário realizado em 2017, a agricultura familiar foi responsável por 42% da produção de feijão, 80% da produção de mandioca, 69% da produção de abacaxi, 48% da produção de café e banana. Esses percentuais são ainda mais significativos ao se observar que, os estabelecimentos classificados como pertencentes a agricultores familiares, representavam apenas 23% da área total de estabelecimentos agropecuários no Brasil no período da pesquisa (MAPA, 2019). Sendo assim, é possível concluir que a agricultura familiar é a principal responsável pela produção do alimento que vai para a mesa da população brasileira (MOURA; SOUZA; CANAVESI, 2016).

A escassez de alimentos foi um dos principais argumentos utilizados para a implementação do modelo de agricultura da Revolução Verde. Esse modelo surgiu com a promessa de modernizar o campo brasileiro e aumentar a produtividade agrícola. No entanto, os resultados percebidos foram: danos ambientais, tais como perda da biodiversidade,

contaminação dos solos e água, e a erosão; impactos sociais, como o êxodo rural, concentração de terras e renda, exclusão social e econômica dos agricultores e agricultoras familiares (que não tinham recursos para investir nas novas tecnologias), e a permanência da insegurança alimentar. Ou seja, o modelo que havia sido proposto como solução para o problema da insegurança alimentar, não só não resolveu essa questão, como causou novos impactos que também tiveram influência negativa sobre a segurança alimentar da população brasileira (MOURA; SOUZA; CANAVESI, 2016; GRISA; SCHNEIDER, 2015).

A partir da década de 1980, com a percepção dos danos causados pela Revolução Verde, começaram a se intensificar as demandas por práticas agrícolas alternativas, que fossem mais responsáveis, do ponto de vista ecológico e social. A partir daí a ciência passou a endossar essas práticas e a reconhecer suas potencialidades. Essas práticas alternativas, também denominadas de práticas agroecológicas, têm como premissa básica a produção agrícola que respeita o meio ambiente e, também, que possua um caráter social, que respeita a lógica presente nas comunidades camponesas tradicionais, se aproximando, assim, do modelo de agricultura já praticado por grande parte dos agricultores familiares. Desde então, surgiram projetos e concepções de alternativas para o desenvolvimento rural, que buscam dar respostas às questões relacionadas à concentração fundiária, ao combate à fome e à miséria, e ao respeito aos limites dos recursos naturais (ASSIS, 2003; MOURA; SOUZA; CANAVESI, 2016).

Nos anos 1990, o País avançou pouco no que tange ao suporte governamental à agricultura familiar. A criação do PRONAF, em 1995, é um dos poucos exemplos dessa década de políticas públicas nesse sentido, apesar da relevância do setor para o desenvolvimento sustentável do Brasil já estar comprovada na época. Já a partir de 2003, o governo criou uma série de políticas direcionadas a esse setor, com destaque para os programas que dão suporte à comercialização dos alimentos produzidos pela agricultura familiar como, por exemplo, o PAA, o PNAE, a Política de Garantia de Preços Mínimos para Produtos da Sociobiodiversidade (PGPM-Bio)⁵ e o Programa de Garantia de Preços para a Agricultura Familiar (PGPAF)⁶ (MOURA; SOUZA; CANAVESI, 2016; GRISA; SCHNEIDER, 2015).

A análise do processo histórico dos caminhos tomados para a promoção da SAN no Brasil demonstra que esta trajetória se funde com a da agricultura familiar e dos movimentos sociais de camponeses, os quais fizeram parte da construção dessas políticas juntamente com o

5 Criado a partir do eixo 7.3 do Plano Nacional de Promoção de Cadeias de Produtos da Sociobiodiversidade (PNPCPS), intitulado “*Estruturação e fortalecimento de mercados para os produtos da sociobiodiversidade*”, em 2009 (BRASIL, 2009).

6 O PGPAF foi instituído pelo Decreto Lei nº 5.996, de 20 de dezembro de 2006 (BRASIL, 2006b).

governo federal. A partir de 2003, a relevância da agricultura familiar destinada ao consumo interno foi reconhecida pelo governo, e foi aberto um espaço para que os sujeitos sociais participassem ativamente dessas construções (MOURA; SOUZA; CANAVESI, 2016; GRISA; SCHNEIDER, 2015; RIZZOLO, 2009).

2.2 Principais políticas de SAN para a agricultura familiar no DF

2.2.1 Pronaf

As políticas de desenvolvimento rural no Brasil do século XX foram marcadas pela exclusão da categoria da agricultura familiar dos programas governamentais para o setor agrícola, o que se deu, primeiramente, em razão do não reconhecimento das particularidades dessa categoria. Devido à inexistência de um conceito de agricultura familiar na época, esses agricultores eram classificados como mini produtores para se enquadrarem no Manual de Crédito Rural (MCR), e eram obrigados a se adequar à política de crédito existente, cuja construção havia sido feita para grandes produtores. Desse modo, eles disputavam crédito com produtores de maiores escalas, e tinham que atender aos mesmos critérios que as demais categorias, o que resultava numa competição injusta por crédito e, conseqüentemente, na exclusão dos menos favorecidos (AQUINO; SCHNEIDER, 2015).

Após pressões feitas por organizações sociais da agricultura familiar e de trabalhadores rurais, o então presidente, Fernando Henrique Cardoso, criou o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf). Instituído pelo Decreto nº 1.946, de 28 de junho de 1996, o Programa possibilitou, finalmente, algum vislumbre de investimento na produção desses agricultores, contribuindo para o aumento da capacidade produtiva, da infraestrutura e para a geração de renda no meio rural (AQUINO; SCHNEIDER, 2015).

Inicialmente, o Pronaf destinava-se exclusivamente ao financiamento de atividades agropecuárias, além de excluir os produtores que tinham menor renda. A partir do segundo mandato de Fernando Henrique Cardoso, em 1999, a abrangência de possíveis beneficiários do Programa aumentou, devido à reformulação dos critérios de concessão de crédito. Para que possam participar do Pronaf, os interessados devem adquirir a Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP), que atesta sua adequação aos critérios do Programa, e separa os beneficiários em diferentes grupos a depender do seu nível de renda e condição socioeconômica (AQUINO; SCHNEIDER, 2015). Em 2021, as linhas de crédito disponíveis eram: o Pronaf Mulher, o Pronaf Jovem, o Pronaf Semiárido, o Pronaf Agroecologia, o Pronaf Mais Alimentos, o Pronaf Floresta, o Pronaf ECO Sustentabilidade Ambiental, o Pronaf Agroindústria, o Pronaf

Bioeconomia, o Pronaf Industrialização para Agroindústria Familiar, o Pronaf Microcrédito Produtivo Grupo A, o Pronaf Produtivo Orientado e o Pronaf Custeio. (LIMA, 2021; AQUINO; SCHNEIDER, 2015).

O Pronaf é majoritariamente operacionalizado por bancos, no entanto, existem outros atores que também podem operar o Programa, como cooperativas de crédito, governos e fornecedores de insumos (OLIVEIRA, 2021). Ao contrário de outros programas voltados para a agricultura familiar, os recursos destinados ao Pronaf vêm crescendo nos últimos anos, para o Plano Safra 2021/2022, os recursos destinados ao Pronaf foram de 39,34 bilhões de reais, 19% maiores dos destinados na safra anterior. Desse total, 21,74 bilhões são destinados ao custeio e comercialização, e os outros 17,6 bilhões são destinados a investimentos (CONAB, 2021). Conforme exposto anteriormente, a abrangência do Pronaf aumentou com o passar dos anos. O quadro abaixo demonstra a divisão vigente no Plano Safra 2020/2021:

Quadro 2: Beneficiários por grupos de acordo com o plano Safra 2020/2021

Beneficiários por grupos de acordo com o plano Safra 2020/2021	
Grupo A – Agricultores(as) assentados(as) pelo Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA), beneficiários do Programa de Cadastro de Terras e Regularização Fundiária (PCRF) ou beneficiários do Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF)	Grupo A/C – Agricultores(as) assentados(as) pelo Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA). Beneficiários(as) do Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF).
Grupo B – Agricultores(as) familiares com renda bruta anual familiar de até R\$ 23.000,00 (vinte e três mil reais).	Grupo V – Agricultores(as) familiares com renda bruta anual familiar de até R\$ 415.000,00 (quatrocentos e quinze mil reais).

Fonte: (Lima, 2021)

2.2.2 Política de Assistência Técnica e Extensão rural

A partir de 1948, ações voltadas para a extensão rural começaram a surgir no Brasil, com a criação da Associação de Crédito e Assistência Rural (ASCAR) de Minas Gerais (MG). Posteriormente, as outras unidades da federação criaram suas respectivas associações. Durante o regime militar brasileiro, a política de extensão rural estava voltada para a modernização da agricultura, prestando serviços nesse sentido, o que ampliou a abrangência dessa política pelo País. No ano de 1970, foi criado o Sistema Brasileiro de Assistência Técnica e Extensão Rural (Sibrater), em 1973 foi criada a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) e, em 1975, foi criada a Empresa Brasileira de Extensão Rural (Embrater), no mesmo ano foram

criadas também as Empresas de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater) a nível estadual e distrital. A Embrater foi extinta em 1990. (NEUMANN; DALBIANCO; ZARNOTT, 2015).

A crise econômica na década de 1980, associada a um direcionamento político que diminuía a intervenção estatal, culminaram no enfraquecimento da prestação de serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) por parte do governo brasileiro. Após diversas mobilizações de movimentos sociais ligados ao campo, a política foi impulsionada novamente a partir de 2003 (NEUMANN; DALBIANCO; ZARNOTT, 2015). A reorientação política ocorrida no Brasil a partir de 2003, trouxe consigo mudanças nas políticas para a agricultura brasileira. A criação da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER) – instituída pela Lei nº 12.188, de 11 de janeiro de 2010 e regulamentada pelo Decreto nº 7.215, de 15 de junho de 2010 – é resultado dessa conjuntura, que tinha como direcionamentos principais a prestação de serviços de ATER gratuitos aos agricultores familiares, e aos assentados da reforma agrária, os últimos passaram a ter um programa exclusivo para suas especificidades, a Assessoria Técnica Social e Ambiental à Reforma Agrária (ATES) (BRASIL, 2010; NUNES, 2018; NEUMANN; DALBIANCO; ZARNOTT, 2015).

A Emater – DF foi criada em 1978, com o objetivo de executar os programas de assistência técnica, econômica e social na região, a fim de promover o desenvolvimento rural sustentável e a segurança alimentar. Ela é uma empresa pública, vinculada à Secretaria de Agricultura, Abastecimento e Desenvolvimento Rural do DF (SEAGRI – DF). A Empresa foi instituída pelo Decreto nº 4.410, de 7 de abril de 1978. A Emater – DF possui escritórios distribuídos pelas Regiões Administrativas do DF, e um Centro de Formação Tecnológica e Desenvolvimento Profissional (CEFOP). A equipe conta com profissionais das áreas de engenharia agrônoma, veterinária, zootecnia, economia, engenharia ambiental e florestal, das ciências agrárias, ambientais e sociais, que prestam serviços para os produtores da região. São prestados serviços de cunho técnico, de cunho social e orientação acerca de direitos da população rural (EMATER - DF, 2022).

2.2.3 Reforma agrária

A luta pela terra talvez seja o conflito brasileiro mais antigo, que tem seus marcos iniciais nos primórdios da colonização. A concentração de terras nas mãos de minorias sempre foi uma questão que trouxe embates, cujas consequências se estendem aos âmbitos econômicos e sociais no País. No final dos anos 1970 surgiu um dos principais atores dessa luta, o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), que utilizava a ocupação de terras como

forma de pressão e resistência frente ao monopólio vigente. As mobilizações sociais se intensificaram nos 1980, e passaram a abranger também os agricultores de base familiar, denominados na época de pequenos produtores, que não necessariamente faziam parte do MST (MEDEIROS, 2015).

Durante a redemocratização, ainda nos anos 1980, esses movimentos seguiram fazendo forte pressão para a inclusão da reforma agrária no conjunto de bandeiras da Aliança Democrática. Em 1985 é criado o primeiro Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA), que caminhou a passos lentos nos anos que se seguiram. A Constituição de 1988 garantiu que as terras produtivas não seriam desapropriadas, intensificando os conflitos e discussões acerca do conceito de terra produtiva (MEDEIROS, 2015). Consequentemente, os conflitos pela terra continuaram e envolveram bastante violência, sendo denunciados por diversas organizações, como grupos da Igreja Católica, o próprio MST e o movimento sindical rural. Na década de 1990 as ocupações e acampamentos se intensificaram, com a regulamentação da Lei Agrária, Lei nº 8.629, de 25 de março de 1993, foram criadas bases legais para a desapropriação e para a criação de assentamentos, o que intensificou as mobilizações e provocou a retomada da política de assentamentos. Como consequência dessas pressões sociais, agora embasadas legalmente, entre 1996 e 2006 foram assentadas em torno de oitocentas mil famílias (MEDEIROS, 2015).

Apesar da política de assentamento ter se intensificado, ela estava longe de ser considerada uma reforma agrária de fato, os números de assentamentos criados estavam muito abaixo do necessário, além de não terem ocorrido mudanças significativas na estrutura fundiária do País (MEDEIROS, 2015). Os problemas relacionados aos assentamentos criados iam desde a localização das terras desapropriadas, falta de infraestrutura e falta de qualidade das terras em que os assentamentos se localizavam, que muitas vezes se tratava de propriedades degradadas por anos de monocultura ou de pecuária. Dessa forma, os assentamentos exigiam altos investimentos para que se tornassem áreas produtivas e adequadas para que os trabalhadores pudessem viver e trabalhar com dignidade (MEDEIROS, 2015).

2.2.4 Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)

O PAA foi criado pelo artigo 19 da Lei nº 10.696, de julho de 2003, no âmbito da EFZ. O Programa tem o objetivo de promover o acesso à alimentação e incentivar a agricultura familiar (BRASIL, 2003). Dessa forma, o governo compra alimentos produzidos por agricultores familiares, e os direciona às pessoas vulneráveis em situação de insegurança alimentar e nutricional e às pessoas atendidas pela rede de assistência social, pela rede pública

e filantrópica de ensino e pelas instituições públicas de segurança alimentar e nutricional. A aquisição desses produtos dispensa licitação. O Programa é executado pelos estados, distrito federal e municípios, em parceria com o Ministério da Cidadania (MC) e a Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB). No DF o PAA é intermediado pela Secretaria de Estado da Agricultura, Abastecimento e Desenvolvimento Rural (SEAGRI – DF) (CIDADANIA, 2019).

O PAA pode ser executado por meio de seis modalidades: a Compra por Doação Simultânea, a Compra Direta, o Apoio à Formação de Estoques, o Incentivo à Produção e ao Consumo de Leite, a Compra Institucional, e a Aquisição de Sementes (MC, 2019). A Compra por Doação Simultânea pelo Termo de Adesão promove a articulação entre os alimentos produzidos pelos agricultores familiares e os equipamentos públicos de SAN, que identificam pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional e fazem a doação desses alimentos. Na modalidade Compra Institucional, os estados, DF, municípios e órgãos federais da administração pública direta e indireta compram produtos de agricultores familiares por meio de chamadas públicas, com dispensa de licitação, esses alimentos são destinados ao uso por parte desses atores da administração pública, de acordo com suas necessidades respectivas. A modalidade Compra Direta tem o objetivo de sustentar preços, ela acontece quando o preço de algum dos produtos amparados pela Modalidade está abaixo do seu preço de referência, os alimentos adquiridos são direcionados às pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional, às pessoas atendidas pela rede socioassistencial, pelos equipamentos públicos de SAN e pela rede pública e filantrópica de ensino. A modalidade Apoio à Formação de Estoque tem a finalidade de apoiar financeiramente a constituição de estoque de alimentos por organizações da agricultura familiar. A modalidade Incentivo à Produção e ao Consumo de Leite não abrange o DF, sendo restrita aos estados da região Nordeste e do norte de Minas Gerais. A modalidade Aquisição de Sementes foi criada para compra de sementes de organizações da agricultura familiar para distribuição à agricultores familiares que tenham demanda de órgãos parceiros (MC, 2019).

O PAA tem atingido garantido aos agricultores a remuneração de seus custos de produção e uma remuneração digna pela sua mão de obra. As organizações sociais da agricultura familiar, como associações e cooperativas, se destacaram no papel de operacionalizar o Programa. O PAA se mostrou capaz de estimular redes locais de produção e distribuição de alimentos da agricultura familiar para pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional; reforçar a estruturação de circuitos locais de abastecimento (devido a sua flexibilidade às peculiaridades de cada região do país); regular o preço de alguns produtos por meio da modalidade de Formação de Estoque; possibilitar a aquisição de produtos dos

agricultores pelas próprias organizações sociais da agricultura familiar (cooperativas e associações), mantendo os preços e agregando valor; proporcionar o abastecimento de hospitais, presídios, restaurantes universitários e outros estabelecimentos da administração pública com alimentos de qualidade nutricional provenientes da agricultura familiar; e contribuir para a garantia da SAN de pessoas em situação de vulnerabilidade social (GRAZIANO, 2010; SCHMITT; GRISA, 2013).

No DF, o PAA apresenta um diferencial, as chamadas Unidades de Recebimento e Distribuição de Alimentos (URDAS), que são uma solução de gestão encontrada pelo Governo do Distrito Federal (GDF). Elas foram criadas para facilitar a logística de entrega dos alimentos destinados ao Programa. As URDAS foram criadas em 2011, e são pontos de referência para os agricultores realizarem a entrega de seus produtos e para os beneficiários realizarem a coleta dos alimentos adquiridos (SEAGRI, 2013; ANDRADE *et al.*, 2019).

A participação do DF no PAA é considerada modelo para os demais entes da federação, tendo, inclusive, servido de estudo de caso para outros países, que já realizaram diversas visitas com o intuito de compreender melhor o modelo de gestão do Programa nesta região. De acordo com estudo realizado por Andrade *et al.* (2019), de 2009 a 2012 houve um incremento de 472% no número de agricultores familiares beneficiados pelo Programa. Além disso, a pesquisa também demonstrou que 802 agricultores participaram do PAA Compra com Doação Simultânea pelo Termo de Adesão no ano de 2015, beneficiando mais de 160 entidades sócio assistenciais, com aportes financeiros superiores a R\$ 2.000.000,00, alcançando uma renda média de aproximadamente R\$ 4.600,00 por agricultor familiar (ANDRADE *et al.*, 2019). Segundo a Secretaria de Agricultura do DF (SEAGRI/DF) (2021), foi feita uma previsão de compra de aproximadamente R\$ 1.000.000,00 para a aquisição de alimentos pelo PAA em 2021, que pretendia contemplar cerca de 1280 agricultores familiares e beneficiar cerca de 30 mil famílias diretamente (SEAGRI, 2021a).

2.2.5 Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)

O PNAE foi criado na década de 1950, ano em que foi elaborado o plano Conjuntura Alimentar e o Problema da Nutrição no Brasil, no qual, pela primeira vez, se estruturou um programa de merenda escolar em âmbito nacional. Posteriormente, o programa sofreu diversas alterações legislativas, mas, somente a partir de 2009, com a Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, foi estabelecida a extensão do Programa para toda a rede pública de educação básica, alunos participantes do Programa Mais Educação e jovens e adultos. Além disso, essa lei

também assegura que, no mínimo, 30% do valor repassado a estados, DF e municípios, pelo FNDE, deve ser utilizado na compra de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar, do empreendedor familiar rural ou de suas organizações, priorizando-se os assentamentos da reforma agrária, as comunidades tradicionais indígenas e as comunidades quilombolas (BRASIL, 2009; FNDE, 2017).

O PNAE possuía como característica a oferta de produtos alimentares não comprados localmente, porém, com a Lei nº 11.947 de 2009, isso mudou. A partir de então, o PNAE passou a priorizar a aquisição de alimentos produzidos no mesmo município da escola e, quando não for possível, a demanda é complementada por fornecedores da região, território rural, estado e país, nesta ordem. Os princípios que passaram a nortear o PNAE, a partir das alterações legislativas ocorridas em 2009, destacam uma preocupação com a qualidade nutricional dos produtos adquiridos pelo programa, e com hábitos alimentares saudáveis, o respeito à cultura alimentar e às tradições das localidades nas quais as escolas se encontram e com o desenvolvimento sustentável (preferência por gêneros alimentícios diversificados e produzidos em âmbito local e de forma sustentável). Para os agricultores familiares, estas alterações na legislação do Programa contribuiriam para garantir acesso a mais uma possibilidade de escoamento para compras institucionais, e para o fortalecimento do modelo de organização baseado no cooperativismo e associativismo (GRAZIANO, 2010).

Assim como o PAA, o PNAE tem a potencialidade de fornecer aos agricultores familiares mais uma possibilidade de comercialização de seus produtos, por meio de bases legais que têm o intuito de garantir um percentual mínimo de participação desse setor no programa. No entanto, alguns estudos feitos sobre o PNAE do DF, o Programa de Alimentação Escolar do DF (PAE – DF), demonstraram que há entraves burocráticos que dificultam a plena execução do Programa na região. Jesus (2018), encontrou em sua pesquisa indícios de que as burocracias e a logística de entrega do Programa, juntamente com os valores estabelecidos são obstáculos para um maior engajamento dos atores envolvidos. A autora também encontrou possíveis falhas no processo licitatório e na execução das chamadas públicas, com a adoção de critérios divergentes dos estabelecidos na legislação que rege o PNAE (JESUS, 2018). Em seu estudo sobre o PNAE, a autora Castro (2019) encontrou indícios de que os gestores públicos do PAE – DF ainda demonstram resistência em adquirir produtos orgânicos, sob a alegação de que eles são mais caros. Dessa forma, a autora afirma que, no contexto de sua pesquisa, quando a compra de produtos orgânicos era feita pelos gestores do Programa, o preço pago era o preço do produto convencional (CASTRO, 2019).

2.2.6 Programa de Aquisição da Produção da Agricultura – PAPA/DF

O PAPA – DF foi criado pela Lei Distrital nº 4.572, de 07 de fevereiro de 2012. O Programa tem a finalidade de viabilizar a compra direta com dispensa de licitação de alimentos e produtos artesanais de agricultores familiares ou de suas organizações, bem como Povos e Comunidades Tradicionais (PCTs) e beneficiários da reforma agrária. São adquiridos produtos agropecuários e extrativistas *in natura* ou processados (SEAGRI, 2018).

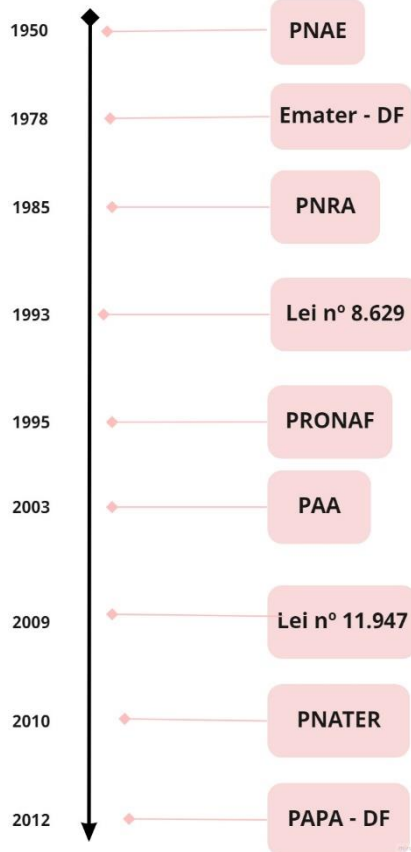
Os alimentos são adquiridos com o objetivo de incentivar e fortalecer a agricultura, promovendo inclusão social e econômica dos agricultores familiares; promover o abastecimento da rede de assistência social, dos equipamentos públicos de alimentação e nutrição e do mercado governamental; fortalecer as redes de comercialização; e contribuir para a promoção e fortalecimento dos sistemas públicos de segurança e abastecimento alimentar, priorizando pessoas e famílias em situação de vulnerabilidade social (BRASÍLIA, 2012).

Assim como os outros programas de compras institucionais da agricultura familiar, o PAPA – DF proporciona ao agricultor familiar a garantia de renda e a sustentação do preço; estimula que os agricultores se organizem em associações e cooperativas; promove a SAN; estabelece um padrão de qualidade para os produtos da agricultura familiar; incentiva práticas agroecológicas e sustentáveis; facilita a participação do agricultor e o processo de aquisição devido a não existência de processo licitatório; e abre uma nova possibilidade de mercado para os participantes ao abranger também produtos como flores e artigos de artesanato (FAGUNDES, 2019). No PAPA – DF, diferentemente dos outros programas, os recursos não se concentram em apenas um órgão da administração pública, o que proporciona que ele se estabeleça nos recursos orçamentários de cada instituição compradora (RAMOS, 2013).

No ano de 2021, o edital do Programa contava com um recurso financeiro de aproximadamente cinco milhões de reais para a aquisição de produtos provenientes da agricultura familiar. Os alimentos foram organizados em 162 mil cestas verdes, e distribuídos para pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional (SEAGRI, 2021b).

A linha do tempo a seguir compila os dados apresentados nesta subseção, a fim de facilitar a visualização temporal dos principais eventos e políticas para a agricultura familiar do DF levantados na pesquisa bibliográfica, que serviram para embasar a realização das entrevistas do Capítulo 2 deste trabalho:

Figura 5: linha do tempo principais eventos e políticas para a agricultura familiar do DF



Fonte: Elaborada pela autora

3. Metodologia

Para o alcance do objetivo de pesquisa, foi feita uma pesquisa bibliográfica e nas legislações brasileira e distrital acerca dos temas: segurança alimentar e nutricional, agricultura familiar e políticas públicas de SAN no Brasil e no DF. A partir das informações obtidas com essa pesquisa, foi constatado que o documento mais recente de direcionamento das ações de SAN no DF em 2021, era o II PDSAN, que teve vigência de 2016 a 2019. Dessa forma as diretrizes do II PDSAN foram confrontadas com as dimensões que compõem o conceito brasileiro de SAN, a fim de compreender qual (ou quais) das dimensões do conceito cada diretriz estabelecida no Plano pretendeu promover.

Em primeiro lugar foi feita a análise do relatório “O estado da Segurança Alimentar e Nutricional no Brasil – Um Retrato Multidimensional” (FAO, 2014), que, dentre outras coisas, esclarece o teor de cada uma das seis dimensões do conceito de SAN adotado pelo Brasil. Segundo o documento, o primeiro passo para assegurar a SAN da população brasileira, e que é a primeira dimensão desse conceito, é a garantia da produção de alimentos. Essa dimensão, juntamente com investimentos em comercialização e distribuição, assegura o alcance da

segunda dimensão, a disponibilidade de alimentos em quantidade suficiente para abastecer a população (FAO, 2014). Em seguida, é necessário que haja a garantia de renda para a população – a terceira dimensão do conceito –, para que se alcance a quarta dimensão, o acesso à alimentação, que trata tanto do acesso físico, quanto do acesso econômico ao alimento. No entanto, apenas o acesso e a disponibilização de alimentos não são suficientes para que a SAN seja assegurada. É necessário que os alimentos tenham qualidade nutricional e sanitária, o que leva à necessidade da existência de uma quinta dimensão desse conceito, a garantia de saúde e acesso a serviços de saúde. Por fim, para que a SAN esteja assegurada ao longo do tempo, é necessário que haja investimento em educação, que se trata da sexta e última dimensão desse amplo e complexo conceito. O investimento em educação é fundamental para a geração de renda, diminuindo os índices de pobreza e, conseqüentemente, de insegurança alimentar. Além disso, a dimensão educação também pode contribuir para o acesso da população às informações acerca da qualidade nutricional e sanitária dos alimentos consumidos por ela (FAO, 2014).

O II PDSAN possui sete diretrizes, que foram estabelecidas pela Política Nacional de SAN (BRASIL, 2010), e estão descritas a seguir:

- Diretriz I - Garantia do acesso à alimentação adequada e saudável, com prioridade para as famílias e pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional.
- Diretriz II - Promoção do abastecimento e estruturação de sistemas sustentáveis e descentralizados, de base agroecológica, de produção, extração, processamento, distribuição e comercialização de alimentos.
- Diretriz III - Instituição de processos permanentes de educação alimentar e nutricional, pesquisa e formação nas áreas de segurança alimentar e nutricional e do direito humano à alimentação adequada.
- Diretriz IV - Promoção, universalização e coordenação das ações de segurança alimentar e nutricional voltadas para quilombolas e demais povos e comunidades tradicionais de que trata o art.3º, inciso I, do Decreto nº 6.040, de 07 de fevereiro de 2007, povos indígenas e assentados da reforma agrária e comunidade de matriz africana.
- Diretriz V - Fortalecimento das ações de alimentação e nutrição em todos os níveis da atenção à saúde, de modo articulado às demais ações de segurança alimentar e nutricional.
- Diretriz VI - Garantia do acesso universal à água de qualidade e em quantidade suficiente, para o consumo e para a produção, por meio da preservação dos recursos hídricos e do meio ambiente.
- Diretriz VII - Monitoramento e avaliação da realização progressiva do direito humano à alimentação adequada e saudável (BRASIL, 2010)

As 183 metas do II PDSAN foram organizadas para atenderem às diretrizes supracitadas. Dessa forma, considerando que a proposta principal desta pesquisa foi analisar a relação entre a promoção das diferentes dimensões da SAN pela agenda política do DF e seu impacto na agricultura familiar da região, foram selecionadas apenas as metas com maior

potencial de impacto para esse setor. Sendo assim, as metas foram selecionadas quando seu conteúdo abrangia temas relacionados aos termos: produção de alimentos da agricultura familiar; fomento à comercialização desses alimentos; fornecimento de crédito; capacitação de agricultores familiares, e suportes estruturais à produção (como garantia do acesso à água e regularização fundiária).

A partir da análise do II PDSAN, foi observada a relevância dos programas de compras institucionais, uma vez que eles foram temas de grande parte das metas do Plano que impactam mais diretamente a agricultura familiar, representando 40% dessas metas. Sendo assim, foram feitas consultas à SEAGRI – DF, à Emater – DF e à Secretaria de Estado de Educação do DF (SEE – DF), por meio do Sistema Eletrônico de Serviço de Informações ao Cidadão do DF (e-SIC/DF). A investigação por meio do portal e-SIC/DF, complementou as informações acerca da execução do PAA, PAPA – DF e PNAE. Os contatos com a Emater – DF, com a SEAGRI – DF e com a SEE – DF, por meio do e-SIC/DF, foram feitos sob os protocolos de pedidos nº 00072000015202167, nº 00070000073202119 e nº 00080.000371/2022-62, respectivamente. A Emater – DF respondeu à solicitação feita, sob despacho nº 64397093, em 24/06/2021, a SEAGRI – DF, sob despacho nº 64298500, em 05/07/2021 e a SEE – DF, sob despacho nº 91643917, em 02/08/2022. A consulta aos órgãos executores desses programas também abordou questões sobre a participação dos agricultores por gênero, tendo em vista que o objetivo principal desta pesquisa é compreender os impactos da agenda de SAN nas relações de gênero dos núcleos familiares aqui estudados, tema que será abordado mais profundamente no capítulo 2.

4. Resultados e discussão

A Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional do DF (LOSAN-DF) nº 4.085/2008 dispõe sobre a Política de SAN e o SISAN no âmbito do DF. Ela cria a Política de SAN do DF e orienta sobre seus objetivos, dispõe sobre as partes que integram o SISAN do DF e sobre as competências do CONSEA/DF e de outros membros envolvidos nesta política (BRASÍLIA, 2008). Em novembro de 2011, o DF aderiu ao SISAN, assumindo a responsabilidade de elaborar um Plano Distrital de SAN (PDSAN), orientado pela PNSAN. O I PDSAN teve como objetivo identificar e criar diretrizes, objetivos e estratégias, programas e ações, orçamentos e metas que seriam implementados nos quatro anos seguintes. O I PDSAN também criou formas de avaliação e monitoramento do DHAA no DF (GDF, 2013).

No âmbito do DF, o SISAN é composto pela Conferência Distrital de Segurança Alimentar e Nutricional, pelo CONSEA/DF, e pela Câmara Intersetorial de Segurança Alimentar e Nutricional (CAISAN/DF). A Conferência é responsável por indicar as diretrizes e prioridades da Política e do Plano de SAN para o CONSEA/DF. O CONSEA/DF deve assessorar o Governador do DF, articular os órgãos e entidades ligados à SAN, a fim de promover o diálogo e facilitar a integração das ações que fazem parte do SISAN (CODEPLAN, 2012). A CAISAN/DF é responsável pela articulação e integração dos órgãos da Administração Pública do DF que de alguma forma participam das ações de SAN. Além disso, ela elabora, revisa e coordena a Política de Segurança Alimentar e Nutricional e o Plano de Segurança Alimentar e Nutricional do DF (CODEPLAN, 2012).

O II PDSAN teve sua execução prevista do período de 2016 até 2019, por se tratar do documento mais recente de orientação das ações de SAN no DF no período de realização da pesquisa, a análise foi feita com base nele. O Plano é composto por 183 metas, que buscaram dar respostas ao acesso à alimentação, e à redução da pobreza, da desigualdade social e da insegurança alimentar e nutricional (GDF, 2018).

Conforme mencionado na seção anterior, as sete diretrizes utilizadas no II PDSAN foram estabelecidas pela PNSAN. Essas diretrizes buscam dar conta das dimensões do conceito brasileiro de SAN, criado pela Lei nº 11.345, de 15 de setembro de 2006. O quadro abaixo foi construído a fim de demonstrar qual dimensão do conceito de SAN cada diretriz do II PDSAN buscou promover, com base na proposta de cada diretriz e no conceito de cada uma das seis dimensões.

Quadro 3: Dimensões da SAN e diretrizes do II Plano Distrital de Segurança Alimentar e Nutricional

SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL						
Dimensões conceito no Brasil	Disponibilidade	Produção	Acesso à alimentação	Renda	Saúde e acesso a serviços de saúde	Educação
Diretrizes do II PDSAN associadas	Diretriz I Diretriz II Diretriz IV Diretriz VI	Diretriz I Diretriz II Diretriz IV Diretriz VI	Diretriz I Diretriz II	Diretriz I Diretriz II	Diretriz I Diretriz V Diretriz VI	Diretriz III Diretriz VII

Fonte: Elaborada pela autora

A garantia da produção e da disponibilidade de alimentos em quantidade suficiente para toda a população é fundamental para o alcance da SAN. Essas dimensões orientam a realização de ações que promovam a produção de alimentos, sua comercialização, o abastecimento e distribuição (FAO, 2014).

As diretrizes do II PDSAN que estão relacionadas com as dimensões produção e disponibilidade são as diretrizes I, II, IV e VI. A diretriz I envolveu ações que tinham a intenção de garantir o DHAA. As metas desta diretriz buscaram contemplar o acesso à alimentação, a redução da pobreza, da desigualdade social e da miséria. Para alcançar esse objetivo, estas metas, dentre outras coisas, visaram incentivar a produção de alimentos provenientes da agricultura familiar, tanto para as cestas de alimentos distribuídas, quanto para os programas de compras institucionais. A diretriz II envolveu ações que contribuíram para o aumento da produção e da comercialização de alimentos de qualidade. Dessa forma, o GDF, buscou incrementar programas que promovem a compra de produtos da agricultura familiar, como o PAA, o Programa de Aquisição da Agricultura (PAPA – DF) e o PNAE (que, por determinação da Lei nº 11.947, de junho de 2009, reserva 30% de seu orçamento para aquisição de produtos da agricultura familiar), no DF o PNAE é denominado PAE – DF (GDF, 2018). As metas buscaram a melhoria de questões relacionadas à produção desse setor, como a regularização fundiária, o aumento da cadeia produtiva de hortifrutigranjeiros, a capacitação e o apoio ao desenvolvimento de agricultores familiares, o incentivo à implantação de hortas, e a regulação do uso de agrotóxicos (GDF, 2018). A diretriz IV envolveu ações de SAN para os povos e comunidades tradicionais, buscando o alcance dos direitos humanos básicos para essas populações, e o suporte institucional para a produção de agricultores e extrativistas pertencentes a essas comunidades, além da busca pela regulação fundiária. A diretriz VI tratou de ações voltadas para a garantia do acesso à água, tanto para consumo, quanto para produção (GDF, 2018).

As dimensões renda e acesso à alimentação partem do pressuposto de que, para atingir a SAN, é necessário que todos tenham acesso físico e econômico aos alimentos por meio de formas socialmente aceitáveis, como, por exemplo, a compra, a produção, a caça, a extração e a troca (FAO, 2014).

As diretrizes do II PDSAN relacionadas com as dimensões renda e acesso à alimentação são as diretrizes I e II. A diretriz I envolveu ações que tinham a intenção de garantir o DHAA. Dessa forma, as metas desta diretriz buscaram contemplar o acesso à alimentação, a redução da pobreza, da desigualdade social e da miséria (CAISAN/DF, 2018). Para atingir essas metas, foram desenvolvidas ações voltadas para assistência social, segurança alimentar, trabalho e renda, saúde, educação e agricultura, com foco na população em vulnerabilidade social. Os programas que foram fortalecidos com essas metas foram os programas da área de assistência social do governo, como o Bolsa Família, programas de provimento alimentar, como o Programa de Provimento Alimentar Institucional (PROVISAN), ações em prol da geração de

trabalho e renda, e a ampliação e garantia da alimentação escolar, por meio do Programa de Alimentação Escolar do DF, e de outras ações nesse sentido. A diretriz II envolveu ações que contribuíram para o aumento da produção e da comercialização de alimentos de qualidade. Dessa forma, o GDF, buscou incrementar programas que promovem a compra de produtos da agricultura familiar, como o PAA, o Programa de Aquisição da Agricultura (PAPA – DF) e o PAE – DF (que, por determinação da Lei nº 11.947, de junho de 2009, reserva 30% de seu orçamento para aquisição de produtos da agricultura familiar). Com isso, a diretriz buscou impulsionar tanto a geração de renda, que é fundamental para o acesso ao alimento, como o aumento da quantidade disponível de alimento para a população (GDF, 2018).

A dimensão saúde e acesso a serviços de saúde diz respeito às condições sanitárias dos produtos alimentícios, logo, abrange aspectos da qualidade nutricional dos alimentos, além das condições de saneamento básico das pessoas e dos alimentos, e da segurança química e microbiológica desses produtos (FAO, 2014).

As diretrizes do II PDSAN relacionadas com a dimensão saúde e acesso a serviços de saúde são as diretrizes I, V e VI. A diretriz I envolveu ações que tinham a intenção de garantir o DHAA. Dessa forma, as metas desta diretriz buscaram contemplar o acesso à alimentação, a redução da pobreza, da desigualdade social e da miséria. Essas metas também envolvem cadastramento de pessoas em situação de vulnerabilidade social, em serviços de saúde do GDF (GDF, 2018). A diretriz V envolveu ações que visaram promover o acesso a serviços de saúde de qualidade para a população, e o controle e a regulação da qualidade biológica e sanitária dos alimentos. A diretriz VI tratou do acesso à água, que é fundamental para o saneamento básico e para a saúde (GDF, 2018).

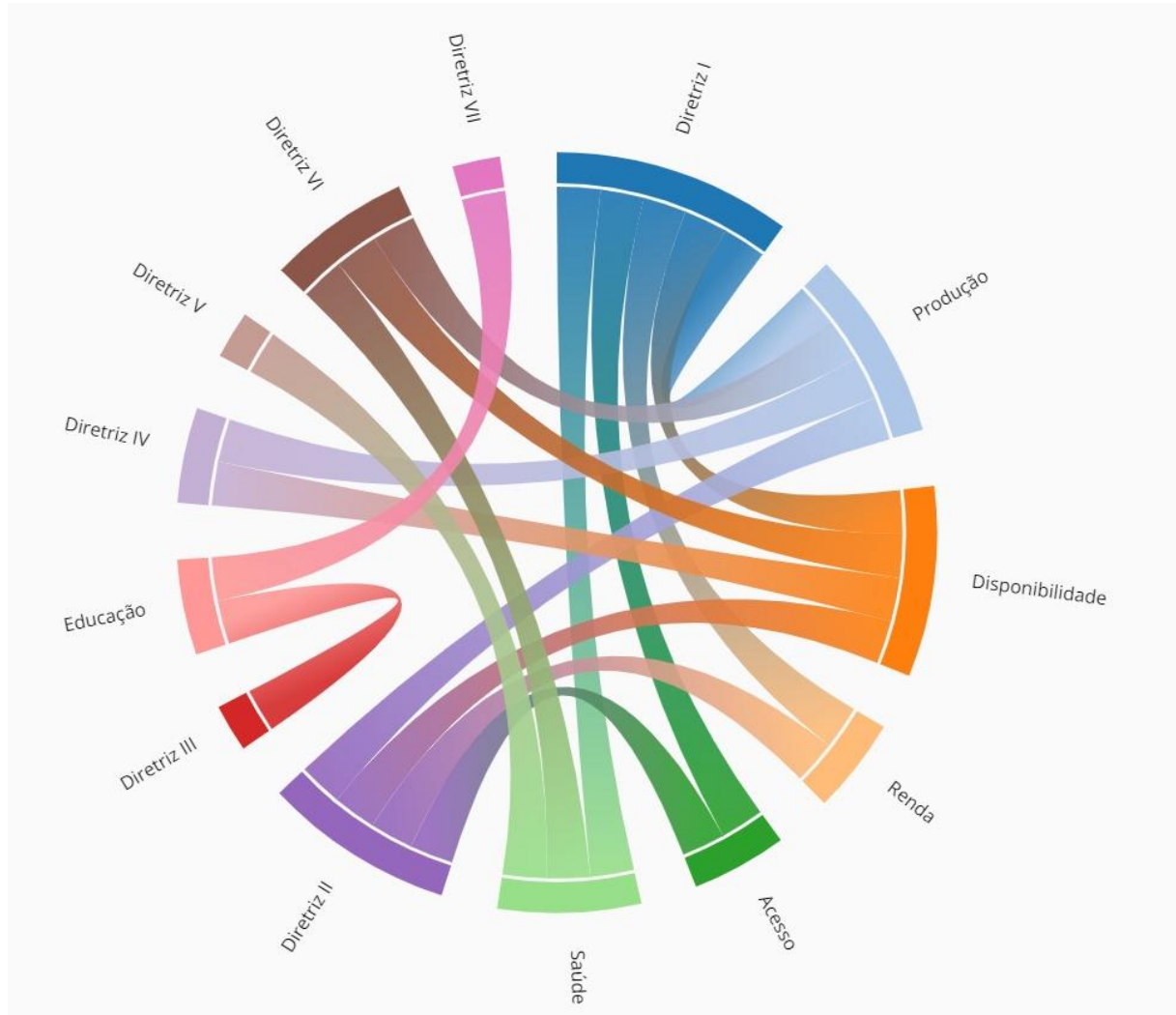
A dimensão educação diz respeito à manutenção das ações que garantem todas as outras dimensões citadas anteriormente, o conhecimento é uma ferramenta chave no que tange às escolhas feitas pelos indivíduos, logo, também tem o potencial de influenciar seus hábitos alimentares (FAO, 2014). Essa dimensão também guarda relação com a promoção da educação alimentar, a fim de incentivar a escolha de alimentos saudáveis e fornecer informações acerca da higienização correta e aproveitamento dos alimentos (CONSEA, 2004)

As diretrizes do II PDSAN relacionadas com a dimensão educação são as diretrizes III e VII. A diretriz III buscou instituir processos permanentes de educação alimentar e nutricional para a população em geral, também envolveu ações em prol da formação de profissionais da área e o incentivo à pesquisa e projetos de extensão relacionados com o tópico. A diretriz VII tratou do monitoramento e da realização do DHAA, por meio de ações de controle e

monitoramento dos órgãos responsáveis por executar os programas relacionados à SAN, e do monitoramento de indicadores da SAN de forma geral (GDF, 2018).

O gráfico de cordas, a seguir, ilustra as relações identificadas entre as seis dimensões do conceito brasileiro de SAN e as sete diretrizes do II PDSAN:

Gráfico 1: Relação dimensões Segurança Alimentar e Nutricional e diretrizes do II Plano Distrital de Segurança Alimentar e Nutricional



Fonte: Elaborado pela autora (CHORD DIAGRAM, 2022)

Como resultado dessa análise foi possível concluir que as dimensões produção de alimentos, disponibilidade de alimentos, renda e acesso ao alimento são as dimensões cuja promoção têm maior impacto para a agricultura familiar. As diretrizes do II PDSAN números I, II, IV e VI guardam relação com essas quatro dimensões. Conforme citado na metodologia deste capítulo, o critério utilizado para essa seleção foi o conteúdo de cada diretriz, e de suas respectivas metas, elas foram selecionadas quando seu texto abrangia temas relacionados aos

termos: produção de alimentos da agricultura familiar; fomento à comercialização desses alimentos; fornecimento de crédito; capacitação desses agricultores, e suportes estruturais à produção (como garantia do acesso à água e regularização fundiária).

Dessa forma, o quadro abaixo foi elaborado a partir das metas das diretrizes I, II, IV e VI que mostraram maior potencial de impactar o setor da agricultura familiar. Ao todo, foram selecionadas 55 metas, que estão descritas no quadro 4. No II PDSAN, essas metas estão separadas pelos seguintes temas: assistência social, transferência de renda, geração de trabalho e renda; programas de provimento alimentar; rede de equipamentos públicos de SAN; alimentação escolar; acesso à terra e regularização fundiária; fomento à produção e à agroindústria de base familiar, preferencialmente agroecológica; assistência técnica e extensão rural; fomento à comercialização de alimentos produzidos em âmbito local; direitos humanos e cidadania; acesso a serviços públicos e programas sociais voltados aos Povos e Comunidades Tradicionais (PCTs); garantia de acesso à água para produção de alimentos; preservação e educação ambiental; e saneamento básico e gestão de resíduos sólidos (GDF, 2018).

Quadro 4: Temas e metas do II Plano Distrital de Segurança Alimentar e Nutricional com potencial de impacto na agricultura familiar. As metas que estão em negrito abordam temas relacionados aos programas de compras institucionais.

Temas	Principais Metas
Assistência Social	- Referenciar todas as comunidades de “Povos e Comunidades Tradicionais” que demandarem atendimento nas unidades públicas da assistência social, considerando o território de localização das mesmas. - Criar Grupo Gestor do Programa de Coleta e Doação de Alimentos, com participação da Centrais de Abastecimento de Brasília /Banco de Alimentos.
Transferência de renda	- Realizar o cadastramento de famílias no CadÚnico, sobretudo, os catadores de materiais recicláveis, as pessoas em situação de rua e os povos e comunidades tradicionais, a fim de buscar a inserção em programas de transferência de renda e outros Programas Sociais de Governo.
Geração de trabalho e renda	- Promover a inserção produtiva e a geração de renda por meio do cooperativismo, associativismo e da economia solidária, com a execução de 40 ações como a realização de eventos, encontros, feiras e fóruns. - Implantar na Fábrica Social a incubadora de cooperativas de empreendimentos solidários nas áreas de construção civil, confecção de vestuário e material esportivo, produção e cultivo de alimentos saudáveis e instalação e manutenção de placas fotovoltaicas.
Programas de provimento alimentar	- Prover cestas emergenciais e transitórias de alimentos a 100% de famílias e pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional ou vulnerabilidade social, que recorram à rede. Suas para solicitação da concessão, em conformidade com o Protocolo de Concessão de Cestas Emergenciais de Alimentos, e de acordo com a disponibilidade orçamentária. - Conceder, em complemento a cesta emergencial de alimentos não perecíveis, cesta verde a no mínimo 50% das famílias contempladas mensalmente pelo Programa, em conformidade com o Protocolo de Concessão de Cestas Emergenciais de Alimentos.
Rede de equipamentos	- Ampliar, em pelo menos 30%, a quantidade de produtos adquiridos da

públicos de segurança alimentar e nutricional	agricultura familiar pela Secretaria para a oferta dos seus programas e ações.
Alimentação Escolar	- Restringir em, no máximo, 30% do valor total dos recursos repassados pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação a aquisição de gêneros alimentícios enlatados, compostos, concentrados, preparações prontas e semiprontas, priorizando a aquisição de alimentos in natura ou minimamente processados.
Acesso à terra e regularização da questão fundiária	- Alterar o decreto que regulamenta a Lei 1.572/1997 (cria o Programa de Assentamentos dos Trabalhadores Rurais - PRAT) visando amparo legal para a manutenção sucessória da terra aos assentados, garantindo aos beneficiários do PRAT segurança jurídica, ou seja, o contrato de direito de uso da terra. - Licenciar 07 assentamentos criados. - Celebrar contrato probatório de direito de uso com os beneficiários do PRAT.
Fomento à produção e a agroindústria de base familiar, preferencialmente agroecológica.	- Cadastrar 1257 agricultores familiares no Programa de Aquisição de Alimentos no Distrito Federal. - Assistir 2800 propriedades rurais em transição agroecológica, orgânicas e de base agroecológica. - Instituir a Política e regulamentar a Lei de Incentivo ao Desenvolvimento da Agroecologia e Produção Orgânica. - Fomentar a produção de alimentos em 300 famílias da área rural que se encontram em IAN. - Manter/renovar Termo de Adesão com o Ministério do Desenvolvimento Social possibilitando às compras públicas por meio do Programa de Aquisição de Alimentos por Termo de Adesão - PAA/TA. - Definir, por meio de decreto distrital, limite mínimo para aquisição de Alimentos da Agricultura familiar pelos órgãos do GDF. - Ampliar as compras de produtos orgânicos no Programa de Aquisição de Alimentos por Termo de Adesão para 10% do volume total adquirido na proposta.
Assistência técnica e extensão rural	- Criar Grupo de trabalho para a elaboração de minuta de Projeto de Lei que estabelecerá normas sanitárias e tratamento simplificado e diferenciado para a produção, processamento e a comercialização de produtos da agroindústria de pequeno porte no Distrito Federal. - Capacitar 500 agricultores e trabalhadores rurais em técnicas agroecológicas ou sustentáveis na produção de hortaliças. - Orientar e capacitar 1000 agricultores e trabalhadores rurais na redução e racionalização do uso de agrotóxicos. - Capacitar 600 extensionistas rurais para o desenvolvimento da ATER. - Publicar Lei que alterará a Lei n.º 414/93 (Dispõe sobre produção, armazenamento, comercialização, transporte, consumo, uso, controle, inspeção, fiscalização e destino final de agrotóxicos, seus componentes e afins no Distrito Federal e dá outras providências) e decreto(s) que regulamentará(ão) a nova lei. - Realizar 200 fiscalizações por ano em propriedades rurais. - Realizar 150 por ano fiscalizações em estabelecimentos comerciais agropecuários.
Fomento à comercialização de alimentos produzidos em âmbito local	- Ampliar e fomentar 60 espaços de comercialização da agricultura familiar e urbana, atingindo 300 produtores orgânicos. - Ampliar para 1250 agricultores familiares participantes nas várias modalidades do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). - Aumentar para 350 o número de agricultores familiares participantes de compras diretas para alimentação escolar nas regionais de ensino do DF (PNAE-DF). - Fomentar a participação de 400 agricultores familiares no Programa de Aquisição da Produção da Agricultura do DF- PAPA-DF. - Incluir nos editais das licitações dos programas e ações de SAN a compra da agricultura familiar e orgânicos do DF, prioritariamente. - Promover demanda de aquisição de, no mínimo, R\$ 500.000,00 por ano de alimentos orgânicos para atendimento às famílias em situação de

	<p>insegurança alimentar e nutricional por meio do Programa de Aquisição da Produção da Agricultura do Distrito Federal - PAPA-DF.</p> <ul style="list-style-type: none"> - Capacitar 100 agricultores familiares para vendas institucionais. - Utilizar no mínimo 30% dos recursos repassados pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento à Educação (FNDE) na aquisição de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar rural ou de suas organizações. - Promover atividade agroindustrial para a agricultura familiar para acesso às compras institucionais. - Inserir no Programa Brasília Qualidade no Campo 100% dos agricultores familiares que participam do PAA. - Ampliar para 1.257 participação dos agricultores familiares no Programa de Aquisição de Alimentos – PAA. - Realizar 4 capacitações anuais às participantes do Fórum Distrital Permanente das Mulheres do Campo e do Cerrado para instrumentalizá-las a concorrer aos editais do Programa de Aquisição da Produção da Agricultura (PAPA/DF). - Aumentar para 350 o número de agricultores familiares do DF e RIDE, no Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE.
Direitos humanos e cidadania	<ul style="list-style-type: none"> - Elaborar e distribuir 1000 unidades do Guia Prático para Regulamentação Fundiária das Áreas Ocupadas Por Povos e Comunidades Tradicionais do Distrito Federal. - Articular com os órgãos competentes a regularização fundiária de terrenos ocupados por povos e comunidades tradicionais. - Elaborar Guia de Boas Práticas Ambientais pautado em ações exitosas de povos e comunidades tradicionais do Distrito Federal. - Apoiar iniciativas na implementação de práticas ambientais sustentáveis e responsáveis, através da conscientização e disseminação das informações nos territórios de povos e comunidades tradicionais
Acesso a serviços públicos e programas sociais voltados aos PCTs	<ul style="list-style-type: none"> - Elaborar e distribuir 1000 unidades do Guia Prático para Regulamentação Fundiária das Áreas Ocupadas Por Povos e Comunidades Tradicionais do Distrito Federal. - Articular com os órgãos competentes a regularização fundiária de terrenos ocupados por povos e comunidades tradicionais. - Apoiar iniciativas na implementação de práticas ambientais sustentáveis e responsáveis, através da conscientização e disseminação das informações nos territórios de povos e comunidades tradicionais. - Realizar estudo para análise da viabilidade da adequação das Políticas de Habitação e de Assentamento Rural às necessidades dos PCT's. - Articular com os órgãos competentes a adoção de providências que visem a melhoria sanitária domiciliar e perfuração de poços artesianos para o PCT's.
Garantia de acesso à água para produção de alimentos	<ul style="list-style-type: none"> - Expandir os sistemas de abastecimento de água nos sistemas: Sistema Bananal, Sistema Corumbá ETA, Sistema Corumbá - Adutora de Água Bruta e Sistema Corumbá - Adutora de Água Tratada. - Assinar contratos com produtores residentes na Bacia do Pipiripau/DF para Projeto Produtor de Água no Pipiripau. - Fomentar e desenvolver tecnologias de baixo consumo de água na produção de alimentos. - Elaborar Plano Diretor de Atendimento Rural. - Capacitar 20 produtores rurais da Bacia do Descoberto no projeto Produtor Amigo da Água.
Preservação e educação ambiental	<ul style="list-style-type: none"> - Capacitar 20 produtores rurais da Bacia do Descoberto no projeto Produtor Amigo da Água.
Saneamento básico e gestão de resíduos sólidos	<ul style="list-style-type: none"> - Instalar 225 fossas sépticas em propriedades rurais da agricultura familiar.

Fonte: Elaborado pela autora.

O quadro acima apresenta as 55 metas do II PDSAN, que têm o potencial de impactar a produção da agricultura familiar, algumas de forma mais direta, outras menos. Isso significa que aproximadamente 30% das metas estabelecidas pelo GDF durante o período de vigência do II PDSAN (2016 a 2019) tiveram o intuito de fortalecer a agricultura familiar de alguma forma. Esse percentual pode ser considerado baixo, uma vez que o fortalecimento da agricultura familiar é uma peça chave no alcance da SAN.

Vale ressaltar que, destas 55 metas, 21 abordam temas relacionados aos programas de compras institucionais, estas metas estão em negrito para facilitar a identificação por parte do leitor. Ou seja, aproximadamente 40% das metas que trataram sobre a agricultura familiar, tiveram como tema o incremento desses programas de alguma forma. A maior parte dessas metas se encontra relacionada ao tema fomento à comercialização de alimentos produzidos em âmbito local. Esse dado é muito significativo, uma vez que corrobora com a literatura acerca do tema, demonstrando a importância dos mercados institucionais para a geração de renda e emprego para agricultores familiares. Esses mercados também facilitam a organização da produção, uma vez que os produtores têm certeza da quantidade de alimentos que conseguirão escoar (ZACARIAS; FERREIRA, 2013). Sendo assim, essas políticas tiveram destaque na análise feita nesta pesquisa, em função da sua relevância nas metas apresentadas.

Os mercados institucionais são importantes instrumentos de ação governamental formados a partir das demandas de produtos e serviços provenientes das instituições públicas, a fim de atender escolas, creches, comunidades carentes, hospitais, presídios, entre outras. Com a ascensão da agenda de SAN a partir de 2003, os mercados institucionais ganharam mais força no debate público. No entanto, o governo brasileiro tem usado esse tipo de arranjo institucional desde o século XX, alguns exemplos são: a aquisição e queima do café na década de 1930, a Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM) na década de 1940, e o Programa de Racionalização da Produção de Alimentos Básicos (PROCAB) na década de 1970 (VOGT, 2009; SCHMITT; GRISA, 2013; ZACARIAS; FERREIRA, 2013). A grande inovação do século XXI para os mercados institucionais foi sua orientação focada no setor da agricultura familiar, sua forte relação com a garantia da SAN, e com o incentivo à sustentabilidade. Essa inovação na orientação desse tipo de política pública é fruto da mudança radical na orientação governamental que ocorreu a partir de 2003, com a já mencionada abertura política para a agenda de SAN (ZACARIAS; FERREIRA, 2013).

Sendo assim, assumindo que políticas de apoio à comercialização buscam corrigir falhas de mercado, essas políticas foram construídas a partir da constatação de que a agricultura familiar é fundamental para a garantia da SAN, e do reconhecimento de que esse setor vinha

sendo sistematicamente preterido nas políticas governamentais ao longo do século XX (VOGT, 2009; SCHMITT; GRISA, 2013; ZACARIAS; FERREIRA, 2013). Desde então, esse tipo de mercado se tornou um importante nicho para os agricultores familiares, devido à forma que as políticas foram construídas como, por exemplo, a dispensa de licitação em alguns programas (que historicamente dificultava a participação dos agricultores familiares nesses mercados) e a possibilidade de formação de estoque no PAA (VOGT, 2009; SCHMITT; GRISA, 2013; ZACARIAS; FERREIRA, 2013).

O restante das metas abordou assuntos diversos, como: o incentivo ao cooperativismo, o associativismo, economia solidária e afroempreendedorismo; o impulsionamento da regulamentação da questão fundiária na região; assistência técnica e incentivo à produção orgânica e agroecológica; e o fornecimento de infraestrutura para o campo, com a melhoria do abastecimento de água na região rural e a construção de fossas sépticas em propriedades da agricultura familiar.

Ao observarmos as metas, é possível perceber que muitas delas se complementam. Ao organizarem-se em cooperativas e associações, os agricultores familiares têm mais chances de participar de políticas públicas, têm a possibilidade de trocar experiências e conhecimentos, organizar mutirões das mais variadas características, além de obterem uma facilidade maior na aquisição de ferramentas para otimizar sua produção, como tratores, por exemplo (BERNARDI, 2013). Existe uma distinção na literatura entre os termos cooperativismo, cooperativas e cooperação. Sendo assim, para este trabalho, compreende-se cooperativa como uma estrutura organizacional, na qual as pessoas que pertencem a ela se organizam sob a lógica da auto-gestão, com uma ótica democrática e são regidas por princípios de igualdade para com a propriedade, a gestão e a repartição dos recursos pertencentes à cooperativa (MARTINS, 2016). Cooperação é entendida aqui como uma ação social articulada, na qual os indivíduos cooperam entre si para atingir um objetivo em comum. Já o cooperativismo se trata de uma doutrina preocupada com a transformação social, buscando alterações nas estruturas sociais (SCOPINHO, 2007).

O associativismo é compreendido como um sistema integrado de produtores que expressam interesses homogêneos. O associativismo tem como característica essencial a possibilidade de proporcionar benefícios técnicos, econômicos, profissionais e sociais aos membros das associações (SANGALLI *et al*, 2015). Assim como as cooperativas, as associações são instrumentos que contribuem com a organização da produção familiar, e representam uma maneira de sobrevivência ao mercado. Juntamente com as cooperativas, as

associações têm sido importantes para os processos de criação de estratégias de permanência dos agricultores familiares em seus lotes em assentamentos rurais (SANGALLI *et al*, 2015).

Os serviços de assistência técnica e extensão rural têm o papel de fomentar a adoção de inovações técnicas que auxiliarão esses agricultores na sua produção, na transição agroecológica e na participação em programas do governo, colaborando, assim, mais uma vez, para sua inserção nos mercados institucionais (CASTRO; PEREIRA, 2017). As práticas agroecológicas indicam o surgimento de um novo paradigma de desenvolvimento rural, que busca reconfigurar a terra, o trabalho, a natureza e as redes de mercado em novos arranjos técnicos, econômicos e políticos voltados para o fortalecimento da agricultura familiar. Nesse sentido, cabe aos extensionistas o trabalho de romper com a resistência de alguns agricultores a inovações tecnológicas que podem facilitar o processo de transição agroecológica. O desenvolvimento de sistemas produtivos ecologicamente sustentáveis envolve, além do conhecimento técnico, relações com os mercados, políticas públicas e redes de produção e troca de conhecimentos. Dessa forma, o governo, por meio de políticas, incentiva os agricultores a adotarem práticas agroecológicas e os orienta nesse processo (SCHMITT; GRISA, 2013).

A questão da regularização fundiária aparece em apenas cinco das 55 metas listadas no quadro 4, esse dado reflete a realidade da questão fundiária no Brasil. Historicamente o acesso à terra tem sido negado a esses agricultores. A democratização do acesso à terra tem o potencial de gerar emprego, gerar e redistribuir renda no meio rural. No entanto, o assunto permanece sendo ignorado pelas entidades governamentais, que investem pouco na efetivação da reforma agrária no País (CAUME, 2017). A disposição dos agricultores em assentamentos geralmente causa um impacto positivo no que tange às formas de organização coletiva, como por exemplo associações de produção, cooperativas, centros de convivência comunitária, grupos de mulheres, de jovens e afins. A garantia de acesso à terra é condição fundamental para a melhoria na qualidade de vida dos agricultores familiares, a efetivação da reforma agrária é um elemento estratégico na busca pela superação da miséria, fome e pobreza no meio rural, sendo a superação dessas mazelas condição fundamental para o alcance da SAN (CAUME, 2017).

4.1 Execução dos programas de compras institucionais em 2021

Com o advento da Pandemia do Coronavírus (COVID-19) em 2020, os movimentos sociais da agricultura familiar apontaram os riscos de agravamento da situação de insegurança alimentar e da instabilidade na produção de alimentos pelo setor durante a Pandemia, em razão do desmonte das políticas públicas de compras institucionais, que vem se intensificando desde

o ano de 2016, e foi agravado pelo contexto de isolamento social. Em 8 de abril de 2020, mais de 774 movimentos, redes e organizações da agricultura familiar se uniram para apresentar uma proposta para o governo federal para o contexto da crise sanitária. Esses grupos exigiram um aporte de recursos mais expressivo para o PAA⁷, que, apesar de ter continuado em execução no ano de 2021, estava perdendo relevância no orçamento da União nos últimos anos. Dessa forma, em 2020, esses grupos apresentaram uma proposta solicitando um bilhão de reais emergenciais, para garantir o escoamento da produção de 150 mil agricultores familiares, por meio da aquisição por parte dos governos federal, estaduais, distrital e municipais de 300 mil toneladas de alimentos (CANAVESI *et al.*, 2020; ANA, 2020; MATTOS, 2017). No ano de 2019, o valor executado do PAA foi de cerca de cem milhões de reais, valor 77,3% inferior ao valor executado em 2014, ano no qual o Programa recebeu mais recurso (RÉGIS; ALVES, 2022).

Como resposta às pressões sociais, a Ministra da Agricultura Tereza Cristina anunciou no mesmo dia da proposta dos movimentos sociais (8 de abril de 2020), a liberação de R\$ quinhentos milhões de reais para aquisição de produtos da agricultura familiar pelo PAA, em caráter emergencial durante a Pandemia (TOOGE, 2020). Apesar de ter havido uma resposta do Estado às pressões exercidas pelas organizações sociais do setor da agricultura familiar nesse contexto, os recursos liberados para o Programa em âmbito nacional ainda estão muito abaixo do valor solicitado para garantia do abastecimento da população em situação de vulnerabilidade social, e do escoamento da produção dos agricultores familiares (CANAVESI *et al.*, 2020).

Tendo em vista essa conjuntura, os órgãos públicos do DF buscaram alternativas para manter as políticas públicas de SAN em atividade durante o período mais crítico da Pandemia, em 2020. Segundo informações obtidas a partir de contato com a Emater – DF e a SEAGRI – DF, para cada um dos três programas de compras institucionais vigentes em 2021, o PAA, o PAPA – DF e o PNAE – DF, foram tomadas medidas que visaram garantir a segurança alimentar e nutricional das pessoas em situação de vulnerabilidade social que são beneficiadas pelos programas e, também, manter em atividade essas importantes vias de escoamento da produção da agricultura familiar. Segundo a Emater – DF, as medidas tomadas para a manutenção desses Programas foram: a articulação interinstitucional entre a Emater – DF, a SEAGRI – DF e a Central de Abastecimento do DF (CEASA); a ampla divulgação das modalidades dos programas para os agricultores familiares e suas organizações; o

7 A Medida Provisória (MP) nº 1.061, de 9 de agosto de 2021, regulamentada pelo Decreto nº 10.880, de 2 de dezembro de 2021, extinguiu o PAA, por meio da revogação do artigo 19º da Lei nº 10.696, de 2 de julho de 2003, que criou o Programa.

planejamento, acompanhamento e programação das entregas dos alimentos destinados aos Bancos de Alimentos, e a manutenção da assistência técnica aos agricultores familiares e suas organizações. O quadro a seguir traz as informações levantadas por meio das consultas à Emater – DF, à SEAGRI – DF e à SEE – DF.

Quadro 5: Execução dos programas de compras institucionais do Distrito Federal em 2020 e 2021

Programa	Quantidade de agricultores fornecedores	Orçamento
PAA	- 1.289 agricultores, sendo 451 do sexo feminino e 838 do sexo masculino - 130 organizações da agricultura familiar (total de 33.107 agricultores cooperados ou associados)	- R\$1.544.808,30 (um milhão quinhentos e quarenta e quatro mil oitocentos e oito reais e 30 centavos)
PAPA – DF	- 378 agricultores, sendo 112 do sexo feminino e 266 do sexo masculino	- R\$ 7.265.000,00 (sete milhões duzentos e sessenta e cinco reais)
PAE – DF	- 1.195 núcleos familiares (por DAP)	- R\$23.898.990,80 (vinte e três milhões oitocentos e noventa e oito mil novecentos e noventa reais e oitenta centavos)

Fonte: Elaborado pela autora

Segundo dados do Censo Agropecuário mais recente, realizado pelo IBGE em 2017, a quantidade de agricultores familiares no DF era 2.733, desse total, 527 eram mulheres e 2.206 eram homens, o que corresponde a 19,28% e 80,74%, respectivamente, é importante observar que esses dados já estão desatualizados (IBGE, 2017).

Apesar dos cortes orçamentários que vêm ocorrendo desde 2016, que limitaram a quantidade de agricultores que podem entregar os alimentos devido à restrição financeira, de acordo com informações obtidas com a Emater – DF, no dia 12 de julho de 2021, o PAA e o PAPA – DF foram executados no DF no ano de 2021. As informações obtidas a partir do contato feito via e-Sic com a SEAGRI – DF no dia 5 de julho de 2021 também confirmam que o PAA e o PAPA – DF continuaram em execução no DF no ano de 2021, ainda que com orçamento limitado devido aos já mencionados cortes orçamentários, que restringem o número de agricultores que conseguem fornecer para os programas.

De acordo com as informações obtidas com a SEAGRI – DF, na Chamada Pública nº 01/2021 do PAPA – DF, participaram 378 agricultores familiares, por intermédio de 10 organizações sociais da agricultura familiar (associações e cooperativas), desse total, 112 são mulheres, o que corresponde a 29,63%. Para o PAPA – DF foi disponibilizado um montante de

dois milhões de reais para compra de cestas verdes, duzentos e sessenta e cinco mil reais para compra de hortifrúti para atender o Zoológico de Brasília e cinco milhões de reais para atender a demanda da Secretaria de Desenvolvimento Social (SEDES) para a aquisição de cestas verdes.

Segundo as informações obtidas com a SEE – DF, via e-sic, no dia 02 de agosto de 2022, no ano letivo de 2021, 1195 famílias de agricultores forneceram para o PAE – DF. De acordo com a SEE – DF, como as DAPs são familiares, não é possível quantificar a quantidade de agricultores participantes, nem fazer a distinção por sexo do produtor. As frutas e hortaliças adquiridas foram utilizadas nas Coordenações Regionais de Ensino de Brazlândia, Ceilândia, Gama, Guará, Núcleo Bandeirante, Paranoá, Planaltina, Plano Piloto, Recanto das Emas, Samambaia, Santa Maria, São Sebastião, Sobradinho e Taguatinga (SEEDF, 2021). A ASTRAF, Associação do pré-assentamento Chapadinha, um dos locais de estudo desta pesquisa, foi uma das vencedoras desse edital, e forneceu pouco mais de um milhão de reais em alimentos para esse Programa. Foram destinados R\$23.898.990,80 (vinte e três milhões oitocentos e noventa e oito mil novecentos e noventa reais e oitenta centavos) para o Programa de Alimentação Escolar do DF em 2021.

Ainda de acordo com a SEAGRI – DF, existiam 1289 agricultores familiares e 130 organizações da agricultura familiar (com um total de 33.107 agricultores cooperados ou associados) cadastrados no PAA compra com doação simultânea até a data em que foi realizada esta consulta. Segundo essas informações, dos 1289 agricultores familiares cadastrados no Programa no ano de 2021, 451 são mulheres, ou seja 35% do total de participantes no Programa, porém, até a data em que foi realizada esta consulta apenas 62 mulheres tinham efetivado as entregas de alimentos para o Programa. O valor executado em 2021 foi de R\$1.544.808,30 (um milhão quinhentos e quarenta e quatro mil oitocentos e oito reais e 30 centavos).

A partir das informações obtidas nesta investigação, nota-se um esforço por parte dos órgãos do GDF que executam essas políticas para mantê-las em atividade em 2021. No entanto, a pesquisa bibliográfica demonstra a perda de relevância das políticas para a agricultura familiar a nível nacional, o que prejudica a execução dos programas nas demais unidades da federação. Os gráficos que serão apresentados a seguir apresentam a evolução orçamentária de algumas das principais políticas para a agricultura familiar até 2019.

No período de 2016 a 2019, foram empregados aproximadamente 375 milhões de reais no PAA, foram formalizados mais de 2.400 projetos, que proporcionaram a entrega de cerca de 160 mil toneladas de alimentos, atendendo aproximadamente 21 milhões de pessoas em situação de insegurança alimentar. Mesmo com orçamentos limitados, o Programa ainda conseguiu beneficiar uma quantidade considerável de pessoas (CONAB, 2021). O gráfico

abaixo demonstra o desempenho do PAA Conab, Compra com Doação Simultânea (CDS), no período de 2016 a 2019. Conforme demonstrado, o desempenho do Programa vem diminuindo em função das restrições orçamentárias. O PAA sofreu drásticos cortes orçamentários devido à conjuntura política, o Programa chegou ao seu ápice de recebimento de recursos orçamentários em 2012 superando R\$ 1 bilhão de reais, em 2015 esse valor foi de pouco mais de R\$ 600 milhões de reais, em 2017 caiu para pouco mais de R\$ 300 milhões de reais, em 2020, já na gestão de Jair Messias Bolsonaro, foi de pouco mais de R\$ 160 milhões de reais e em 2021 o Programa não recebeu nenhuma dotação orçamentária (LEITE; TUBINO; SAUER, 2019; INTINI; CUNHA, 2021; MATTOS, 2017; SABOURIN *et al.*, 2020). O gráfico a seguir apresenta o desempenho do PAA Compra com Doação Simultânea (PAA – CDS) entre 2016 e 2019.

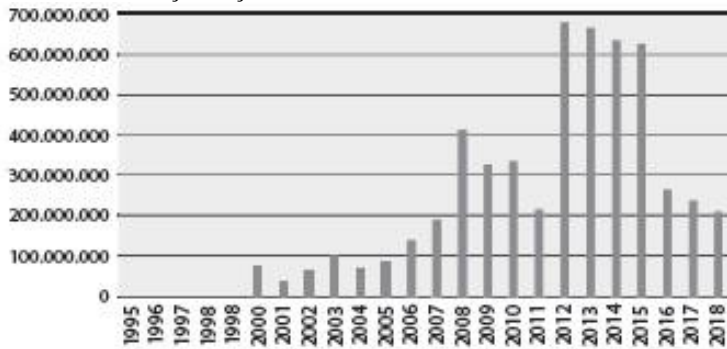
Gráfico 2: Desempenho do Programa de Aquisição de Alimentos com Compra com Doação Simultânea entre 2016 e 2019



Fonte: Conab (2021)

No ano de 2015, o governo federal havia destinado R\$ 335 milhões de reais para políticas de aconselhamento agrícola para a agricultura familiar. Em 2019 o valor caiu para R\$ 19,7 milhões de reais, e em 2020 para R\$ 7,3 milhões de reais (LEITE; TUBINO; SAUER, 2019; INTINI; CUNHA, 2021; MATTOS, 2017; SABOURIN *et al.*, 2020). O gráfico a seguir demonstra a curva decrescente dos valores destinados à ATER a partir do ano de 2012:

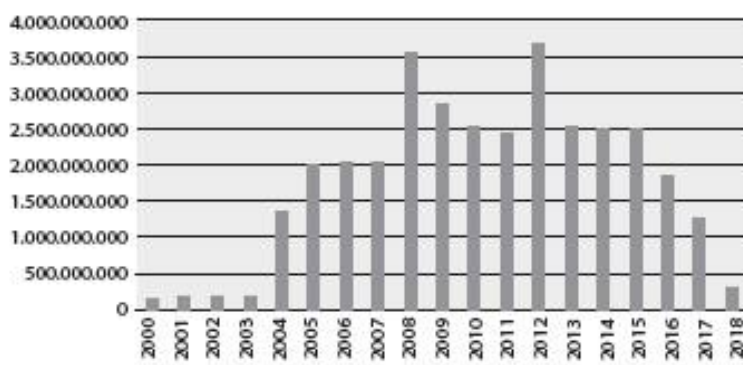
Gráfico 3: Evolução orçamentária da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural entre 1995 e 2018:



Fonte: Mattos (2017)

Nos últimos anos, o processo de criação de novos assentamentos e regularização dos processos em andamento desacelerou drasticamente. Desde 2018, nenhum latifúndio foi desapropriado, 513 processos em tramitação foram paralisados, e mais de 187 processos que já haviam sido autorizados pela Justiça para a emissão de posse foram abandonados. No ano de 2021, o INCRA possui um total de 1.133, apenas dois deles foram criados desde 2018 (GIOVANAZ, 2021). No DF e entorno, segundo dados mais recentes disponibilizados pelo INCRA, existiam 206 assentamentos em 2017 (GIOVANAZ, 2021). O gráfico 4 demonstra o movimento decrescente que ocorreu com a Política Nacional de Reforma Agrária (PNRA):

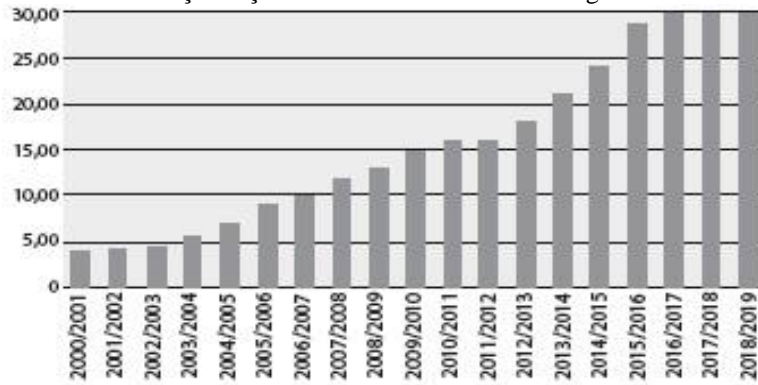
Gráfico 4: Evolução orçamentária da Política Nacional de Reforma Agrária entre 2000 e 2018



Fonte: Mattos (2017)

A partir de 2016 é possível observar uma estagnação orçamentária para o Plano Safra da Agricultura Familiar. As safras 2016/2017, 2017/2018 e 2018/2019 mantiveram-se estagnadas pela primeira vez desde o início do Plano. O gráfico abaixo ilustra a evolução do Plano desde a safra 2000/2001 até 2018/2019.

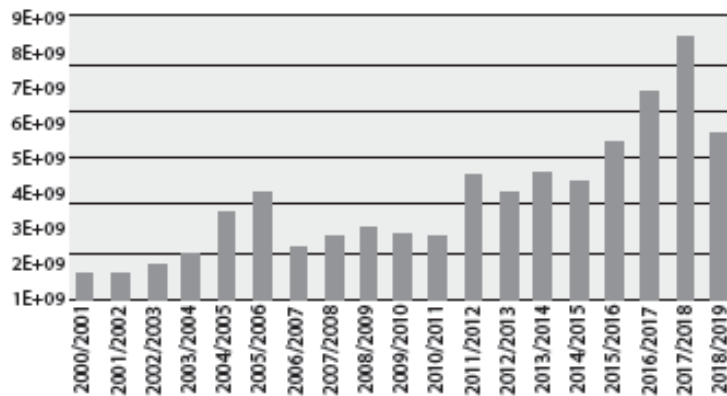
Gráfico 5: Evolução orçamentária do Plano Safra da Agricultura Familiar desde a safra 2000/2001 até 2018/2019



Fonte: Mattos (2017)

Para alguns autores, o Pronaf se consolidou como política de Estado, por esse motivo, não foram observadas quedas drásticas em seus recursos orçamentários até 2018, com base no gráfico a seguir, nota-se uma queda nos recursos destinados ao Programa na Safra 2018/2019:

Gráfico 6: Evolução orçamentária Pronaf desde a safra 2000/2001 até 2018/2019



Fonte: Mattos (2017)

A partir de 2019, a atual gestão de Jair Messias Bolsonaro já sinalizava sua aversão às políticas agrícolas para a agricultura familiar, de reforma agrária e de reconhecimento de territórios indígenas e quilombolas, demonstrando forte apoio ao agronegócio. Com isso, o atual governo federal acelerou todas as formas de desmonte de políticas públicas para a agricultura familiar. O espaço de gestão da agricultura familiar se resume, hoje, à uma pequena secretaria do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), e foram abolidos diversos mecanismos dedicados à agricultura familiar (LEITE; TUBINO; SAUER, 2019; INTINI; CUNHA, 2021; MATTOS, 2017; SABOURIN *et al.*, 2020). Esse processo tem o intuito de deixar a gestão do agronegócio e da agricultura familiar no mesmo ambiente institucional, o que demonstra um esforço por parte do governo federal em homogeneizar a agricultura

brasileira, fazendo distinção dos agricultores apenas por volume de produção (grande produtor e pequeno produtor). Com essas medidas, as especificidades dos agricultores familiares não são levadas em consideração, o que gera, novamente, a exclusão desses agricultores das políticas agrícolas governamentais. Além disso, esta homogeneização apaga as diversidades existentes no setor da agricultura brasileira, que é composto por vários povos, que possuem tradições, costumes, condições sociais e climáticas e técnicas agrícolas diferentes (LEITE; TUBINO; SAUER, 2019; INTINI; CUNHA, 2021; MATTOS, 2017; SABOURIN *et al.*, 2020).

Além de todas as medidas de desmantelamento das políticas públicas para a agricultura familiar tomadas pelo governo de Jair Messias Bolsonaro já citadas, a atual gestão presidencial extinguiu o PAA, por meio da Medida Provisória (MP) nº 1.061, de 9 de agosto de 2021, convertida na Lei nº 14.284, de 29 de dezembro de 2021 e regulamentada pelo Decreto nº 10.880, de 2 de dezembro de 2021 e pela Lei nº 14.284, de 29 de dezembro de 2021. Dessa forma, foram criados dois novos programas, denominados Auxílio Brasil e Alimenta Brasil, a extinção do PAA foi feita por meio da revogação do artigo que criou o Programa, o artigo 19º da Lei nº 10.696, de 2 de julho de 2003. Segundo a Lei nº 14.284, de 29 de dezembro de 2021, o Programa Auxílio Brasil, tem como uma de suas diretrizes a intenção de auxiliar na inclusão produtiva rural, por meio do Auxílio Inclusão Produtiva Rural, que será concedido para incentivar a produção, doação e consumo de alimentos saudáveis pelos agricultores familiares (BRASIL, 2021).

No artigo 16º, da Lei nº 14.284, de 29 de dezembro de 2021, são apresentadas algumas condições para a participação dos agricultores familiares nesse Programa. O texto informa que, a partir do 1º ano de recebimento do Auxílio, o produtor só continuará recebendo o auxílio, caso doe alimentos para famílias em situação de vulnerabilidade social em quantidade equivalente ao valor anual de auxílio recebido por ele. Outra condição é que apenas famílias residentes em Municípios que firmarem termo de adesão com o Ministério da Cidadania poderão receber esse auxílio. Além disso, o auxílio só poderá ser recebido por no máximo 36 meses (BRASIL, 2021). Esse tipo de condição burocratiza o acesso à política e desestimula a participação dos produtores, causando a exclusão de uma parcela considerável de agricultores familiares destas políticas, e o retorno de diversos problemas sociais ligados à miséria e à pobreza no ambiente rural brasileiro.

O Programa Alimenta Brasil terá a finalidade de incentivar a agricultura familiar e promover a SAN, ele pode ser executado pelas mesmas modalidades que o PAA (Compra Direta, Compra por Doação Simultânea, Incentivo à produção e consumo de leite e Apoio à Formação de Estoque), com exceção da modalidade do PAA que tratava da aquisição de

sementes. O Alimenta Brasil também manterá a dispensa de licitação e a operação também será feita pela Conab. De modo geral, o Programa Alimenta Brasil tem características parecidas com as do PAA, no entanto, não há estímulos para a produção orgânica, agroecológica e sustentável, também não são citadas diretrizes voltadas para a manutenção da biodiversidade, e nem com especificidades para os PCTs (BRASIL, 2021). Portanto, ainda que as políticas de ATER, e os programas de compras institucionais tenham sido executados no ano de 2021, conforme informado pela Emater – DF e pela SEAGRI – DF, os cortes orçamentários limitaram bastante a efetividade dessas políticas, tendo em vista que nos anos anteriores o suporte dado aos setores do governo que executam as políticas voltadas para a agricultura familiar era significativamente maior.

5. Conclusões

O levantamento das dimensões da SAN que foram promovidas pelo II PDSAN, que afetam a agricultura familiar, demonstrou que as dimensões mais relacionadas com esse setor são: a produção de alimentos, a disponibilidade de alimentos, a renda e o acesso ao alimento. Não foram observadas muitas metas no âmbito da agricultura familiar, dentre as 55 selecionadas, que tivessem o intuito de atender à dimensão saúde e acesso a serviços de saúde, e à dimensão educação. A partir dessa informação, a análise das diretrizes relacionadas com essas dimensões proporcionou a identificação das ações que foram tomadas para alcançar cada uma dessas quatro dimensões.

Ao todo, o II PDSAN possui 183 metas, a partir dessa análise, foram identificadas 55 metas que tinham potencial de impactar a agricultura familiar direta ou indiretamente, o que corresponde a aproximadamente 30% do total das metas do Plano. Esse percentual pode ser considerado baixo, devido à já comprovada relevância do setor da agricultura familiar para o abastecimento interno brasileiro e, conseqüentemente, para a SAN da população.

As diretrizes do II PSAN alinhadas com as quatro dimensões que afetam a agricultura familiar, de forma mais direta, são as diretrizes I, II, IV e VI. A observação das metas dessas diretrizes proporcionou a identificação das principais ações públicas de promoção das dimensões produção de alimentos, disponibilidade de alimentos, renda e acesso à alimentação, voltadas para a agricultura familiar, as quais foram: ações relacionadas ao incremento de programas de compras institucionais, prestação de serviço de ATER, incentivo ao cooperativismo e ao associativismo, regularização fundiária e garantia de acesso à água, considerando a inclusão de agricultores e extrativistas pertencentes aos povos e comunidades

tradicionais como parte do público alvo desses serviços. Com essa análise, também foi possível notar a importância dos programas de compras institucionais, que foram tema de aproximadamente 40% das 55 metas selecionadas, relacionadas com a agricultura familiar. Além disso, foi observada a perda de relevância das políticas para a agricultura familiar a nível nacional, o que impacta diretamente a execução dessas políticas no Distrito Federal.

Com os dados coletados com os órgãos responsáveis pela execução do PAA, do PAPA – DF e do PAE – DF, notou-se que, apesar do contexto da Pandemia de Covid-19, os programas foram executados em 2021 e atenderam uma parcela da agricultura familiar do DF. No entanto, as mulheres ainda representam um percentual baixo do número total de fornecedores, o que pode indicar uma necessidade de implementação de estratégias que elevem esse percentual, uma vez que elas são importantes atores sociais na temática da SAN.

Capítulo 2 – Influência das Políticas de Segurança Alimentar e Nutricional no empoderamento de mulheres agricultoras das comunidades agrícolas Chapadinha e Pequeno William

Resumo: Muitas agricultoras familiares ainda sofrem com dificuldades provenientes da desigualdade de gênero no campo, o que afeta o alcance da SAN. No entanto, essas dificuldades podem ser minimizadas por meio do aumento do empoderamento feminino, que é tema do ODS 5. A análise integrada dos ODS e uma melhor compreensão de como eles se influenciam mutuamente, torna mais tangível o cumprimento da Agenda 2030. Embora a influência do ODS 2 no ODS 5 seja bem documentada, há poucas pesquisas que buscam compreender o potencial de impacto das políticas de SAN (ODS 2) no empoderamento feminino na agricultura (ODS 5). Este capítulo objetivou verificar se a implementação de ações de promoção da SAN, executadas no DF, influenciou no empoderamento feminino de agricultoras no DF. O capítulo ainda identificou as principais dificuldades percebidas pelas entrevistadas com relação às suas vivências enquanto mulheres agricultoras. Para tanto, a abordagem Nexus foi utilizada sob a perspectiva da análise integrada dos ODS 2 e 5. Logo, foram feitas entrevistas com as agricultoras, e consultas aos órgãos responsáveis por operacionalizar as políticas de SAN nos âmbitos do DF e nacional, por meio das plataformas públicas de acesso à informação. As entrevistas foram analisadas pelo método da hermenêutica. Os temas abordados nas entrevistas foram: reforma agrária, políticas de ATER, incentivo ao cooperativismo e ao associativismo, políticas de crédito rural e programas de compras institucionais. Com os relatos levantados, notou-se a capacidade dessas ações de potencializarem o empoderamento feminino das entrevistadas. No entanto, a implementação de ações e políticas ligadas aos temas deve ser feita de forma simultânea, uma vez que eles se relacionam mutuamente. Foi observado um histórico de dificuldade de acesso à terra em ambas as comunidades, sendo que a Chapadinha ainda está no processo de oficialização e, por isso, tem o acesso negado a alguns recursos. Também foi observada a existência da insegurança hídrica em alguns casos, especialmente no Pequeno William, o que limita a produção de algumas agricultoras, e as impede de fornecer para os programas de compras institucionais. A interação entre água, energia e alimento ficou clara no caso estudado, uma vez que o sucesso das políticas de SAN depende do fornecimento desses dois recursos.

Palavras-chave: Empoderamento feminino; agricultura familiar; políticas públicas de Segurança Alimentar e Nutricional.

1. Introdução

No início do século XXI, a agricultura familiar passou a ganhar espaço e importância social e econômica no Brasil. O setor foi reconhecido por seu potencial de contribuir para o alcance da segurança alimentar e nutricional (SAN) no País, e está diretamente ligado à geração de renda e à melhoria da qualidade de vida de grande parte da população rural brasileira (RAMOS, 2014).

Segundo os dados do último censo agropecuário, de 2017, a representação feminina na direção de estabelecimentos da agricultura familiar do DF aumentou em aproximadamente 6%, representando, em 2017, 19,7% do total. Essas mulheres que trabalham na produção agrícola, muitas vezes sozinhas, contribuem para o impacto positivo causado pelo setor da agricultura familiar na SAN das famílias brasileiras. Assim como as mulheres que vivem e trabalham no ambiente urbano, as mulheres agricultoras que vivem e trabalham no ambiente rural enfrentam grandes dificuldades causadas por disparidades de gênero. Além disso, no meio rural, as condições de vida precárias e a falta de infraestrutura se somam às desigualdades de gênero, tornando os desafios ainda maiores para essas trabalhadoras (RAMOS, 2014). Dessa forma, muitas pesquisas buscaram contribuir para o debate acerca da importância da igualdade de gênero no campo, a questão é abordada também na Agenda 2030 da ONU, no Objetivo do Desenvolvimento Sustentável 5.

O ODS 5 visa alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas, as metas desse ODS estão descritas abaixo:

- 5.1) Acabar com todas as formas de discriminação contra todas as mulheres e meninas em toda parte.
- 5.2) Eliminar todas as formas de violência contra todas as mulheres e meninas nas esferas públicas e privadas, incluindo o tráfico e exploração sexual e de outros tipos.
- 5.3) Eliminar todas as práticas nocivas, como os casamentos prematuros, forçados e de crianças e mutilações genitais femininas.
- 5.4) Reconhecer e valorizar o trabalho de assistência e doméstico não remunerado, por meio da disponibilização de serviços públicos, infraestrutura e políticas de proteção social, bem como a promoção da responsabilidade compartilhada dentro do lar e da família, conforme os contextos nacionais.
- 5.5) Garantir a participação plena e efetiva das mulheres e a igualdade de oportunidades para a liderança em todos os níveis de tomada de decisão na vida política, econômica e pública.
- 5.6) Assegurar o acesso universal à saúde sexual e reprodutiva e os direitos reprodutivos, como acordado em conformidade com o Programa de Ação da Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento e com a Plataforma de Ação de Pequim e os documentos resultantes de suas conferências de revisão.
- 5.a) Realizar reformas para dar às mulheres direitos iguais aos recursos econômicos, bem como o acesso a propriedade e controle sobre a terra e outras formas de

propriedade, serviços financeiros, herança e os recursos naturais, de acordo com as leis nacionais.

5.b) Aumentar o uso de tecnologias de base, em particular as tecnologias de informação e comunicação, para promover o empoderamento das mulheres.

5.c) Adotar e fortalecer políticas sólidas e legislação aplicável para a promoção da igualdade de gênero e o empoderamento de todas as mulheres e meninas em todos os níveis.

As políticas de SAN implementadas no Brasil a partir de 2003 contribuíram para a melhoria da qualidade de vida da população rural como um todo, fornecendo um apoio que antes era negado a esses indivíduos. Essas políticas também contribuíram para que, posteriormente, o País avançasse em direção ao alcance do ODS 2, da Agenda 2030 da ONU. Tais políticas foram tão bem-sucedidas que, em 2014, o Brasil foi retirado do Mapa da Fome da ONU. Infelizmente, em razão da crise política instaurada em 2015, o País retornou para esse mapa novamente, em 2018 (SANTOS, 2021).

O ODS 2 visa acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar, melhoria da nutrição e a promoção da agricultura sustentável. Suas metas estão descritas abaixo:

2.1) Até 2030, acabar com a fome e garantir o acesso de todas as pessoas, em particular os pobres e pessoas em situações vulneráveis, incluindo crianças, a alimentos seguros, nutritivos e suficientes durante todo o ano.

2.2) Até 2030, acabar com todas as formas de desnutrição, incluindo atingir, até 2025, as metas acordadas internacionalmente sobre nanismo e caquexia em crianças menores de cinco anos de idade, e atender às necessidades nutricionais dos adolescentes, mulheres grávidas e lactantes e pessoas idosas.

2.3) Até 2030, dobrar a produtividade agrícola e a renda dos pequenos produtores de alimentos, particularmente das mulheres, povos indígenas, agricultores familiares, pastores e pescadores, inclusive por meio de acesso seguro e igual à terra, outros recursos produtivos e insumos, conhecimento, serviços financeiros, mercados e oportunidades de agregação de valor e de emprego não agrícola.

2.4) Até 2030, garantir sistemas sustentáveis de produção de alimentos e implementar práticas agrícolas resilientes, que aumentem a produtividade e a produção, que ajudem a manter os ecossistemas, que fortaleçam a capacidade de adaptação às mudanças climáticas, às condições meteorológicas extremas, secas, inundações e outros desastres, e que melhorem progressivamente a qualidade da terra e do solo.

2.5) Até 2020, manter a diversidade genética de sementes, plantas cultivadas, animais de criação e domesticados e suas respectivas espécies selvagens, inclusive por meio de bancos de sementes e plantas diversificados e bem geridos em nível nacional, regional e internacional, e garantir o acesso e a repartição justa e equitativa dos benefícios decorrentes da utilização dos recursos genéticos e conhecimentos tradicionais associados, como acordado internacionalmente.

2.a) Aumentar o investimento, inclusive via o reforço da cooperação internacional, em infraestrutura rural, pesquisa e extensão de serviços agrícolas, desenvolvimento de tecnologia, e os bancos de genes de plantas e animais, para aumentar a capacidade de produção agrícola nos países em desenvolvimento, em particular nos países menos desenvolvidos.

2.b) Corrigir e prevenir as restrições ao comércio e distorções nos mercados agrícolas mundiais, incluindo a eliminação paralela de todas as formas de subsídios à exportação e todas as medidas de exportação com efeito equivalente, de acordo com o mandato da Rodada de Desenvolvimento de Doha.

2.c) Adotar medidas para garantir o funcionamento adequado dos mercados de commodities de alimentos e seus derivados, e facilitar o acesso oportuno à informação

de mercado, inclusive sobre as reservas de alimentos, a fim de ajudar a limitar a volatilidade extrema dos preços dos alimentos.

A Agenda 2030 foi pensada para que os temas dos objetivos fossem interligados. Nesse sentido, a abordagem Nexus sob a perspectiva da análise das interações entre os 17 ODS é uma estratégia para acelerar o alcance da Agenda. Ao encontrar sinergias e *trade-offs* (contradições) entre esses objetivos, podem surgir soluções mais eficazes para os problemas tratados (LIU et al., 2018). Quando se trata de pesquisas que analisam a interação entre os ODS 2 e 5, as sinergias e contradições entre esses dois tópicos não são necessariamente intuitivas (TAYLOR, 2017). A figura abaixo demonstra as principais interações que ocorrem entre os ODS 2 e 5:

Figura 6: Interações entre os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável 2 e 5

ODS 2 + ODS 5



Metas	Principais interações	Pontuação	Alternativas de políticas
2.1, 2.2 ↔ Se relaciona com todas as metas do ODS 5	Garantir a segurança alimentar e nutricional reforça o empoderamento feminino. Por sua vez, o empoderamento feminino possibilita a segurança nutricional, em parte por seu papel na produção e preparação de alimentos, e por sua maior inclinação para destinar os recursos que elas controlam para a alimentação e saúde da família.	+2	Apoiar políticas que garantam dietas adequadas e suficientes para todos; assim como políticas que fortaleçam o empoderamento feminino na agricultura. Promover acesso igualitário a recursos produtivos, direitos e serviços na agricultura pode reforçar a interação sinérgica existente entre o empoderamento feminino e a segurança alimentar e nutricional.
2.3 → 5.5, 5.a	Promover investimento em infraestrutura rural, assegurando acesso igualitário a recursos produtivos (incluindo terra), e aumentando a renda familiar, fortalece o empoderamento feminino e a igualdade de gênero.	+2	Mais exploração e investimento em inovações agrícolas que busquem a igualdade de gênero.
2.a ↔ 5.b	O acesso à tecnologia é uma importante ferramenta para possibilitar o empoderamento feminino na agricultura e, no geral, as duas formas de implementação reforçam uma à outra.	+1	Tecnologias que melhorem o acesso a ativos e recursos, e poupe o tempo das mulheres são particularmente importantes para o empoderamento feminino.

Fonte: ISC (2017)

A figura acima faz parte de um relatório produzido pelo Conselho Internacional de Ciência (ISC), em 2017, que mapeia as possíveis interações entre as metas dos ODS. Ao analisá-la, nota-se que as metas 2.1 e 2.2 têm ligações com todas as metas do ODS 5, e vice-versa, pois, assegurar a SAN reforça o empoderamento feminino, uma vez uma alimentação adequada é, talvez, pré-requisito principal para que os indivíduos possam viver com dignidade. Em retorno, o empoderamento dessas mulheres possibilita o alcance da SAN, tendo em vista o papel fundamental das mulheres na alimentação da população, que se estende desde a amamentação até a produção e o preparo de alimentos (ISC, 2017). Esse atrelamento das mulheres às funções de cuidado e de preparo e garantia da alimentação de suas famílias, ocorre, para além das funções biológicas do corpo feminino, em razão da divisão sexual do trabalho, pois, socialmente, entende-se que elas são as principais responsáveis por cuidar da alimentação e da saúde de suas famílias. Nesse sentido, o relatório sugere como alternativa para acelerar o alcance de ambos os ODS, que políticas que assegurem uma alimentação adequada a todos, e que promovam o empoderamento feminino na agricultura sejam potencializadas. Segundo o ISC (2017), a promoção de acesso igualitário para recursos produtivos na agricultura pode beneficiar as sinergias existentes entre o empoderamento feminino e a SAN (ISC, 2017).

As metas 2.3 e 5.5 e 5.a também possuem interações positivas entre si, pois o investimento em infraestrutura rural, assegurando o acesso igualitário a recursos produtivos e promovendo o aumento da produção e da renda, aumenta o empoderamento feminino das agricultoras e diminui as desigualdades de gênero. As metas 2.a e 5.b também produzem sinergias entre si, o acesso à tecnologia potencializa a performance das mulheres na agricultura, assim como em outras áreas, possibilitando a geração de renda, mais acesso ao capital financeiro, e, em consequência, empoderando-as. O relatório sugere políticas que proporcionem o acesso de todas e todos à tecnologias e inovações agrícolas modernas, que proporcionarão a essas mulheres maior acesso a outros recursos. Além disso, sugere o investimento em tecnologias que possam lhes poupar tempo, diminuindo sua sobrecarga de trabalho, o que é especialmente importante quando se trata de divisão sexual do trabalho (ISC, 2017).

Diversas pesquisas já demonstraram como o aumento do empoderamento feminino no campo é diretamente proporcional à melhoria da SAN e da produtividade agrícola. Entretanto, existem poucas pesquisas que buscam compreender de que forma a promoção das diferentes dimensões da SAN pode interagir com o empoderamento feminino no campo (TAYLOR, 2017). Sendo assim, o objetivo principal do presente capítulo é compreender se houve influência da promoção das dimensões da SAN, por meio de políticas públicas, no empoderamento feminino das mulheres entrevistadas. Para contribuir para o alcance do

objetivo principal, também foram identificadas as principais dificuldades enfrentadas por essas mulheres em suas vivências enquanto trabalhadoras da agricultura. Além disso, em razão dos resultados encontrados no Capítulo 1 desta pesquisa, o capítulo ainda pretendeu identificar a percepção das agricultoras entrevistadas sobre as alterações que vêm ocorrendo nas políticas públicas para a agricultura familiar desde 2019, e compreender como se deu sua participação nas políticas de compras institucionais do DF, que obtiveram destaque entre as metas selecionadas no Capítulo 1.

2. Referencial Teórico

2.1 Feminismo e relações de gênero na agricultura familiar

O conceito de gênero é a categoria central da teoria feminista. Gênero não é sinônimo de sexo biológico. O sexo biológico está relacionado com o corpo físico do indivíduo, suas funções e características. Já o gênero é uma construção social, na qual normas e condutas são determinadas para os homens e para as mulheres, em função de seu sexo biológico. O gênero determina obrigações, comportamentos, funções na sociedade, capacidades e pensamentos. O propósito principal da teoria feminista é desmontar a crença de que o gênero determina o espaço dos indivíduos na sociedade (GARCIA, 2015).

Segundo a teoria feminista, o trabalho é dividido entre trabalho produtivo e trabalho reprodutivo. O trabalho produtivo é aquele realizado pelo homem no ambiente público, ele é o responsável pelo sustento de sua família. O trabalho produtivo é valorizado social e economicamente. Já o trabalho reprodutivo, também denominado trabalho de reprodução social, é aquele realizado pelas mulheres dentro do ambiente privado de suas residências, o trabalho relacionado com a alimentação da família, com a limpeza, com a manutenção da casa, e com o cuidado com filhos e outros membros da família. O trabalho reprodutivo, por outro lado, não é valorizado nem social, nem economicamente (ARRUZZA; BHATTACHARYA; FRASER, 2019).

Essa divisão sexual do trabalho se fundamenta na biologia para determinar as funções dos indivíduos. As mulheres, por serem biologicamente responsáveis por gestar e amamentar, ficam presas às funções maternas, de cuidado e zelo com os filhos e marido, de obediência ao seu companheiro, e de responsabilidade pelo bem-estar dos outros. Já ao homem, são atribuídas as funções ligadas à força física, ao trabalho braçal e ao sustento da família (BECHER; KLANOVICZ, 2016).

Com o passar do tempo, as mulheres passaram a reivindicar seu lugar nos espaços públicos, ocupando cargos no mercado de trabalho e no âmbito político, o que gerou uma série de consequências, como as jornadas duplas, e até triplas de trabalho, e a exaustão física e mental decorrentes da sobrecarga de tarefas (GARCIA, 2015). Cabe aqui, fazer uma ressalva com relação à interseccionalidade da teoria feminista com a teoria de classes sociais e de etnias. Devido ao histórico de escravidão do Brasil, a maioria das mulheres não se encaixa nesse padrão, pois sempre trabalharam fora e dentro de suas casas. Nesse caso, a teoria feminista se ramifica em diversas vertentes, que discutem as problemáticas específicas de cada grupo social (ARRUZZA; BHATTACHARYA; FRASER, 2019). As agricultoras familiares, em sua grande maioria, se encaixam nesta segunda categoria mencionada, e sempre estiveram em um contexto em que precisam trabalhar para sustentar a si mesmas e às suas famílias, ainda que fosse na produção para autoconsumo, sem necessariamente comercializar seus produtos.

A agricultura familiar é a atividade econômica na qual as relações familiares têm mais importância. Nela, as atividades realizadas pelos membros das famílias dentro do ambiente doméstico se confundem com suas funções na esfera produtiva (SILVESTRO *et al.*, 2001). Nesse sentido, na maioria dos casos, as mulheres são as principais responsáveis pelas tarefas ligadas ao cuidado com os demais membros da família, à alimentação, à limpeza e à manutenção da casa de forma geral. No âmbito produtivo de suas propriedades, elas realizam tarefas ligadas à manutenção de hortas localizadas em seus quintais, produzindo alimentos para o consumo de suas famílias e para a comercialização de excedentes; às atividades ligadas ao roçado e à produção em maior escala dentro da propriedade, com ou sem a ajuda de um companheiro ou de outros membros da família; à criação e trato com animais, especialmente os de pequeno porte; ao extrativismo; à coleta de água, à transformação de alimentos (doces, queijos, pães, geleias, etc.), entre outras (HEREDIA; CINTRÃO, 2006). Nos casos nos quais há a necessidade de trabalhar para outros produtores rurais para complementar a renda da família, elas geralmente também realizam esses serviços, juntamente com seus companheiros, e/ou com seus filhos, quando é o caso. No entanto, o pagamento é único e, geralmente, é feito diretamente para o chefe da família, que é, na maioria dos casos, o homem (HEREDIA; CINTRÃO, 2006).

Outra consequência negativa da divisão sexual do trabalho para essas mulheres ocorre quando não há acesso às infraestruturas básicas, como o acesso à água, saneamento básico, energia elétrica, coleta de lixo, entre outros. Nesses casos, as mulheres são as mais afetadas, pois as tarefas atribuídas a elas dependem desses serviços, e com sua falta ou escassez, o trabalho se torna ainda mais difícil. No caso da insegurança hídrica, por exemplo, quando não

há o fornecimento de água por parte do estado, geralmente compete a elas a função de buscar água em fontes externas, que, muitas vezes, se encontram em localidades distantes de suas residências. Quando há também a insegurança energética, diversas tarefas domésticas ficam comprometidas, como o armazenamento de alimentos em refrigeradores, por exemplo, tornando o preparo e manutenção dos alimentos muito mais trabalhosos. Portanto, elas são as mais afetadas pela falta de infraestruturas básicas no campo (HEREDIA; CINTRÃO, 2006).

Além das diversas consequências citadas anteriormente, a divisão sexual do trabalho também leva à desvalorização social e econômica do trabalho de reprodução social realizado pelas mulheres. Segundo Paulilo (1987), o trabalho é classificado como “leve” ou “pesado”, em função do gênero de quem o realiza, e não em função das tarefas que ele demanda. Nessa pesquisa, Paulilo constatou que, o que é considerado trabalho “pesado” e de responsabilidade dos homens em uma determinada região do Brasil, é considerado “leve” e de responsabilidade de crianças e mulheres em outra. O que demonstra, mais uma vez, que a divisão de tarefas é fruto do contexto social. Além disso, a autora também constatou que as remunerações são feitas em função do gênero de quem realizou a tarefa, sendo que as mulheres sempre recebiam um pagamento menor, ainda que exercessem a mesma função que os homens (PAULILO, 1987).

A desvalorização econômica do trabalho feminino no campo é uma questão grave, e se desdobra em diversos outros problemas. Segundo uma pesquisa realizada no Quênia, as casas chefiadas por mulheres são mais propensas à insegurança alimentar e à vulnerabilidade social decorrentes da pobreza, elas têm menos acesso à terra, crédito, serviços de assistência técnica e extensão rural, água e outros recursos necessários para a produção (KASSIE; NDIRITU; STAGE, 2014).

A desvalorização social também impacta profundamente a vida destas mulheres, a invisibilidade de seu trabalho na produção leva à concepção de que as atividades realizadas por elas são apenas uma ajuda ao verdadeiro responsável pelo trabalho, o homem. Muitas vezes até elas mesmas têm essa percepção, não se enxergando enquanto agricultoras. Essa invisibilidade, além de impactar no nível econômico - negando seu direito à aposentadoria, direitos trabalhistas, regularização de documentação, acesso à educação e capacitação, crédito e outros ativos - pode chegar a impactar diretamente a sua saúde (VIEZZER, 1996). Uma pesquisa realizada em São Paulo constatou que, porque consideravam que estavam apenas ajudando seus companheiros na plantação, as mulheres não achavam que estavam expostas aos riscos de contaminação por agrotóxicos, e não compareciam aos exames clínicos no âmbito de um projeto realizado na região, que tinha o intuito de analisar as consequências do uso de defensivos agrícolas na saúde dos trabalhadores rurais (VIEZZER, 1996).

Nesse sentido, algumas pesquisas investigam estratégias que tenham o potencial de contornar essas disparidades de gênero. Segundo Quisumbing e Meizen-Dick (2001), o aumento do empoderamento feminino é uma dessas estratégias, e pode ser potencializado por meio do fornecimento de recursos básicos para essas mulheres. As autoras sugerem o fortalecimento da base de ativos das mulheres agricultoras, fornecendo-as acesso aos capitais natural, físico, humano, social, financeiro e político. O capital natural é composto pelos recursos naturais, como a terra, água, insumos para plantação e outros recursos naturais; o capital físico trata de recursos como casas, acesso a serviços de saúde, infraestrutura, transporte, eletricidade e outras tecnologias; o capital humano está relacionado à educação e aos conhecimentos técnicos; o capital social trata de organizações coletivas de mulheres, associações e cooperativas; o capital financeiro é sobre o acesso a recursos financeiros; e o capital político refere-se às bases legais e institucionais que proporcionem que as mulheres alcancem todos esses outros ativos.

Conforme apresentado nesta seção, a divisão sexual do trabalho é, talvez, a principal causa das desigualdades de gênero no campo. No entanto, as mulheres agricultoras têm se organizado para lutar contra essa estrutura imposta a elas, que têm impactos profundos nas esferas social, política e econômica.

2.2 Movimento de mulheres rurais no Brasil

Nos anos 1980, após o período da ditadura militar, o Brasil passava por um ressurgimento dos movimentos sociais. Nesse contexto, os movimentos feministas urbanos passaram a reivindicar suas pautas, o que acabou ecoando para o meio rural. Dessa forma, as mulheres rurais passaram a se mobilizar também, com o apoio das Comunidades Eclesiais de Base (SILIPRANDI, 2011). Nesse período, elas lutaram por acesso à terra, com a titulação conjunta com seus companheiros em assentamentos da reforma agrária; para exercer seus direitos sociais, previdenciários e sindicais; para o reconhecimento de sua profissão enquanto agricultoras em suas documentações, e não como “donas de casa” ou “domésticas”, e por melhores atendimentos de serviços de saúde. Como consequência dessas mobilizações, elas conquistaram a menção explícita do direito das mulheres à terra na Constituição de 1988, e sua inclusão na previdência social, conquistando o direito à aposentadoria, licença-saúde e licença-maternidade (SILIPRANDI, 2011). Apesar de terem conquistado esses direitos na Constituição de 1988, eles só passaram a ser acessados em 1991, após pressões feitas pelos movimentos de mulheres trabalhadoras rurais (HEREDIA; CINTRÃO, 2006).

Ao longo das décadas posteriores, algumas das mulheres agricultoras, que já participavam de movimentos rurais mistos (formados por homens e mulheres) - como sindicatos e movimentos de luta pela terra - decidiram constituir movimentos específicos para as mulheres. Dessa forma, na década de 1990 surgiram os Movimentos de Mulheres Trabalhadoras Rurais (MMTRs) no nordeste e no sul do Brasil. Ao longo dos anos seguintes, alguns desses movimentos se unificaram, outros novos foram criados, e, assim, surgiram o Movimento de Mulheres Camponesas (MMC), a articulação das quebradeiras de Coco Babaçu no Norte-Nordeste (MIQCB), as organizações de mulheres indígenas, e de mulheres quilombolas, entre outros (SILIPRANDI, 2011). Nessa mesma década, as organizações mistas passaram a abrir espaço para setores específicos para as mulheres, após embates feitos pelas agricultoras participantes dessas organizações. Em 1991, a Confederação Nacional de Trabalhadores na Agricultura (CONTAG) cria a Comissão Nacional da Trabalhadora Rural, e, em 1996, o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra cria o Setor de Gênero (SILIPRANDI, 2011).

A partir dos anos 2000, as mulheres agricultoras começaram a aparecer cada vez mais no âmbito político, elas passaram a se mobilizar por meio de marchas e atos políticos. Um dos principais exemplos é a Marcha das Margaridas, considerada a maior mobilização de mulheres da América Latina, ela carrega esse nome em homenagem à Margarida Maria Alves, uma líder sindical que foi assassinada em 1983. A Marcha ocorre sempre no dia 12 de agosto, data do assassinato da líder camponesa (CONTAG, 2015).

A primeira Marcha das Margaridas ocorreu em 2000, e reuniu cerca de 20 mil trabalhadoras rurais em Brasília, que reivindicavam o combate à fome, à pobreza e à violência sexista. A segunda edição ocorreu em 2003 e reuniu cerca de 50 mil mulheres, que demandavam seu reconhecimento enquanto trabalhadoras na agricultura, acesso à terra para as mulheres, acesso às políticas produtivas (ATER, crédito, capacitação, comercialização), documentação básica, direitos trabalhistas e previdenciários, saúde e educação (SILIPRANDI, 2011). Em 2007, a Marcha das Margaridas reuniu cerca de 70 mil mulheres, reivindicando as mesmas pautas da edição anterior e ampliando a discussão para pensar, juntamente com o governo federal da época, proposições fundamentais para políticas para as mulheres rurais no País. Em 2011, a 4ª edição reuniu aproximadamente 100 mil mulheres, marchando pelo Desenvolvimento Sustentável com justiça, autonomia, igualdade e liberdade (CONTAG, 2015).

Na Marcha das Margaridas de 2015, o tema democracia se juntou às pautas já mencionadas anteriormente, em razão do impeachment da ex-presidenta Dilma Rousseff, da instabilidade política e da ameaça aos direitos e políticas públicas conquistados até então, esta

edição reuniu aproximadamente 100 mil mulheres (LOURENÇO, 2015). Em 2019, em sua 6ª edição, a Marcha também reuniu cerca de 100 mil mulheres. Segundo Maria José Morais, coordenadora nacional da Marcha, em 2019, diferentemente dos outros anos, elas não entregaram pautas para debate antes da Marcha. Em sua 6ª edição, devido aos retrocessos causados pelas políticas neoliberais do mandato do atual presidente da República, o ato teve um caráter de pressão, e não de negociação (GALVANI, 2019).

Conforme mencionado no capítulo 1 desta dissertação, as pressões feitas pelos movimentos sociais da agricultura familiar (sejam eles movimentos mistos, ou exclusivos para mulheres) foram fundamentais para a conquista de diversos direitos, e para a construção das políticas públicas de SAN voltadas para a agricultura familiar citadas neste trabalho. A partir de 2003, houve uma abertura de diálogo por parte do governo federal com o setor da agricultura familiar. Sendo assim, esta pesquisa se concentra nas políticas implementadas a partir de 2003. No entanto, o viés político do atual governo federal ameaça anular essas conquistas. O desmonte de políticas de reforma agrária, de compras institucionais, e de apoio à agricultura familiar em geral, combinados com a crise sanitária causada pela Pandemia de Covid-19 atingiram profundamente os agricultores familiares, assentados da reforma agrária ou não, e os povos e comunidades tradicionais (PCTs) (ENGELMANN; PACHECO, 2021; SABOURIN *et al.*, 2020).

3. Metodologia

Conforme exposto na apresentação, esta pesquisa utilizou a abordagem Nexus, sob a perspectiva da análise integrada dos ODS, para compreender a interação entre os ODS 2 e 5, no contexto da agricultura familiar do DF. Para alcançar o objetivo principal da pesquisa, foram realizadas entrevistas abertas com algumas mulheres do assentamento Pequeno William e do pré-Assentamento Chapadinha. As entrevistas abertas são principalmente utilizadas para finalidades exploratórias. Dessa forma, a entrevistadora introduziu o tema de cada pergunta, e as entrevistadas tiveram liberdade para discorrer abertamente sobre o assunto. Esse tipo de entrevista é utilizado quando há a necessidade de compreensão de casos individuais, em função das especificidades de cada situação, com o objetivo de obter o máximo de informações possível (BONI; QUARESMA, 2005).

Por orientação da UnB, em virtude da crise sanitária causada pela pandemia de Covid-19, houve uma limitação para os trabalhos de campo. Apesar da melhoria das condições sanitárias após a aplicação das primeiras doses de vacina na população, as idas ao campo

ficaram mais restritas, o que impossibilitou visitas prévias antes da coleta definitiva de dados, para a realização de testes de aperfeiçoamento do instrumento de coleta de dados, para a criação de vínculos e para o conhecimento prévio dos territórios de pesquisa. Além disso, devido a todo esse contexto, a maioria das mulheres das comunidades não se sentiu confortável em participar das entrevistas. Portanto, foram realizadas entrevistas apenas com as mulheres que se sentiram confortáveis para contribuir. Foram respeitados todos os protocolos de proteção, como o uso de máscaras, distanciamento social e utilização de álcool em gel.

A proposta inicial objetivava realizar entrevistas com o máximo de mulheres possível das duas comunidades, mas em virtude do contexto de Pandemia já mencionado, não foi possível conseguir contato com grande parte delas, além disso, nem todas as mulheres que foram contatadas quiseram participar da pesquisa. Portanto, foram realizadas entrevistas com apenas dez mulheres de ambas as comunidades. Das dez entrevistas, nove foram aproveitáveis para os fins da presente pesquisa, pois uma das entrevistadas não permitiu que a entrevista fosse gravada, o que dificultou sua análise. Logo, foram analisadas entrevistas com nove mulheres de ambas as comunidades, sendo cinco delas pertencentes ao assentamento Pequeno William, e quatro pertencentes ao pré-assentamento Chapadinha.

As entrevistas foram realizadas nos dias 14/09/2021, 22/09/2021, 12/10/2021, 16/10/2021, 19/10/2021. O roteiro das entrevistas (Apêndice A) foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa do Instituto de Ciências Humanas e Sociais da Universidade de Brasília (CEP/CHS), mediante parecer nº 4.557.367, no dia 24 de fevereiro de 2021. Antes da realização de cada uma das entrevistas, as agricultoras assinaram dois termos: o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) (Anexo A) e o Termo de Autorização para utilização do Som da Voz (Anexo B).

Para a elaboração do roteiro das entrevistas, tanto o II PDSAN, quanto o conceito de empoderamento feminino de Quisumbing e Meizen-Dick (2001) foram utilizados como elementos norteadores das perguntas. Conforme exposto no Capítulo 1 desta pesquisa, as metas do II PDSAN estão organizadas com base em diferentes temas: assistência social, transferência de renda, geração de trabalho e renda; programas de provimento alimentar; rede de equipamentos públicos de SAN; alimentação escolar; acesso à terra e regularização fundiária; fomento à produção e à agroindústria de base familiar, preferencialmente agroecológica; assistência técnica e extensão rural; fomento à comercialização de alimentos produzidos em âmbito local; direitos humanos e cidadania; acesso a serviços públicos e programas sociais voltados aos Povos e Comunidades Tradicionais (PCTs); garantia de acesso à água para produção de alimentos; preservação e educação ambiental; e saneamento básico e gestão de

resíduos sólidos. Logo, esses temas, e suas respectivas metas selecionadas no Capítulo 1, serviram de base para a elaboração das perguntas realizadas nas entrevistas.

A análise de como tais políticas e ações impactaram as entrevistadas foi feita com base nas dimensões do conceito de empoderamento feminino de Quisumbing e Meizen-Dick (2001): o capital natural, o capital físico, o capital humano, o capital social e o capital financeiro (QUISUMBING; MEIZEN-DICK, 2001). Sendo assim, o roteiro possibilitou a averiguação da existência ou não de um impacto dessas ações e políticas no empoderamento feminino das entrevistadas, por meio do estudo do acesso dessas mulheres aos ativos supracitados.

É importante ressaltar que a análise do capital político não foi realizada nas entrevistas. Segundo Quisumbing e Meizen-Dick, o capital político se trata das bases legais e institucionais necessárias para que as mulheres acessem os outros ativos. Sendo assim, para analisar essa categoria, foi feita uma pesquisa bibliográfica, e uma consulta ao Ministério da Cidadania, por meio da Plataforma Integrada de Ouvidoria e Acesso à Informação do governo federal (Fala.BR), a fim de identificar programas e legislação específicos para as mulheres agricultoras da região estudada vigentes no ano de 2021.

As entrevistas também abordaram questionamentos acerca da percepção das entrevistadas com relação às mudanças que vêm ocorrendo nas políticas públicas de SAN desde 2016, em função da crise política instaurada no País após o *impeachment* da ex-Presidenta Dilma Rousseff. Esse tema foi incluído, em razão dos achados da pesquisa bibliográfica realizada no Capítulo 1, que demonstraram os desmontes que vêm ocorrendo nas políticas públicas para a agricultura familiar nos últimos seis anos. Conforme citado na subseção 2.2 deste Capítulo, o desmonte das políticas agrícolas para a agricultura familiar foi um assunto debatido pelo Movimento de Mulheres Camponesas, chegando a influenciar o teor da Marcha das Margaridas de 2019. Portanto, o tema foi abordado por influenciar diretamente no objeto deste estudo, o empoderamento feminino no campo. Além disso, também em função dos achados do Capítulo 1, que evidenciaram a importância das políticas de compras institucionais, que representaram 40% das metas selecionadas, as entrevistas buscaram compreender como se deu sua participação das agricultoras nas políticas de compras institucionais do DF.

As entrevistas realizadas foram transcritas em sua totalidade, e submetidas à análise por meio da hermenêutica como teoria e método de interpretação. A hermenêutica se trata de um vasto campo que possui diferentes finalidades em função da área de pesquisa em que é aplicado, tendo sua origem na necessidade de interpretação de textos sagrados, literários e jurídicos (WELLER, 2007). A interpretação hermenêutica para pesquisas qualitativas, no âmbito das ciências sociais, visa reconstruir os processos de interação que ocorrem entre pesquisadora e

entrevistada, e que produzem o sentido mais tangível da informação ou a construção social da realidade em questão no discurso analisado (KÖLLER, 2003).

Para a análise dos dados, foram selecionados trechos das entrevistas que tinham relação com os seguintes temas: terra, água, insumos para produção, criação de animais, casa, transporte, saúde, infraestrutura, eletricidade, saneamento básico, coleta de lixo, educação, capacitação técnica, associação, cooperativa, grupo de mulheres, empréstimo, fomento, renda, divisão sexual do trabalho, distinção de tratamento entre homens e mulheres, dificuldades percebidas enquanto agricultoras, tempo gasto com atividades domésticas, mudanças nas políticas públicas e alcance das políticas públicas. A escolha desses trechos foi pensada com base em cada um dos capitais que compõem o conceito de empoderamento feminino norteador da pesquisa. A seleção desses trechos teve o intuito de contribuir na identificação do acesso das entrevistadas a esses ativos e em que condições se deu esse acesso, caso ele tenha ocorrido.

4. Resultados e discussão

4.1. Informações sobre o perfil das entrevistadas e sua participação nos programas de compras institucionais

No quadro abaixo, constam algumas informações sobre o perfil das entrevistadas. Estes dados possibilitaram análises acerca do contexto individual de cada uma delas. Estas características podem influenciar nas relações das agricultoras com a produção, e foram importantes para analisar as entrevistas e compreender as relações de gênero e dinâmicas presentes em cada uma das famílias. Os nomes das entrevistadas foram substituídos por apelidos, inspirados em flores, para proteger a identidade das mesmas.

Quadro 6: Informações sobre o perfil das entrevistadas

Apelido	Território	Idade	Estado civil	Escolaridade	Possui filhos?
Margarida	Pequeno William	58 anos	Casada	Pós-graduada	Sim
Rosa	Pequeno William	52 anos	Divorciada	Mestrado	Sim
Orquídea	Pequeno William	44 anos	Solteira	Médio incompleto	Sim
Violeta	Pequeno William	27 anos	Solteira	Superior incompleto	Sim
Azaleia	Pequeno William	29 anos	Solteira	Superior incompleto	Sim
Petúnia	Chapadinha	63 anos	Solteira	Médio completo	Sim

Calêndula	Chapadinha	41 anos	Viúva	Técnico	Sim
Begônia	Chapadinha	71 anos	Casada	Médio	Sim
Hortênsia	Chapadinha	34 anos	Casada	Médio	Sim

Fonte: Elaborada pela autora

O quadro a seguir demonstra a qual (ou quais) diretriz (ou diretrizes) do II PDSAN cada tema abordado nas entrevistas está associado. A última coluna do quadro tem a intenção de esclarecer para o leitor a qual dimensão do conceito de empoderamento feminino, de acordo com Quisumbing e Meizen-Dick (2001), pertence cada tema abordado nas perguntas.

Quadro 7: Políticas públicas abordadas e suas classificações

Temas das entrevistas	Diretriz II PDSAN	Ativo para empoderamento
Acesso à água	<ul style="list-style-type: none"> • Diretriz VI 	Capital Natural
Acesso à terra	<ul style="list-style-type: none"> • Diretriz II • Diretriz IV 	Capital Natural
Infraestruturas, eletricidade, saneamento básico, serviços de saúde e coleta de lixo	<ul style="list-style-type: none"> • Diretriz II • Diretriz VI 	Capital Físico
Incentivo às organizações coletivas	<ul style="list-style-type: none"> • Diretriz II • Diretriz V 	Capital Social
Educação, capacitação e políticas de ATER	<ul style="list-style-type: none"> • Diretriz II • Diretriz III 	Capital Humano
Empréstimos, fomentos, programas de compras institucionais (PAA, PNAE e PAPA-DF), programas de transferência de renda, e outras fontes de renda.	<ul style="list-style-type: none"> • Diretriz I • Diretriz II 	Capital Financeiro

Fonte: Elaborado pela autora

Com relação à participação nos programas de compras institucionais, no Pequeno William, a participação de Margarida, Rosa, Orquídea, Violeta e Azaleia no PAA se deu no início do processo de assentamento, em 2014, e foi facilitada pelo projeto Produção Agroecológica Integrada e Sustentável (PAIS), que proporcionou, juntamente com um incentivo financeiro do Banco do Brasil (BB), a possibilidade de 16 famílias produzirem coletivamente no

assentamento, escoando essa produção para o PAA. Além de possibilitar a participação no PAA, o PAIS facilitou a multiplicação de sementes, que estavam sendo utilizadas até a data destas entrevistas pelos assentados. Já na Chapadinha, as agricultoras Petúnia, Calêndula, Begônia e Hortênsia estavam fornecendo para o PAA pela modalidade Compra com Doação Simultânea, via Conab e Termo de Adesão no ano de 2021. Além disso, as agricultoras da Chapadinha também forneceram para o PNAE em 2021. Não houve fornecimento para o PAPA-DF pelas agricultoras entrevistadas em nenhum dos dois territórios em 2021.

4.2. Capital Natural

Para os fins desta pesquisa, entende-se que o capital natural é composto por recursos naturais, como a terra, água, insumos para plantação entre outros (QUISUMBING; MEINZENDICK, 2001). Com as entrevistas, foi possível notar que, apesar da abertura política para o setor da agricultura familiar a partir de 2003, o acesso à terra foi dificultado pela burocracia envolvida no processo de assentamento, as famílias que compõem ambos os territórios tiveram que pressionar fortemente as instituições governamentais para conquistarem suas parcelas. A palavra “luta” foi recorrente no que tange à conquista dos lotes nos territórios. Como consequência dessa dificuldade em concretizar o processo de assentamento, as famílias de ambos os territórios passaram muito tempo em acampamentos sem infraestrutura.

O acesso à água foi uma dificuldade dominante em quase todas as entrevistas no Pequeno William. Poucas agricultoras, entre as entrevistadas, têm segurança hídrica (acesso à água suficiente) para manter uma produção de qualidade em maior escala, o que dificulta a participação de algumas delas nos programas de compras institucionais.

De acordo com uma entrevistada, no caso do Pequeno William, o poço que deveria ter sido construído no assentamento, não havia sido finalizado até a data da entrevista, devido a questões burocráticas dos órgãos responsáveis (INCRA e a Companhia de Saneamento Ambiental do DF - CAESB). Portanto, os assentados buscam seu abastecimento por conta própria. Essa insegurança hídrica dificulta a participação de algumas das agricultoras nos programas de compras institucionais, pois elas não têm condições de investir em fontes eficientes de abastecimento de água. Dessa forma, elas ficam à mercê de sua própria condição financeira e da época de chuvas para acessar água, tanto para produção, quanto para consumo, afetando sua segurança alimentar e nutricional. Devido à escassez, elas demonstraram muita preocupação em reutilizar a água de diversas formas e economizar “cada gota d’água”.

Ainda no assentamento Pequeno William, algumas das entrevistadas mencionaram que eles participaram do projeto PAIS logo no começo, assim que mudaram para suas parcelas.

Esse programa proporcionou a distribuição de caixas d'água, que serviram para armazenamento. Na época em que participaram, a água utilizada vinha de uma nascente, da qual os assentados conseguiram a outorga, revitalizaram, e utilizaram para produção e consumo. Até a data destas entrevistas, algumas das famílias ainda utilizavam a água proveniente dessa nascente. No Pequeno William, segundo uma entrevistada, apenas seis das 22 famílias possuem poços artesianos, que foram construídos por conta própria, o restante tem muita dificuldade para acessar água, por não ter condições de construir poços particulares e por não acessarem políticas públicas que solucionem a questão. A insegurança hídrica é um problema antigo no assentamento, algumas outras pesquisas realizadas no Pequeno William chegaram a esse mesmo resultado, demonstrando os entraves trazidos pela escassez de água. Segundo Ramos (2018), a baixa disponibilidade de água foi uma das principais dificuldades citadas pelas entrevistadas em sua pesquisa no assentamento Pequeno William. De acordo com Deus (2018), a insegurança hídrica foi uma dificuldade citada por todos os entrevistados de sua pesquisa no Pequeno William como empecilho para o avanço do assentamento rumo ao desenvolvimento rural sustentável.

“Entrevistadora: A senhora já forneceu para algum programa de compra institucional, tipo o PAA, PAPA ou o PNAE?

Margarida: Não, não, justamente... porque, por causa da falta de água... A gente produziu algumas coisas aqui, produz agora mesmo no momento é... a gente só tá entregando ovos para uma pessoa

Entrevistadora: Vocês não tiveram nenhum auxílio governamental, tipo incentivo, nenhuma ajuda?

Margarida: Não, não, a gente tem um poço artesiano aqui dentro do assentamento, que eles furaram, que fica lá na parte de cima, lá no núcleo 5. Só que a CAESB não liberou a água, porque disse que o INCRA não pagou... e o INCRA não paga para a CAESB, porque a CAESB não resolveu o problema, enfim... Eles ficam jogando um para o outro, então nunca resolve... O poço tá lá só de enfeite. Essa é a questão X, é muito difícil... Nós furamos um poço manual, que tá com 16,5 metros. Então esse também é o motivo da nossa produção ser pouca, devido à escassez de água, então assim... Essa área aqui é uma área assim, mais seca, né? Então... assim, o acesso à água aqui é muito difícil. A nossa água é pouca, a gente faz tudo... como é que se fala? Tudo limitado, a gente já é consciente que a gente não pode desperdiçar água, e além disso a gente não tem água. Então a gente faz tudo aqui para economizar cada gota de água. Olha a laranja, ficou azeda igual limão eu não gosto de nada azedo, e nem cresceu, por falta de água, entendeu?” (Margarida)

“Azaleia: Tem uma senhora aqui no assentamento que ela planta, faz o cultivo dela, as coisas dela, as hortaliças dela, tudo perfeito, ela vende em Planaltina, manda no CEASA quando ela tem, tudo a partir de um poço de 12 metros, que ela tem que tirar no balde, e que a água seca quando dá na seca aquela estiação de 1 mês. Aí, lá vai ela lá com os filhos dela cavar de novo para poder vir a água de novo, é uma dificuldade sabe? Aí eu fico vendo assim essa... Nossa é muito assim: as políticas públicas estão aí, porém não estão sendo... Estão aí, mas não tá abarcando todo mundo, sabe? Não chega em todo mundo, e aqui o assentamento já é uma referência em produção orgânica, e é isso o assentamento, é o trabalho. Aqui o assentamento no momento está sendo fruto do nosso trabalho.” (Azaleia)

“Então a produção aqui é muito difícil, porque a gente mudou para cá sem água. Aqui a gente cavou na mão, abrimos um poço artesiano na mão, abrimos a cisterna na mão, e mesmo assim tinha muita falta d’água. Faltava muita água, então a gente com 14...13 para 14 metros, a gente teve que pagar um caminhão para terminar de abrir, que foi o que amenizou mais um pouco, foi agora há pouco tempo, tem uns 2 ou 3 anos que a gente conseguiu ter água e mesmo assim ainda é poço. É aberto a mão ainda, e dá muito trabalho, porque é para todo mundo aqui na chácara, e a família é muito grande... Então é pouca água para dividir para todo mundo, fazer irrigação e etc, então ainda tem esse trabalho, e a irrigação é direto do poço... Então vai para caixa, e vai molhando né? Então demora muito né? Você vai ficar lá o dia todo, e os outros não vão ter água, então é complicado” (Violeta)

No pré-assentamento Chapadinha, alguns dos agricultores tiveram acesso a uma política pública que forneceu um poço comunitário, por meio do INCRA, via Associação, mas nem todos os membros da comunidade têm acesso. Logo, as agricultoras entrevistadas que têm mais condições financeiras, e não acessaram essa política, construíram seus poços por conta própria. Uma das entrevistadas, assim como no Pequeno William, citou a insegurança hídrica como um fator limitante de sua produção e, conseqüentemente, de um maior fornecimento para os programas de compras institucionais. Por outro lado, uma outra entrevistada mencionou que a renda proveniente de sua participação nos programas de compras institucionais proporcionou a construção de uma barragem em seu lote, que ela usa para armazenamento de água para irrigação.

A partir destes relatos, foi possível perceber que as políticas públicas como o PAA, o PNAE e o PAPA-DF, não atingirão seu pleno potencial, caso não venham acompanhadas de outras políticas que abarquem, também, a garantia da segurança hídrica. Essa constatação é um pressuposto da abordagem *WEF (water-energy-food) Nexus*, na qual as seguranças hídrica, energética e alimentar estão intrinsecamente interligadas (água, energia e alimento). É essencial investir em políticas que viabilizem um fornecimento de água digno para essas comunidades que, apesar de estarem muito próximas à capital do País, ainda sofrem com a falta de água e de outras estruturas básicas, como energia elétrica suficiente e estável, para sua sobrevivência e produção agrícola. Vale lembrar que a segurança energética é item essencial para o bombeamento da água e conseqüente irrigação das roças.

Sendo assim, de acordo com os dados coletados acerca do capital natural, foi possível perceber que os programas de compras institucionais, como o PAA, PAPA-DF e PNAE, têm o potencial de proporcionar recursos para investimento na infraestrutura dos lotes das agricultoras entrevistadas (construção de barragens, compra de insumos para produção, estruturas para irrigação e estufas), o que conseqüentemente, proporciona produções em maior escala e maior retorno financeiro. No entanto, apenas o incremento desses programas, conforme o descrito nas

metas das diretrizes I e II do II PDSAN, não é suficiente. Alguns lotes dos assentamentos analisados ainda carecem de estruturas básicas, como fornecimento de água, o que dificulta a participação daquelas agricultoras com menores condições financeiras nesses programas.

A insegurança hídrica, gera, em última instância, a insegurança alimentar, pois nega às agricultoras com menores condições financeiras, oportunidades de geração de renda. A escassez de água afeta diretamente a saúde dessas pessoas, por ser um recurso vital para o organismo humano, além de limitar o acesso dessas pessoas às condições sanitárias mínimas. A falta desses recursos dificulta ainda mais o trabalho doméstico realizado por essas mulheres, pois essas tarefas dependem dessas estruturas básicas para serem realizadas, o que as sobrecarrega ainda mais (HEREDIA; CINTRÃO, 2006).

Ainda com relação ao acesso ao capital natural, as políticas de redistribuição de terras, se mostraram falhas, tendo em vista a dificuldade que as entrevistadas enfrentaram para conseguirem seus lotes, e a falta de suporte governamental para garantia de estruturas básicas nesses territórios, como a abertura de terras para instalação da rede elétrica, e o abastecimento hídrico.

Os resultados obtidos acerca do capital natural reforçam a relevância da realização de análises integradas, à luz da abordagem Nexus, pois os diversos componentes da Agenda 2030 são mutuamente afetados (LIU et al., 2018). Ao analisar casos práticos, como os estudados nesta pesquisa, fica evidente que os ODS 6 (que aborda a segurança hídrica), 7 (que trata da segurança energética) e 2 (que abrange a segurança alimentar e nutricional), afetam diretamente outros objetivos, como: o ODS 5 – objeto do presente estudo – mas também o ODS 1 (que abarca a erradicação da pobreza) e o ODS 3 (que trata da garantia de saúde e bem-estar), por exemplo.

4.3. Capital Físico

Para os fins desta pesquisa, entende-se que o capital físico está relacionado com recursos como casas, saúde, infraestrutura, transporte, eletricidade e outras tecnologias (QUISUMBING; MEINZEN-DICK, 2001). Sendo assim, as perguntas relacionadas com esse ativo tiveram a intenção de verificar se a participação nos programas institucionais contribuiu para que as entrevistadas pudessem acessar esses recursos. Além disso, foram feitas perguntas com relação ao acesso das entrevistadas a saneamento básico, coleta de lixo e serviços de saúde.

No assentamento Pequeno William, as agricultoras mencionaram que as estruturas do assentamento (principalmente a abertura de estradas) foram construídas pelos próprios

assentados. Segundo a Rosa, as estruturas do assentamento Pequeno William, como abertura de estradas, por exemplo, foram todas feitas pelos assentados “no braço”:

“E aí então a gente passa a fazer parte do Pequeno William em 2005, e aí quando a gente veio nessa fazenda, foi em 2010. Que a gente ficou quase 6 anos pleiteando essa fazenda, que é a fazenda Sálvia que tem 10 mil hectares. Aí em negociação com o GDF, o INCRA, o IFB e a Embrapa, que detêm 10% dessa fazenda, né? O IFB e a Embrapa... Aí a gente conseguiu essa área que tem 144 hectares para assentar 22 famílias. Em 2012 saiu no diário oficial da união, o parcelamento, né, o assentamento, só que era só para 11 famílias, aí a gente não aceitou, contestou, e aí em 2013 teve a retificação do diário, e aí passou a ser para 22 famílias o assentamento. Em 2014, as famílias começam a mudar para as suas parcelas, né? Porque a gente, a gente fez o assentamento na mão, né? No braço, porque até hoje o INCRA não veio aqui para fazer as estradas nem nada, tudo que você vê, foi a gente que fez no braço.” (Rosa)

O acesso a transporte, tanto público quanto privado (possibilidade de aquisição de veículos próprios) foi uma dificuldade citada em todas as entrevistas em ambos os territórios. Duas das entrevistadas mencionaram que a participação nos programas de compras institucionais possibilitou a compra de seus carros. Segundo elas, a participação nos programas de compras institucionais lhes traz segurança, por saber a data em que o dinheiro vai entrar, logo, elas sabem que, naquele dia, elas conseguirão quitar dívidas, e podem fazer planos a longo prazo.

Entrevistadora: E sua qualidade de vida (sobre os programas de compras institucionais)?

Calêndula: Melhoram, ajuda para caramba, dá uma segurança né? Para a gente falar assim: “ó tal dia eu vou arrumar o carro, quando receber o dinheiro do PNAE” (risadas)... Na região onde a gente mora, não é longe de Brasília, mas precisa de um carro, o ônibus só vai até lá naquela pista lá... Se não, não vai.

Entrevistadora: Então o seu carro você comprou com essa renda?

Calêndula: Foi dinheiro do PAPA. Esse aqui foi exclusivamente com o PAPA. (apontando para o carro). (Calêndula)

“Hortênsia: Então, possibilitou várias coisas né? (sobre a participação no PAA) Uma das coisas assim... A gente construiu uma barragem que tem aqui, que é onde a gente armazena água para fazer irrigação, né? É... A gente comprou um carro também, a gente pegou o primeiro dinheiro, a gente comprou um carro, depois trocou por outro... Então foi daí que começou. Compramos bomba, cano...” (Hortênsia)

“Hortênsia: Então, porque o dinheiro da feira é o dia a dia né? A feira vem mais assim... Para dentro de casa... E os projetos fica mais para implementação, comprar bomba, pagar um trator, esse tipo de coisa, para investimentos...” (Hortênsia)

Com relação ao saneamento básico, as entrevistadas responderam que as fossas sépticas que existem nas parcelas de ambos os territórios foram fornecidas pelo Serviço Brasileiro de

Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae). A entidade proporcionou os materiais e forneceu instruções aos membros das comunidades acerca da construção das fossas.

Já com relação à construção de casas para moradia, nenhuma das entrevistadas citou qualquer tipo de apoio governamental nesse sentido. No entanto, algumas das agricultoras citaram os recursos vindos dos programas de compras institucionais como uma das fontes de renda que proporcionaram a construção de suas respectivas casas. Rosa, fundadora do grupo Panteras Negras, o grupo de mulheres do Assentamento Pequeno William, informou que ao chegar no assentamento, estava em situação de vulnerabilidade social, e não tinha recursos para construir um espaço em que pudesse morar com a filha, porém foi acolhida por uma outra mulher negra do assentamento, até que ela tivesse condições de construir sua casa em seu lote. Segundo ela, o recurso para construção de seu espaço foi conquistado com renda proveniente também de entregas para o PAA, além de outras formas de comercialização de alimentos e artesanato com fibra de bananeira.

As entrevistadas do Pequeno William também tiveram acesso ao Crédito Instalação, que se trata de um apoio inicial fornecido pelo INCRA para investimentos iniciais na produção. Segundo Orquídea, esse foi um dos primeiros créditos que elas receberam quando o assentamento foi oficializado, em 2014. No período em que as entrevistas foram realizadas, no final de 2021, ela estava aguardando liberação de crédito proveniente do programa Minha Casa Minha Vida Rural, que possibilitará a finalização da construção de sua casa. Ainda no Pequeno William, a entrevistada Orquídea citou a fonte de renda vinda do PAA como fundamental para que ela iniciasse a construção de sua casa, e alegou que o programa melhorou significativamente sua qualidade de vida.

“Entrevistadora: e qual foi o impacto (da participação no PAA) na vida de vocês?

Orquídea: Nossa, deu uma melhorada boa...

Entrevistadora: Você lembra o que vocês conseguiram fazer com essa renda?

Orquídea: Eu no meu caso, eu consegui fazer a minha mudança, eu morava num barraquinho bem apertadinho, consegui comprar umas madeirites novas, fazer um piso, que eu ainda não tinha...” (Orquídea)

Com relação à eletricidade, segundo a Rosa, no Pequeno William eles possuem acesso à energia elétrica formal proveniente da distribuidora do Estado. No entanto, para que conseguissem que os postes fossem instalados, eles tiveram que abrir as estradas por conta própria, para que a distribuidora pudesse fazer a instalação. Segundo a entrevistada, não houve apoio do governo com relação a esse tipo de estrutura, que se trata de um pré-requisito básico para a instalação da rede elétrica. Já na Chapadinha, não há acesso à distribuição de energia

formal, utilizando métodos informais para acessarem energia elétrica. Isso ocorre, porque a Chapadinha não conseguiu ainda a instalação oficial enquanto assentamento, a comunidade não pode fazer investimentos em infraestrutura social ou produtiva. Sendo assim, foi observado que em ambos os territórios há segurança energética, ainda que na Chapadinha, ela não tenha sido garantida por parte do GDF.

“Em 2014 a gente conseguiu a energia elétrica, né? O projeto de energia, instalação elétrica no assentamento, foi no governo Agnelo, aí foi quando a gente fez o assentamento no braço (referindo-se ao fato deles terem aberto as estradas para instalação da rede elétrica por conta própria).” (Rosa)

Com relação à coleta de lixo, nos dois territórios, a comunidade conta com contêineres, que se encontram em uma localização central, onde seus membros podem descartar seus resíduos, nenhuma das entrevistadas informou se esses contêineres vieram por meio de algum apoio governamental.

As entrevistadas do Assentamento Pequeno William, ao serem questionadas sobre acesso a serviços de saúde, informaram que, quando necessitam, buscam atendimento em uma Unidade Básica de Saúde (UBS), que fica localizada em uma região próxima ao assentamento. No entanto, segundo a Rosa, essa também foi uma conquista dos assentados, que pressionaram o governo para que houvesse atendimento de saúde na área rural onde o assentamento se encontra.

Na Chapadinha, as entrevistadas também informaram que há uma UBS próxima ao território, no Lago Oeste, que é onde a maioria delas busca atendimento quando necessita. A Hortênsia informou que, em julho de 2021, a associação deles conseguiu fazer uma parceria com o governo, e trouxe a Carreta da Mulher para a comunidade. Nesse dia, a ação teve o intuito de atender 100 mulheres. Foram oferecidos diversos serviços, dentre eles, serviços de saúde, como atendimento psicossocial, consultas médicas, exames e vacinas (CORREIO BRAZILIENSE, 2021). Além disso, a Petúnia informou que antigamente havia um profissional de saúde que vinha fazer os atendimentos dentro do território, mas que isso não ocorre mais, por não se tratar de um local apropriado para realização desse tipo de serviço.

“Entrevistadora: Quando a senhora fica doente, onde a senhora vai?

Petúnia: Aqui tem o postinho, e antigamente tinha médico que vinha aqui na associação, não é? Agora não tem mais, até porque o espaço não é adequado. Mas com fé em Deus a gente vai conseguir um espaço para a gente trazer esse médico” (Petúnia)

4.4. Capital Humano

De acordo com Quisumbing e Meizen-Dick (2001), o capital humano está relacionado com o acesso dessas mulheres à educação e aos conhecimentos técnicos. Em ambos os territórios foi unânime nas entrevistas, que a atuação da Emater – DF na instrução técnica para a produção, e no fornecimento de cursos de artesanato e empreendedorismo é uma das principais consequências positivas das políticas públicas de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) do GDF.

Além disso, a Calêndula informou que a experiência de participação nos programas de compras institucionais, por si só, já traz conhecimentos técnicos de produção, o que, segundo ela, lhe traz autonomia. Segundo ela, com o processo de produção e entrega para os programas, ela vai ganhando conhecimento, e esse conhecimento lhe traz autonomia e confiança para garantir um produto de boa qualidade.

Hortênsia mencionou um curso de empreendedorismo trazido pelo grupo de mulheres da Chapadinha pela Emater – DF, que ensinou a elas questões como precificação, estratégias de vendas e afins. Segundo ela, o curso foi muito importante para elas enxergarem o real valor dos produtos que elas possuem em suas chácaras, e para a otimização do processo de venda. No Assentamento Pequeno William, uma parte importante da produção de bananas das agricultoras é feita com o intuito de produzir artesanato com fibra de bananeira. Segundo Rosa, esse processo começou a partir de cursos de capacitação da Emater – DF com essa finalidade, o que trouxe para as agricultoras outras alternativas de geração de renda.

“Entrevistadora: E você acha que esses programas, a participação nesses programas te ajudou nesse processo de ganhar o seu espaço?”

Calêndula: Sim, sim, porque nos dá autonomia.... Porque, digamos assim, a gente vai conseguindo com os processos entender o que a produção pode melhorar, a gente pode melhorar o nosso produto, a gente pode investir mais, a gente vai ter a segurança de falar bem assim: olha, o meu produto não foi tão bom, mas eu posso investir mais nisso daqui. Vai melhorar o produto na próxima colheita... Então, traz essa confiança, o conhecimento, e através do conhecimento, a gente vai adquirir confiança de falar assim: eu estou no caminho certo.” (Calêndula)

“Aí no geral a gente tem também a ATER da Emater... No tempo de acampamento, eles possibilitaram que a gente fizesse vários cursos de capacitação. Um deles foi o artesanato com fibra de bananeira, que é uma das razões maiores de plantar essas bananas. Também, por ser um assentamento agroecológico e orgânico, então a gente teve muitos cursos de transição agroecológica, então a Emater sempre está muito junto com a gente.” (Rosa)

4.5. Capital Social

O capital social está relacionado com a participação das mulheres em organizações coletivas, associações e cooperativas (QUISUMBING; MEINZEN-DICK, 2001).

Conforme já mencionado, o Pequeno William possui um grupo de mulheres muito bem estruturado, referência nesse tipo de organização, o Panteras Negras. Em geral, as agricultoras participantes descreveram o grupo como um espaço seguro, de descontração, cultura e disseminação de conhecimento. Quando questionadas acerca de sua participação na Associação, as agricultoras do Pequeno William citaram que o principal benefício trazido por essa participação é a possibilidade de acessar o maquinário disponibilizado pela Associação, e de participar de políticas públicas.

Diferente do grupo de mulheres da Chapadinha, denominado Raízes da Terra, o grupo Panteras Negras não foi criado com o intuito de participação em políticas públicas, embora sua existência possibilite que elas participem de editais que possuam esse pré-requisito. O Panteras Negras, também chamado de Comuna pelas agricultoras, foi um espaço idealizado por Rosa, a ideia era trazer para a comunidade do assentamento um espaço de estudos, pesquisa, cultura, lazer e acolhimento. O espaço possui uma biblioteca e área para realização de cursos.

Segundo a idealizadora do espaço, a ideia surgiu a partir de sua própria experiência. Conforme mencionado anteriormente, quando chegou no assentamento, ela estava em situação de vulnerabilidade social e não tinha recursos para construir uma casa. Dessa forma, foi acolhida, juntamente com sua filha, por uma mulher negra, e ali ficou morando até criar condições para construir sua moradia. Desde então, ela tem acolhido outras mulheres negras, militantes do Movimento dos Sem Terra (MST), ou estudantes que precisam de alojamento até finalizarem os estudos. O espaço também já serviu para acolhimento de mulheres em situação de risco, ocasionadas por brigas conjugais e/ou familiares. Foi possível perceber que algumas delas têm alto nível de escolaridade, como a Rosa, que possui mestrado em educação no campo e educação ambiental pela Universidade de Brasília (UnB). Enquanto a entrevistada contava a história da criação do grupo, ficou nítido o orgulho de sua trajetória, e sua intenção em apoiar outras mulheres a finalizarem seus estudos sempre que possível. Ela afirmou, com bastante orgulho, que duas das mulheres acolhidas por ela nesse espaço terminaram seus doutorados, graças ao refúgio e ao apoio fornecido pelo grupo Panteras Negras.

“Rosa: Aqui quando eu recebi a parcela, eu para poder vir para o assentamento eu não tinha condições estruturais nem para fazer um barraco, sabe? Então quando eu vim para o assentamento, com a minha filha pequenininha, essa que está aí... Ela tinha 2 anos, e eu fui acolhida por uma mulher negra. Eu fiquei morando com ela muito tempo, até vir para cá, aí eu ainda fiquei morando um tempo até fazer meu barraco no assentamento, fiquei morando com a filha dela... Nós duas éramos acampadas, mas morávamos com ela. Então quando eu recebi a parcela, eu como militante e estudante... Estava acabando de concluir a minha primeira graduação, a licenciatura em educação no campo. Eu acolhi outras mulheres negras militantes do movimento, que também estavam fazendo a sua graduação ou pós-graduação... Para que a gente

pudesse uma estar apoiando a outra... No cuidado, e possibilitando tanto que a gente tivesse a nossa militância, quanto as coisas que a gente planta, que a gente busca ter.... Pudessem estar sendo cuidados por nós mesmas. Então o grupo surge nesse ano de 2013 para 2014, quando um grupo de mulheres militantes se une, para poder continuar estudando, exercendo sua militância e no campo da educação e agricultura, né? Porque todas nós somos educadoras, formadas dentro do campo da educação e trabalhando com audiovisual e teatro político. Então a gente potencializa essas duas coisas, por isso que a gente transformou as panteras num espaço de cultura e de pesquisa.” (Rosa)

“Violeta: A Comuna foi criada assim: nós éramos acampados lá embaixo, e nós subimos aqui para cima. Aí a Adriana Fernandes decidiu fazer a Comuna, porque ela sempre pensou no coletivo. Ela nunca olhou para si só, ela nunca esquece do resto, então ela decidiu fazer a Comuna já para abarcar. A Comuna, onde várias pessoas podem se agregar, tanto de dentro, quanto de fora, podem contribuir e aprender ali, é sempre uma troca.... Tem até um nome.... Porque tem muito tempo que eu não falo da Comuna, sabe? Então vira uma coisa pessoal até pelo nome. Mas é arte, cultura e lazer.... Então ela sempre disse para mim assim que a Comuna, porque a área foi dada a ela pelo MST, eu falo dada, mas não foi, porque a luta foi muito grande para a gente conseguir... Então quando ela teve a posse da terra, ela já botou Comuna pensando numa área que as pessoas podem vir, congregar, contribuir. Então é mais uma área de troca, uma área em que você vá buscar conhecimento, tanto que tem a biblioteca, a biblioteca lá desde o início foi feita em uma caixinha, era no acampamento, quando chovia ela se preocupava com os livros. O barraco podia molhar todinho, mas os livros não (risadas)... Então até chegar a esse ponto aí, a biblioteca foi levada com todo esse tanto de carinho, e começou com uma caixinha, daqui a pouco tinha muito, daqui a pouco ela não tinha lugar para pôr... Aí a biblioteca foi para toca, que é um barraquinho que a gente tem ali em cima, então já rodou... Até a gente conseguir trazer a biblioteca e concluir a biblioteca... Então a Comuna é isso, é um espaço aberto para todos e a todas, na esperança de contribuir com as pessoas de alguma forma, do mesmo jeito que as pessoas contribuem com ela, a gente contribui com as pessoas numa troca... Uma troca de experiências, uma troca de sabedoria... E por aí vai! E é a única área de lazer, muitas pessoas acham ruim quando a gente fala, mas aqui dentro do assentamento não tem, não tem... Então a gente traz cultura, não tem assim uma festa de São João... Geralmente faz individual, cada um na sua casa, e lá na Comuna sempre foi aberto. Tem gente que não participa, porque não quer, mas sempre foi aberta... Mas tem sarau, pessoas de fora vêm cantar, vêm apresentar, já teve teatro, teve oficinas do IFB que foi trazido, conseguimos nessa época, conseguimos espalhar dentro do assentamento, foi muito legal. Mas tudo através da Comuna, sem a Comuna ficaria meio complicado. Mas para mim ali é a área de lazer, quando se fala: “ah, no assentamento não tem área de lazer, não tem cultura”. E é através de lá que eu vejo a cultura. Não que nós não tenhamos cultura, cada um traz a sua cultura, mas a cultura exposta e aberta à participação da comunidade e disposta a criar, não uma coisa dada, mas uma coisa criada no coletivo, é lá, está ali.” (Violeta)

A Chapadinha também é uma referência quando se trata de organização feminina. Segundo as entrevistadas, o pré-assentamento é composto majoritariamente por mulheres. De acordo com a Petúnia, o grupo de mulheres do território, denominado Raízes da Terra, foi criado para que elas pudessem participar de um edital denominado Prêmio Mulheres Rurais que produzem para o Brasil sustentável, na época do governo Dilma. Esse é um dos principais exemplos encontrados nesta pesquisa sobre a influência de políticas públicas no acesso ao capital social, pois a partir da necessidade de se ter uma organização para participação na política pública, as mulheres se uniram, criaram o grupo, ganharam o edital e puderam investir

na produção e também na estruturação do pré-assentamento. De acordo com Ramos (2021), o grupo foi criado por meio de um convite da Emater – DF, que elaborou o relato de experiências delas para a inscrição no prêmio. A partir dessa premiação, as mulheres do grupo foram convidadas a participar da cerimônia de entrega e conhecerem o ex-governador Agnelo e a ex-presidenta Dilma Rousseff. A entrevistada que forneceu esse relato, informou que a partir da conquista desse Prêmio, o governo passou a enxergar essas agricultoras, e que ela se sente muito honrada em participar dessa trajetória (RAMOS, 2021).

De forma geral, as entrevistadas da Chapadinha informaram que um dos principais benefícios trazidos pelo grupo de mulheres são os cursos, que geralmente têm o apoio da Emater – DF. Elas acessam cursos nas mais variadas áreas, desde a capacitação técnica de produção, até artesanato e empreendedorismo. Conforme mencionado anteriormente, segundo Hortênsia, um outro importante benefício trazido pelo Raízes da Terra, foi o projeto Carreta da Mulher, esse projeto ofereceu diversos serviços, como o consultas, exames, atendimento psicossocial, debates sobre legislação e formas de combate à violência de gênero, capacitações voltadas para autonomia financeira das mulheres, auxílio na emissão de carteira de artesã, cadastro em programas do governo e oficinas de pintura e de plantação de suculentas (CORREIO BRAZILIENSE, 2021).

“Entrevistadora: Então como é que esse grupo surgiu?

Petúnia: Então, na época, surgiu um prêmio do governo federal, na época da Dilma, chamado Mulheres Rurais, e para a gente se inscrever nesse programa a gente tinha que ter um grupo ou uma associação, a gente concorreu com o grupo, tá? As raízes da terra que a gente criou de emergência, e está aí até hoje e é maravilhoso. E a gente concorreu com várias associações do país inteiro... Se eu não me engano, eu não me lembro de número, tá? Eu sou ruim nessa parte, mas foram mais de 500 grupos, tá? E nesses grupos a gente foi... Ficamos em sétimo lugar. E nesse sétimo lugar, a nossa Associação e o nosso grupo raízes da terra cresceram muito, porque a gente ficou muito visado, então nós ganhamos de prêmio 20 mil reais, se eu não me engano a Ministra era a Leonora na época, e foi muito bom... A Chapadinha cresceu, ganhou nome e daí para cá a gente só cresce... Muita responsabilidade.” (Petúnia)

Na pesquisa realizada por Ramos (2021), foram entrevistadas três mulheres do pré-assentamento Chapadinha. Uma das entrevistadas, quando questionada se o grupo Raízes da Terra se reunia com alguma frequência, informou que, em razão da rotina agitada das participantes, elas geralmente realizam encontros apenas no final do ano. Ao ser questionada sobre encontros do grupo, Petúnia, nesta pesquisa, informou o mesmo. A entrevistada afirmou que elas não têm tempo para realizarem encontros do grupo, devido à rotina agitada que levam. Isso demonstra, mais uma vez, como o acúmulo de tarefas afeta negativamente a vida dessas mulheres. Segundo Ramos (2021), o enfraquecimento da articulação entre as mulheres do grupo

Raízes da Terra ainda poderia implicar num possível apagamento do histórico de luta pela terra e o passado em comum de direitos adquiridos.

4.6. Capital Financeiro

De acordo com Quisumbing e Meizen-Dick (2001), o capital financeiro trata de tudo que traz às mulheres acesso a recursos financeiros, desde fontes de renda provenientes da comercialização de seus produtos, até empréstimos, financiamentos e fomentos, e benefícios de programas governamentais de transferência de renda.

Em geral, as respostas das entrevistadas de ambos os locais foram unânimes no que se trata da renda advinda dos programas de compras institucionais. Todas elas citaram como principal ponto positivo de participar desses programas, o fato de saberem quando e quanto elas vão receber. A maioria das agricultoras trabalha também em feiras ou com entregas de cestas. Segundo elas, as rendas das feiras e dos programas se complementam. Em geral, o dinheiro para os gastos do dia a dia, como alimentação, higiene, entre outros, vêm da renda gerada em mercados, como feiras ou entrega de produtos em cestas e afins. Já a renda adquirida com a participação nos programas de compras institucionais, geralmente é utilizada para investir em suas chácaras, adquirir automóveis, quitar dívidas, entre outras coisas.

De acordo com a pesquisa realizada por Ramos (2021), o PAA tem o potencial de ser uma estratégia efetiva para o alcance da autonomia econômica das mulheres no pré-assentamento Chapadinha, desde que seja acompanhado por outras políticas públicas (RAMOS, 2021). De acordo com o trabalho realizado pela mesma autora em 2019 no assentamento Pequeno William, 50% das mulheres que participaram da pesquisa citaram a dificuldade em fazer o agendamento da entrega dos produtos como um dos principais entraves na participação no PAA, o que dificulta que o Programa atinja seu potencial máximo de contribuição para a autonomia econômica dessas agricultoras. No entanto, na mesma pesquisa, a autora constatou que, quando conseguem fazer a entrega de seus produtos, o Programa representa uma oportunidade de melhoria de condições de vida para elas. Todas as entrevistadas na pesquisa afirmaram que sua qualidade de vida aumentou. Ao atribuir notas entre 0 e 10, a melhoria na qualidade de vida obteve média de 8,75%. No que tange à renda, todas também afirmaram que houve uma melhoria, com média de 8,6% (RAMOS, 2018).

Com relação à participação no PRONAF, duas das nove entrevistadas conseguiram acessar esse crédito. Elas avaliaram a inscrição no PRONAF como burocrática. Segundo Rosa, são solicitados muitos documentos e, também é necessário que a pessoa que deseja se inscrever possua uma estrutura, que muitos agricultores nas comunidades não têm, como o acesso a

computador, internet e impressora. Já com relação aos fomentos, quatro das nove entrevistadas já pegaram algum tipo de fomento, sendo que, duas delas afirmaram se tratar do fomento específico para mulheres, o Fomento Mulher. Esse crédito é viabilizado pelo INCRA, e é específico para famílias beneficiárias da reforma agrária. Ele é fornecido com o intuito de colaborar com a compra de itens de primeira necessidade, bens duráveis de uso doméstico ou equipamentos, para que o assentado inicie ou possa investir na produção (INCRA, 2021). As agricultoras que já pegaram esse fomento, se mostraram satisfeitas, e informaram que é um processo fácil, com pouca burocracia.

Com relação a programas de transferência de renda do governo, três das nove entrevistadas afirmaram que já receberam o Bolsa Família, mas que não recebem mais, e outras três afirmaram que ainda recebem e que o Programa é uma forma importante de complementação de renda, principalmente no que tange à compra de alimentos para a família.

Calêndula mencionou que recebia o Bolsa Família, porém perdeu o benefício ao cadastrar seus filhos em um auxílio do INSS, que eles têm direito a receber, pois seu marido faleceu. Ela informou que, para ela, o benefício faz muita falta, pois ela recebia no final do mês, quando os alimentos em sua casa já estavam acabando, logo, ela utilizava o recurso para complementar a alimentação da família. Esse relato reforça a importância do programa Bolsa Família para a garantia da SAN.

“Calêndula: Eu até dezembro recebia, mas era pouco... Eram 300 reais, mas, nossa... No final do mês a gente recebia, e já ajudava porque era final do mês, já estava acabando tudo, que já não eram muitas as compras. E aí meu marido morreu e eu tive que me recadastrar, aí eu consegui um benefício para os meninos, do INSS, um auxílio... Aí quando eu declarei esse auxílio, pronto, tiraram. Aí eu fiquei sabendo que tem um projeto agora novo, que mudou o piso, o piso era 180 e aí eu falei: uai, tem que viver na miséria para ganhar um negócio desse? Eu falei com a mulher na hora né? O meu piso deu 300, 300 por pessoa, aí ela falou que não dava. Aí agora eu fiquei sabendo que mudou para 500, meio salário mínimo” (Calêndula)

4.7. Capital Político

Com base no conceito de empoderamento feminino adotado nesta pesquisa, o capital político refere-se às bases legais e institucionais que proporcionem que as mulheres alcancem todos esses ativos (QUISUMBING; MEINZEN-DICK, 2001). Ou seja, para que as mulheres acessem todos os ativos mencionados até aqui, é necessário que existam bases legais que proporcionem isso. Sendo assim, além dos dados expostos no capítulo 1 desta dissertação, acerca das políticas de SAN voltadas para a agricultura familiar, foi feita uma pesquisa

complementar acerca das políticas públicas para a agricultura familiar que tenham um potencial viés de gênero.

As mobilizações e pressões feitas pelas organizações de mulheres agricultoras ao longo de vários anos, resultaram em algumas movimentações por parte do Estado brasileiro com relação à inserção da temática de gênero em algumas das políticas públicas para a agricultura familiar. Em 1985, foi criado o Programa de Apoio à Mulher Rural, com o objetivo de estudar e desenvolver planos de ação que proporcionem melhores condições de trabalho à mulher agricultora. Em 1988, o Projeto de Apoio à Organização da Mulher Rural passou a ser desenvolvido pelo Sistema Brasileiro de Assistência Técnica e Extensão Rural, com o intuito de preparar os extensionistas para uma abordagem sensível ao gênero. No entanto, com o desmonte de políticas públicas para a agricultura familiar durante o governo Collor, essas ações foram descontinuadas (HEREDIA; CINTRÃO, 2006).

As mulheres rurais só passaram a ter acesso à previdência social a partir de 1991, apesar desse direito ter sido conquistado em 1988. Um exemplo claro de como o acesso ao capital político influencia no empoderamento feminino é citado na pesquisa realizada por Heredia e Cintrão (2006), elas constataram que o acesso à previdência social mudou consideravelmente a vida das mulheres rurais idosas. Esse direito mexe com as relações entre as gerações, as mulheres que o recebem passam a ter mais autonomia, pois têm uma renda própria e não precisam recorrer ao auxílio de outros membros de suas famílias. Além disso, o significado desse direito é muito mais profundo para as mulheres, pois, ao longo de suas vidas, muitas delas nunca haviam recebido qualquer remuneração pelos trabalhos que realizavam, trazendo, em algum nível, uma reparação histórica para essas trabalhadoras, e reconhecendo-as enquanto cidadãs trabalhadoras (SILVA, 2000). Outra consequência marcante da necessidade de acesso das mulheres rurais ao direito à previdência social é a tendência de as mulheres idosas viverem sozinhas, a chamada *feminização da velhice*. Segundo Silva (2000), metade das seguradas contempladas na previdência social eram viúvas. No Nordeste, esse percentual chegou a 71%, sendo que o restante era composto por 20% de mulheres divorciadas e, apenas 9% ainda estavam casadas. Outras pesquisas já comprovaram que o ciclo de vida das mulheres é geralmente mais longo, além de existir a tendência de que os homens se casem novamente, deixando suas antigas companheiras (SILVA, 2000). Outro dado citado na pesquisa, que reforça a *feminização da velhice*, é o fator de que as mulheres representavam 74% das beneficiárias de pensões por morte em 2002 (SILVA, 2000).

Outras conquistas dos movimentos de mulheres rurais, em âmbito legislativo, foram: o direito ao salário-maternidade, sinalizado na Constituição de 1988, mas só acessado a partir de

1994, e o direito à titularidade dos lotes da reforma agrária, também sinalizado na Constituição de 1988 (HEREDIA; CINTRÃO, 2006).

As mobilizações feitas por esses movimentos também levaram à criação de políticas públicas rurais com um potencial viés de gênero. Em 2001, foi criado o Programa de Ações Afirmativas para a Promoção de Igualdade e Oportunidade de Tratamento entre Homens e Mulheres, vinculado ao Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). Posteriormente, esse programa teve seu nome alterado em 2003 para Programa de Promoção da Igualdade de Gênero, Raça e Etnia. Foram criados também: o Programa Nacional de Documentação da Mulher Trabalhadora Rural, em 2004, e o Pronaf Mulher, em 2003. Além disso, o Programa Bolsa Família (PBF) - extinto pelo atual governo federal pela mesma MP que extinguiu o PAA, em 2021 - dava preferência à mulher na titularidade do Cartão Alimentação.

Com a intenção de verificar se ainda havia políticas públicas com viés de gênero ativas em 2021 na região estudada, foi feita uma consulta aos portais de informação ao cidadão dos governos distrital e federal, e no II PDSAN, a fim de identificar metas que tivessem viés de gênero. Para verificar a situação específica do DF, foram feitas consultas à SEAGRI - DF e à Emater - DF, por meio do Sistema Eletrônico de Informação ao Cidadão (e-SIC/DF). A Emater - DF foi consultada por meio do protocolo nº 00072.000008/2022-46. Em resposta à solicitação, Letícia Martinez, gerente de Desenvolvimento Sócio Familiar da Emater – DF respondeu que existem ações voltadas especificamente para mulheres rurais.

“Informamos que a Emater-DF possui o Plano de Valorização das Mulheres da área rural que tem por objetivo dar visibilidade e valorizar o protagonismo da mulher no desenvolvimento rural, com foco na melhoria de sua condição no espaço rural do DF, no acesso às políticas públicas; saúde; segurança; educação, cultura e lazer, fomentando sua organização social e produtiva criando oportunidades socioeconômicas. O referido Plano contempla diversas ações dentre delas o VII Encontro Distrital de Mulheres Rurais que foi realizado em 2021 com o objetivo de valorizar as mulheres rurais, através da divulgação de experiências de autonomia de mulheres, promover integração, dar visibilidade às diversas iniciativas de grupos de mulheres rurais, promover ações de saúde, bem-estar, além de propiciar um momento reivindicatório para a construção de futuras políticas. Ainda em 2021 foram realizadas diversas ações em parceria com a Secretaria da Mulher do DF, conforme estabelecido na Portaria Conjunta nº 02, de 20 de agosto de 2021 que têm como objetivo, promover ações em prol do bem-estar social e econômico da Mulher Rural.” (Letícia Martinez, Emater – DF)

Segundo a Emater – DF, o público feminino atendido pela Empresa hoje ultrapassa a marca de 10 mil mulheres rurais. Entretanto, não foi possível obter o número total de mulheres da área rural do DF para compreender qual é a representação percentual do número fornecido pela Emater – DF, em relação ao universo de mulheres agricultoras da região. Além disso, a

Empresa atende 15.776 propriedades rurais, sendo que, 5.268 delas, possuem mulheres como proprietárias ou coproprietárias. Conforme mencionado nas entrevistas feitas nesta pesquisa, em julho de 2021 a Emater – DF, em parceria com a Secretaria da Mulher, juntamente com a ASTRAF, levou para a Chapadinha a Carreta da Mulher, uma unidade móvel com diversos serviços voltados exclusivamente para as mulheres da comunidade (EMATER - DF, 2021a). Em outubro de 2021, a Emater – DF realizou um evento em comemoração ao Dia Internacional da Mulher Rural (15 de outubro). Nesse evento, foram realizadas rodas de conversa, cujas principais pautas foram o feminicídio, abuso sexual, violência doméstica, valorização pessoal e o empoderamento feminino. Além das rodas de conversa, o evento contou com apresentações musicais e dinâmicas de grupo (EMATER - DF, 2021b).

Em novembro 2021, a Empresa promoveu o Momento Mulher Rural em Pauta, que se tratou de um encontro entre seis mulheres representantes de comunidades rurais do DF tiveram a oportunidade de expor suas demandas aos secretários de Estado. Esse evento teve o objetivo de dar voz a essas mulheres, a fim de que as políticas públicas sejam desenhadas a partir das necessidades reais trazidas por elas. Durante o evento, diversas demandas foram trazidas pelas representantes (AGÊNCIA BRASÍLIA, 2021a). Uma produtora destacou as demandas de saúde e autoestima das mulheres rurais, além das necessidades de atendimentos de ginecologistas, exames preventivos e ações preventivas contra a violência. Além disso, as representantes destacaram a necessidade que as mulheres das áreas rurais têm de acesso à profissionalização em áreas não necessariamente ligadas à agricultura e ao artesanato. Também foram destacadas as dificuldades de acesso à educação, transporte, serviços odontológicos e de locais com profissionais capacitados para a instrução e acompanhamento de atividades físicas. Esse evento foi uma preparação para o VII Encontro Distrital de Mulheres Rurais, que também aconteceu em 2021 (AGÊNCIA BRASÍLIA, 2021a).

O VII Encontro Distrital de Mulheres Rurais acontece a cada dois anos, o último aconteceu em 2018 e reuniu cerca de 500 mulheres. Em função da pandemia de Covid-19, em 2021 o público foi reduzido, esse último encontro reuniu aproximadamente 150 agricultoras, com o intuito de promover um momento de interação, troca de saberes, debates acerca da violência doméstica, cuidados pessoais e demais questões que afetam essas mulheres. Segundo a Emater – DF, o intuito desse encontro é contribuir para o empoderamento feminino, geração de renda, e melhoria da qualidade de vida dessas mulheres. Durante o encontro, as agricultoras entregaram à presidente da Emater – DF, uma carta que deveria ser entregue ao Governador do DF, Ibaneis Rocha. No documento, constavam reivindicações ligadas à educação, saúde, infraestrutura, lazer e saneamento básico. Também foram realizadas diversas oficinas ao longo

do evento, sobre cosméticos caseiros e artesanato, além de rodas de conversa sobre o tema empoderamento feminino, e sessões de cuidados pessoais, como cortes de cabelo, e maquiagem (AGÊNCIA BRASÍLIA, 2021b).

Ainda em resposta à solicitação feita pelo protocolo nº 00072.000008/2022-46 no Sistema Eletrônico de Informação ao Cidadão (e-SIC/DF), Frederico Franco Bourrol Neves, gerente de Desenvolvimento Econômico Rural da Emater – DF, também destacou a existência de créditos rurais voltados exclusivamente para mulheres.

“No âmbito do crédito rural, existe o Pronaf Mulher que segue as mesmas condições e compartilha do mesmo recurso do Pronaf Mais Alimentos, e por isso, na prática enquanto há recurso no Mais Alimentos, tanto faz acessar um ou outro. Também há o Fomento Mulher, esse com aplicação mais efetiva uma vez que é um recurso exclusivo para mulheres assentadas da Reforma Agrária, operacionalizado pelo INCRA.” (Frederico Franco Bourrol Neves, Emater – DF)

O Fomento Mulher foi criado no âmbito do Crédito de Instalação, juntamente com as políticas de reforma agrária, com o objetivo de visibilizar as atividades das mulheres assentadas. Esse Fomento pode ser utilizado de forma coletiva ou individual, para implantar projeto produtivo, sendo ele agrícola ou não, o projeto deve ser feito no nome da mulher titular do lote (MOLINA; LEITE, 2019).

Em 2001, estudos feitos com relação às concessões de crédito rural reconheceram a diferença do percentual entre mulheres e homens entre os beneficiários do Pronaf, o percentual de mulheres que acessava o crédito não chegava nem a 10% do total de beneficiários. Dessa forma, foi criada a Portaria nº 121, de 22 de maio de 2001, que estabelecia um mínimo de 30% do Pronaf que deveria ser destinado às mulheres agricultoras. No entanto, a Portaria não resultou num aumento na participação das mulheres, uma vez que não foi acompanhada de estratégias que garantissem seu cumprimento (LIMA *et al.*, 2014). Sendo assim, em 2003, foi criado o Pronaf Mulher, que surgiu no Plano Safra 2003-2004, na época, não se tratava de uma linha de crédito específica, mas de um adicional de 50% ao montante de recursos já disponibilizados pelo Programa para os agricultores classificados nas linhas de investimento C e D do Programa. A linha C abrangia agricultores familiares titulares de Declaração de Aptidão ao PRONAF (DAP) emitida até 31/03/2008, que, até 30/06/2008, que ainda não tinham contratado as seis operações de custeio com bônus, e a linha D, abrangia agricultores familiares com renda bruta anual entre R\$ 6 mil e até R\$ 110 mil reais. Para que o interessado acessasse esse recurso, a proposta deveria demandar recursos para investimentos em alguma atividade a ser desenvolvida por mulheres (LIMA *et al.*, 2014). Após o Plano Safra 2003-2004, o Pronaf

Mulher se tornou efetivamente uma linha de crédito exclusiva para mulheres dentro do Pronaf, e não mais um montante somado a outras linhas fornecidas pelo Programa (SOUZA; VALENTE JÚNIOR; MACIEL, 2010).

Em resposta à solicitação feita por meio do protocolo nº 00070.000050/2022-87, também no Sistema Eletrônico de Informação ao Cidadão (e-SIC/DF), a SEAGRI - DF informou que a unidade consultada não possui nenhuma política pública ativa com um potencial viés de gênero no momento.

"Esta unidade não possui no momento nenhuma política pública ativa com viés de gênero ou específicas para as mulheres rurais da agricultura familiar. As famílias de assentamentos da reforma agrária são atendidas por uma linha de crédito federal regulamentada pelo Decreto nº 9.424 de 26/06/2018, que dispõe sobre a concessão de créditos de instalação de projetos de assentamento aos beneficiários do Programa Nacional de Reforma Agrária." Assim sugerimos que seja feita pesquisa junto ao Governo Federal, no âmbito dos programas federais. Atenciosamente, Ouvidoria da Secretaria de Agricultura" (SEAGRI – DF)

Sendo assim, foi feita uma pesquisa para entender se existem essas políticas em âmbito federal. Em consulta à Plataforma Integrada de Ouvidoria e Acesso à Informação (Fala.BR), foram solicitadas informações ao Ministério da Cidadania, sob o protocolo de pedido nº 71003.019021/2022-31, sobre a existência de políticas públicas para as mulheres rurais. Em resposta ao questionamento, o Ministério informou que no rol de programas federais sob sua coordenação, não existem políticas específicas para as mulheres rurais. No entanto, informou que o Programa Alimenta Brasil possui, dentro de suas prioridades, a participação de mulheres agricultoras, fomentando, assim, o empoderamento e a inclusão econômica das mulheres do campo. Em 2022, as mulheres representam 50% dos beneficiários do Programa.

Ao analisar o II PDSAN, entre as 183 metas, foi possível encontrar apenas uma meta dedicada especificamente para mulheres agricultoras. A meta em questão foi a seguinte:

"Realizar 4 capacitações anuais às participantes do Fórum Distrital Permanente das Mulheres do Campo e do Cerrado para instrumentalizá-las a concorrer aos editais do Programa de Aquisição da Produção da Agricultura (PAPA/DF)."

Conforme a pesquisa feita acerca do capital político, foi possível concluir que houve alguns avanços no início dos anos 2000, com as políticas de SAN voltadas para a agricultura familiar, que proporcionam às agricultoras familiares o acesso aos ativos citados neste trabalho. Na mesma época, também foram percebidos avanços, no que tange à inserção da abordagem de gênero em algumas dessas políticas. No entanto, essas ações foram descontinuadas pelo atual

governo federal, que no ano de 2021, com exceção do Pronaf Mulher e do Fomento Mulher, não executou políticas exclusivas para as mulheres agricultoras. Já no âmbito do DF, foi observada uma preocupação por parte da Emater – DF em ouvir as demandas das mulheres rurais, o que se deu por meio da realização de eventos com a intenção de manter um diálogo aberto com essas mulheres, ouvindo suas demandas e realizando atividades em suas comunidades, que levaram serviços como atendimentos de saúde física e mental, além de cursos nas áreas de empreendedorismo e de capacitações variadas

4.8. Dificuldades enquanto agricultoras

O roteiro das entrevistas realizadas nesta pesquisa também buscou identificar as principais dificuldades percebidas pelas entrevistadas relacionadas ao fato de serem mulheres agricultoras. Essas perguntas foram feitas, a fim de alcançar o objetivo específico de identificar e analisar as dificuldades relacionadas à questão de gênero vivenciadas pelas mulheres das comunidades em questão.

Entre a amostra analisada, três das entrevistadas são casadas. Com as respostas, foram confirmados fatos que são expostos frequentemente na literatura acerca das relações de gênero na agricultura familiar, que demonstra que as mulheres são, geralmente, as responsáveis pelo espaço privado da casa, e, quando trabalham na produção se entendem, muitas vezes, apenas como ajudantes, e não como trabalhadoras (RAMOS, 2014). Todas elas são as principais responsáveis pelas tarefas domésticas em suas casas, tendo pouca ou nenhuma ajuda de seus companheiros. Apenas uma das entrevistadas casadas falou que recebe alguma ajuda do companheiro nas atividades domésticas. Ao serem questionadas sobre seu trabalho na produção, as agricultoras casadas se colocaram em uma posição de auxiliares dos principais responsáveis por este trabalho, que são seus companheiros, fato que também coincide com o trabalho de Ramos (2014) e Viezzer (1996), acerca das relações de gênero na agricultura. De acordo com Ramos (2014), muitas vezes, as mulheres têm dificuldade de se enxergarem enquanto agricultoras, e se veem como ajudantes, o que causa problemas a níveis sociais e econômicos, como o impedimento de acesso aos direitos trabalhistas, podendo chegar a casos mais graves, como a falta de percepção das agricultoras da pesquisa realizada em São Paulo, sobre os riscos que corriam de contaminação por uso de agrotóxicos, devido ao fato de estarem em contato com os pesticidas durante o trabalho na produção (VIEZZER, 1996).

“Begônia: Bom... a gente tem um limite né? (sobre a carga de trabalho na produção)
Eu faço até o meu limite, mas o meu marido ele contribui muito, ele faz muito mais do que eu... Eu só vou... Porque a mulher, mesmo, eu não sei as outras, mas eu falo

por mim... A gente já tem uma casa para administrar, a gente tem que fazer o almoço, lavar a roupa, cuidar de um monte de coisa, para o marido ficar mais desocupado para fazer as coisas na roça, se eu for para a roça, ele tem que vir para cozinha (risadas). Então ele vai para a roça e eu fico aqui. Mas quando eu posso eu faço a colheita, *ajudar* na colheita, *ajudar* embalar as coisas... Aí eu faço isso.” (Begônia)

“Margarida: No período seco, você tem mais uma atividade, é mais puxado (sobre a carga de trabalho na produção), porque a gente tem que molhar as plantas de manhã, não tem irrigação para tudo então a gente tem que molhar no regador, de manhã tem que molhar, eu ajudo ele a molhar, porque ele fica cansado também, então somos só nós dois, eu tenho que *ajudar* ele, né?” (Margarida)

Azaleia citou como uma dificuldade percebida por ela enquanto mulher agricultora, a sua própria estrutura física, que, segundo ela, dificulta a realização de tarefas mais pesadas na produção agrícola. De acordo com ela, essa dificuldade é agravada pela limitação de renda, pois ela não tem recursos para contratar ajudantes, portanto, percebe que sua produção fica limitada por isso.

“Azaleia: A gente tem dificuldade de tipo... Do plantar, a gente não tem a condição de pagar uma pessoa, um trabalho que a gente faz, a gente dá conta, mas assim... Para o trabalho mais pesado, aí fica nessa... Aí ir fazer a horta tudo bem, mas aí para fazer um cultivo maior, fazer poço, etc, aí a gente não consegue, né? Aí limita um pouco a produção, sabe? Porque uma coisa que era para ser farta, é uma coisa menor por falta dessas estruturas, dessa possibilidade de contratar uma pessoa para poder ajudar.” (Azaleia)

Com relação a outras questões percebidas pelas entrevistadas, as dificuldades trazidas pela divisão sexual do trabalho foram um dos principais desafios em todas as entrevistas. Todas as entrevistadas possuem pelo menos um filho, e grande parte delas (seis das nove agricultoras) são solteiras, viúvas ou divorciadas, e não possuem parceiros para dividir tarefas domésticas e de cuidado com os filhos. Isso foi citado por elas como um fato que as sobrecarrega, limitando seu tempo de descanso, pois quando não estão trabalhando na produção agrícola ou no artesanato, estão realizando alguma tarefa doméstica, ou de cuidado com seus filhos. Violeta também realiza trabalhos fora de casa, para complementar sua renda, ela possui 4 filhos, trabalha e faz faculdade. Para dar conta de todas as tarefas, ela recebe ajuda de sua família, que mora no mesmo lote, e dos próprios filhos, que ainda são crianças.

“Violeta: Assim a mulher sempre teve duplo trabalho, né? Porque além de trabalhar na roça, ela trabalha dentro de casa, tem as crianças, e tudo... Homem não, homem não... A maioria também, não vou generalizar, trabalha na roça chega em casa e não faz nada... A mulher não, ela vai para a roça, ela chega ela vai fazer almoço, ela vai fazer janta, ela vai cuidar das crianças, ela vai arrumar a casa... E trabalho manual também é muito difícil uma mulher aqui, estou dizendo o que aconteceu, não vou citar... Mas para a mulher conseguir um plantio e trazer um benefício, tipo: preciso

de um trator para eu poder arar a minha terra, para eu poder plantar... Eu garanto se eu um homem for, ele vai conseguir com mais facilidade. Então assim, a gente é discriminada até hoje, e ninguém acredita que a gente é capaz. A gente começa a fazer as coisas para venda, também é mais complicado. A maioria aqui do assentamento que é dona da chácara, que tem o nome no título, são as mulheres, a titularização hoje em dia é dada para a mulher, pelo caso do homem pegar a terra, vender, e deixar a mulher ao léu. Então aqui é mais difícil, porque as mulheres têm que dar conta desse processo, elas têm que estar sempre à frente das coisas para poder dar conta. Por mais que sejam casadas, as mulheres são a cabeça dentro da chácara, dentro da casa. Então, a gente sofre sim esse tipo de preconceito, e acho que em qualquer lugar, independentemente de ser na agricultura.” (Violeta)

“Rosa: Olha, a gente enfrenta todas as dificuldades, porque para a gente... Se fosse só a questão da produção era bem tranquilo, né? Porque nós temos acúmulo de tarefas, né? Então os homens normalmente não têm... Então os homens não têm essa preocupação com casa, com comida, com roupa limpa, com espaço, com animais, se eles estão na produção é só ali na produção. Então acaba que para a gente é um pouco mais pesado, porque a gente além de se preocupar com todo o contexto da vida doméstica em si, a gente tem que se preocupar em organizar a nossa produção.” (Rosa)

Além da sobrecarga de trabalho citada por todas as entrevistadas, Azaleia citou a desigualdade salarial como um dos desafios percebidos por ela:

“Azaleia: eu tenho umas colegas aqui dentro, que elas também trabalham de roça para fora, para uns produtores, essas coisas, para poder... Porque não dá para a gente viver, né? Tem que ter uma renda principal, mas tem que ter os trabalhos extras para poder se manter... E assim, não são bem remuneradas por serem mulheres, a mesma coisa que o homem faz, elas fazem, as vezes fazem até melhor, e o homem ganha 100 elas ganham 70, e aí? Porque será? É muito... Nossa isso, né? E é geral, eu já vi em vários cantos.” (Azaleia)

Ao analisar os dados da categoria dificuldades enquanto mulheres agricultoras, é possível fazer uma ligação entre os problemas relacionados a gênero citados nas entrevistas. A maior parte deles têm origem na divisão sexual do trabalho. A insegurança hídrica afeta mais as mulheres do que os homens, pois elas são responsáveis pelas tarefas domésticas, que demandam o uso de água para serem realizadas. Além disso, quando não há fornecimento, elas são as responsáveis por buscar água, passando por diversos desafios em razão disso, como o caso citado por Azaleia (HEREDIA; CINTRÃO, 2006).

A dificuldade de percepção de si mesmas enquanto mulheres agricultoras é causada pela segregação das atividades dentro das famílias. As mulheres se consideram as responsáveis pela casa, enquanto os maridos são responsáveis pela produção. Dessa forma, elas se veem como ajudantes, o que, conforme citado anteriormente, tem várias consequências para a conquistas de direitos trabalhistas e previdenciários, podendo chegar até a afetar a saúde física de algumas agricultoras (RAMOS, 2014; VIEZZER, 1996).

A desvalorização econômica do trabalho exercido pela mulher em atividades realizadas fora do âmbito privado de suas casas, também tem origem na divisão sexual do trabalho. Quando os espaços dos indivíduos na sociedade se dividem por gênero, e, esses limites são ultrapassados, se entende que o indivíduo que está ultrapassando esse limite não tem capacidade suficiente para realizar as tarefas em questão, uma vez que ele não pertence àquele local. Isso pode ser percebido no caso das mulheres que prestam serviços rurais para outros produtores e têm menores remunerações que os homens que realizam as mesmas atividades que elas. A diferença de remuneração em função do gênero do indivíduo que realiza a atividade em questão é uma das principais consequências da divisão sexual do trabalho (PAULILO, 1987).

Da mesma forma, a divisão dos espaços dos indivíduos na sociedade também afeta a participação das mulheres em espaços públicos, como organizações como cooperativas e associações. O caso da agricultora entrevistada que foi impedida de exercer seu cargo na associação do assentamento Pequeno William é um exemplo claro de discriminação de gênero, que tem origem na divisão de espaços entre homens e mulheres. De acordo com essa estrutura, as mulheres não devem participar de atividades fora do ambiente privado de suas propriedades, e devem obedecer ao que lhes for imposto pelos homens que estão no comando.

4.9. Percepção acerca das políticas públicas de SAN

Conforme mencionado no capítulo 1, desde 2016, em razão da crise política instaurada no País, o direcionamento da agenda de SAN foi alterado, por meio da extinção de alguns órgãos e conselhos responsáveis pela execução e monitoramento da SAN no Brasil, e da diminuição de orçamento para os programas voltados para a agricultura familiar, chegando até à extinção de alguns dos principais programas criados pela Estratégia Fome Zero, como o PAA, que pertencia também à Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, e às diretrizes do II PDSAN. Dessa forma, esse tema foi abordado em algumas perguntas no roteiro das entrevistas, a fim de verificar se as entrevistadas já percebem algum impacto desse novo direcionamento em suas vidas.

A maioria das entrevistadas afirmou ter notado uma diminuição das políticas públicas nos últimos anos, muitas delas atribuíram essas mudanças à pandemia de COVID-19. A principal mudança percebida pelas entrevistadas devido à pandemia, foi relacionada ao atendimento da Emater. Segundo elas, devido às restrições causadas pela crise sanitária, os técnicos tiveram que interromper as visitas aos assentamentos.

Com relação aos cortes orçamentários nos programas de compras institucionais e à extinção do PAA, algumas entrevistadas já notaram a influência da diminuição do orçamento

dos programas de compras institucionais em sua renda e em sua produção. Segundo Petúnia, a diminuição do orçamento disponível para o PAA causou desperdício de sua produção, pois ela chegou a produzir e entregar uma parte, no entanto, quando foi entregar o restante, já não havia mais recurso para a aquisição desses alimentos.

“Entrevistadora: Aí sobre esses programas ainda, nos últimos anos a senhora sentiu alguma diferença?”

Petúnia: Olha para você ter ideia, o meu PAA, eu fui entregar, estão ali meus produtos ali no canteiro, não vão ficar ali, porque eu vou encher o carro e vou levar para doar, mas eu não consegui entregar meu PAA todo, só consegui entregar 3 mil, porque a produção leva tempo para ficar pronta, e daí acabou o dinheiro, e eu não sei se é história, eu não sei, mas dizem que não vai ter mais PAA, então pois é, tudo o que é do pequeno está acabando, não tem mais direito a nada.” (Petúnia)

Com relação ao PAA e ao PNAE, duas agricultoras citaram a alteração nas regras dos dois programas como um fator limitante para a participação delas hoje em dia, pois antes, os alimentos eram ofertados pelos agricultores, e o governo comprava a partir dessa oferta. No entanto, com as mudanças, o governo solicita os produtos que deseja adquirir, e os agricultores que possuem esses alimentos fornecem. Ou seja, se os agricultores não tiverem plantado o que foi solicitado, não conseguem participar dos programas.

“Entrevistadora: Aí hoje em dia vocês não entregam?”

Orquídea: Não, hoje em dia eu não consigo entregar, porque mudaram as regras do PAA e eles pedem... Hoje em dia eles que pedem, antigamente você ofertava “não, eu tenho isso e isso”, e eles pegavam. Hoje em dia eles falam: eu quero tanto de cebolinha... E nem sempre a gente está tendo, né? E às vezes a gente não tem uma produção grande, é produção pequena, que é o meu caso, então eu não consigo mandar.

Entrevistadora: Não dá para fazer pela Associação?”

Orquídea: Não... A gente vai ver isso agora. Porque, como eu te falei, a gente não tinha espaço na associação antiga.” (Orquídea)

“Begônia: Eu não estou conseguindo (participar do PNAE), porque eu não tenho os produtos que eles estão precisando tipo: cenoura, repolho, beterraba... Essas coisas eu não estou tendo, o que eu tenho agora é a batatinha, não está no programa, batata inglesa, não está no programa, é... Alho poró também não está no programa, tomate cereja, que eu tenho bastante, também não está no programa. Por isso que eu não estou entregando no PNAE, mas para os outros, estamos entregando.” (Begônia)

Segundo uma das entrevistadas na pesquisa de Ramos (2021), durante o ano de 2019, ela teve muita dificuldade para entregar as folhosas para o PAA. Para ela, o governo deu prioridade para a aquisição de produtos convencionais (não orgânicos), devido à escassez de recursos destinada ao Programa (RAMOS, 2021). Ainda segundo essa agricultora, os valores de aquisição dos produtos também precisam ser revistos, pois o valor dos materiais necessários

para que eles sejam produzidos todos aumentaram devido à inflação, mas o valor de aquisição por parte do governo não (RAMOS, 2021).

No âmbito financeiro, os programas de compras institucionais, foram considerados importantes fontes de renda para as entrevistadas. Eles proporcionaram a elas a construção de casas, a aquisição de automóveis, a quitação de dívidas, e o investimento na infraestrutura de suas chácaras e em sua produção. Esse dado corrobora com pesquisas realizadas acerca da participação de mulheres no PAA, o Programa valoriza o trabalho feminino, pois cria canais de comercialização a um preço justo, e possibilita formas de entrega que atendem às necessidades das fornecedoras (SILIPRANDI; CINTRÃO, 2015). No entanto, os resultados da pesquisa de Siliprandi e Cintrão (2015) divergem dos resultados obtidos por Ramos (2018). Nesta outra pesquisa, as mulheres citaram que o agendamento das entregas era um dos principais problemas do Programa, essa divergência pode ter sido causada devido a distância temporal em que as pesquisas foram realizadas. Em 2015 o PAA tinha um orçamento muito maior, e uma operacionalização facilitada pelo suporte governamental ao setor da agricultura familiar. Já no ano de 2019, muitas instituições que amparavam os programas de SAN foram extintas, e o orçamento destinado a essas políticas diminuiu drasticamente. Assim como Ramos (2018), outra pesquisa feita sobre programas de compras institucionais encontrou indícios de que os gestores têm mostrado resistência em adquirir os produtos orgânicos, dessa vez no PNAE, o que se dá em razão do preço desses alimentos ser mais alto (CASTRO, 2019). Esses dados também reforçam o impacto negativo do corte orçamentário na execução desses programas.

Os achados desta pesquisa com relação às entregas para o PAA e da pesquisa de Ramos (2018), também divergem da pesquisa feita por Grisa e Schneider (2011), que avaliou que o Programa incentiva a diversificação da produção, restaurando a policultura entre os seus participantes. Durante este trabalho, a Begônia afirmou que tem dificuldade de fazer entregas para o Programa, pois os alimentos que ela tem em abundância não são demandados. Na pesquisa de Ramos (2018), as agricultoras também informaram ter dificuldade de fornecer os produtos que possuem em grande quantidade, como as folhosas. Essa divergência pode ter origem no escopo temporal das pesquisas, e nas mudanças ocorridas nas políticas de SAN entre esses períodos (RAMOS, 2018).

Com relação ao capital social, foi encontrado um resultado bastante interessante na Chapadinha. Segundo Petúnia, o grupo Raízes da Terra foi criado devido a uma demanda de um edital denominado Prêmio Mulheres Rurais que produzem o Brasil sustentável, na época do governo Dilma. Esse achado foi interessante, porque demonstra claramente como se dá a

influência das políticas públicas na formação de grupos e organizações coletivas de mulheres, empoderando as participantes desses coletivos.

Todas as entrevistadas avaliaram bem o trabalho das equipes da Emater - DF e da SEAGRI - DF, no que tange ao apoio necessário para que elas participem dos programas de compras institucionais, como o fornecimento de cursos e capacitações técnicas de produção, doação de sementes e adubos, auxílio no processo burocrático de inscrição, e fornecimento de maquinário. Esse tipo de estratégia é importante para que as mulheres alcancem autonomia financeira, não apenas por meio da participação em programas de compras do governo, mas também da venda de seus produtos em outros mercados. A partir dos conhecimentos adquiridos pela experiência nos programas, cursos de capacitação técnica e cursos de empreendedorismo, as agricultoras têm a possibilidade de adotar estratégias de vendas mais eficazes, conquistar mais mercados, e, conseqüentemente, aumentar suas rendas, atingindo sua independência financeira, ativo fundamental para o alcance do empoderamento. Cabe ressaltar que as entrevistadas avaliaram bem o trabalho dessas equipes, mas também perceberam que muitas vezes os técnicos que as auxiliam ficam limitados, em razão da conjuntura política nacional, que vem restringindo cada vez mais o suporte aos programas voltados para a agricultura familiar.

Além das ações citadas anteriormente, esses órgãos ainda proporcionaram apoio por meio do fornecimento do acompanhamento no processo de transição agroecológica; realização de cursos de artesanato, técnicas de produção e empreendedorismo; auxílio nos processos burocráticos de fomentos e empréstimos; e o apoio na formação das associações, cooperativas e dos grupos de mulheres.

O impacto no capital humano foi positivo em todas as entrevistas. No presente estudo, foi perceptível a influência dos programas de compras institucionais e das políticas de ATER na autoestima da Calêndula. Segundo ela, à medida em que participa dos programas, adquire conhecimento, e conquista confiança no produto que comercializa, o que a faz sentir segura de sua posição enquanto agricultora. Além disso, todas elas demonstraram satisfação em ter acesso aos cursos proporcionados pela Emater – DF, que lhes fornecem conhecimentos que abrem portas para novos mercados, e lhes trazem informações acerca de seus direitos enquanto trabalhadoras.

Com relação ao acesso à terra e regularização fundiária, por meio da intensificação da reforma agrária e criação de assentamentos, foi possível perceber que, apesar de serem tópicos presentes explicitamente na PNSAN e no II PDSAN, os membros das comunidades em questão nesta pesquisa tiveram bastante dificuldade de se estabelecerem nos assentamentos. Essa

dificuldade demonstra que as políticas implementadas no Brasil no âmbito fundiário ainda precisam evoluir muito, para que as mulheres agricultoras familiares exerçam plenamente seu direito de acesso à terra. Para Caume (2017), a efetivação da reforma agrária é estratégica na busca pela superação da miséria, fome e pobreza no meio rural.

Com relação à garantia de acesso à água para a produção de alimentos, foi possível perceber com as entrevistas, que apenas o pré-assentamento Chapadinha teve algum tipo de apoio por parte do GDF, no que tange ao fornecimento de água, e, mesmo assim, não é um recurso acessado por todos os agricultores dessa comunidade. No Pequeno William, a falta de água foi a principal dificuldade citada nas entrevistas. Portanto, conclui-se que, nas comunidades analisadas nesta pesquisa, as políticas públicas de fornecimento de água são insuficientes, no caso da Chapadinha, e, praticamente inexistentes, no caso do Pequeno William, o que afeta diretamente o alcance do empoderamento feminino no campo. Esses mesmos dados foram encontrados em pesquisas de outros autores feitas no Pequeno William anteriormente, o que demonstra que esse é um problema antigo, que vem sendo ignorado pelo governo (RAMOS, 2018; DEUS, 2018; SILVA, 2016).

Com relação ao saneamento básico e gestão de resíduos sólidos, nas duas localidades foram fornecidas fossas sépticas pelo Sebrae. Além disso, as duas comunidades possuem contêineres destinados ao descarte de lixo. Esse tipo de estrutura é fundamental para garantir a saúde e a dignidade dessas mulheres, e a qualidade dos alimentos consumidos e produzidos. Além disso, essa infraestrutura é fundamental para diminuir os impactos que a ocupação dos assentamentos tem no meio ambiente.

O fornecimento de eletricidade não estava entre os temas selecionados no primeiro capítulo desta pesquisa, pois não foi encontrada nenhuma menção ao fornecimento de energia elétrica no II PDSAN. No entanto, por se tratar de uma estrutura básica para a realização de diversas tarefas do dia a dia, perguntas com relação ao fornecimento de eletricidade foram incluídas nas entrevistas. Nessa categoria, foi percebida uma dificuldade nas duas comunidades. No Pequeno William, apesar de terem acesso à energia elétrica fornecida pelo governo, os assentados tiveram que abrir as estradas por conta própria para que o governo fizesse a instalação. Já na Chapadinha, a comunidade não tem fornecimento de energia elétrica formal. O fornecimento de transporte de qualidade, estradas, e infraestruturas de comunicação (como eletricidade e internet) é fundamental para o empoderamento feminino, proporcionando a elas maior mobilidade para realizarem suas atividades, frequentarem escolas e faculdades, trabalharem fora, e estudarem dentro de casa. Além disso, o fornecimento de eletricidade

facilita a realização de tarefas domésticas de responsabilidade feminina, liberando as mulheres para utilizarem seu tempo com outras atividades (QUISUMBING; MEIZEN-DICK, 2001).

Com relação aos dados obtidos sobre o capital político, os achados desta pesquisa foram preocupantes. Foi percebido um avanço no início dos anos 2000, com a inclusão da abordagem de gênero, raça e etnia nas políticas públicas da agricultura familiar. No entanto, o desmonte das políticas públicas para esse setor, também afetou essas conquistas. De acordo com os resultados obtidos, não há políticas específicas para mulheres agricultoras em atividade atualmente no Brasil. De acordo com a resposta do Ministério da Cidadania, a única menção em relação a mulheres agricultoras nas políticas para a agricultura familiar, é a priorização da participação de 50% de mulheres dentre os beneficiários do Programa Alimenta Brasil. Esse dado é preocupante, pois a perspectiva de gênero é um dos principais fatores para o sucesso das políticas públicas de SAN no meio rural. Políticas que não reconhecem as particularidades femininas dificilmente beneficiam plenamente mulheres e meninas (EIGE, 2012).

Por outro lado, no âmbito do DF, a Emater - DF tem realizado importantes ações com viés de gênero, buscando escutar as demandas dessas mulheres, promovendo encontros nos quais há a prestação de serviços importantes para a emancipação feminina, como informações acerca de gestão financeira, empreendedorismo, comercialização, artesanato, direitos das mulheres e violências de gênero, por exemplo. No entanto, apesar de se tratar de iniciativas importantes, essas ações são insuficientes para alcançar a igualdade de gênero no campo, uma vez que a raiz desse problema se encontra em questões estruturais as quais a ação da Emater - DF sozinha não pode resolver, como a divisão sexual do trabalho, a sobrecarga de trabalho, a discriminação de gênero, os problemas de infraestrutura, o fornecimento de água, a precariedade do transporte, entre outros.

É importante fazer uma observação com relação ao fato de que o processo de ocupação de ambos os territórios foi realizado entre 2005 e 2014 (incluindo os processos de acampamento e realocação para as áreas onde as comunidades se encontram hoje). O que significa que todo o processo de licenciamento e estruturação do assentamento Pequeno William se deu antes de 2016. Já para a Chapadinha, o processo ainda está em andamento, ainda que a ocupação da área tenha se iniciado em 2005, há 17 anos, a comunidade ainda não é considerada um assentamento oficialmente. Isso demonstra a fragilidade das políticas de reforma agrária no Brasil, o que se dá devido ao histórico brasileiro de concentração de terras e renda. Historicamente, os setores que monopolizam esses recursos impedem o avanço da redistribuição para outras camadas da sociedade (CAUME, 2017).

4.10. Nexus SAN e empoderamento feminino nas áreas de estudo

Conforme citado o relatório do ISC (2017) sobre as interações entre os ODS 2 e 5, promover o acesso igualitário de mulheres e homens aos recursos fundamentais para a produção tem efeitos positivos no empoderamento feminino no campo. Os dados coletados no presente estudo demonstram uma precariedade no fornecimento de infraestrutura nas duas comunidades estudadas. O acesso à terra foi fruto de muitos anos de pressões feitas pelas agricultoras e agricultores das duas comunidades, que passaram muito tempo acampados nas proximidades das terras dos territórios onde as comunidades se localizam hoje, com o intuito de pressionar o governo para conseguirem a concessão de uso das terras. A Chapadinha ainda não foi oficializada como assentamento, e continua com o status de pré-assentamento, o que traz impedimentos relacionados ao acesso a algumas estruturas básicas, como o fornecimento formal de energia elétrica, por exemplo. O acesso à água é precário em ambas as comunidades, deixando as comunidades à mercê de suas próprias condições financeiras para acessarem água, tanto para consumo quanto para produção, especialmente no Pequeno William. Na Chapadinha o Sebrae instalou um poço comunitário, no entanto, nem todos os assentados conseguem usufruir dessa água, logo, não se trata de um acesso igualitário.

A atuação de alguns órgãos como a Emater - DF e a Embrapa proporcionou o fornecimento de alguns insumos para produção, como adubos e sementes. Além disso, o fornecimento do Crédito Instalação no Pequeno William proporcionou um investimento inicial na produção das entrevistadas. A Chapadinha, por não ter sido oficializada como assentamento ainda, não pôde usufruir desse crédito. Dessa forma, nota-se a necessidade de investimento nesse tipo de recurso básico para o alcance da igualdade de gênero no campo, uma vez que, conforme demonstrado na pesquisa e nas bibliografias citadas, as mulheres são mais afetadas pela falta de infraestrutura, o que ocorre de várias formas. No caso da falta de água, a entrevistada Azaleia informou que sente que elas têm mais dificuldade para cavar poços, o que limita sua produção e as outras atividades do dia a dia, deixando-as em desvantagem em relação aos homens da comunidade. Além disso, a entrevistada Violeta disse também sentir que é mais difícil para as mulheres conseguirem acessar maquinários da Associação, como trator, por discriminação de gênero.

Os programas de compras institucionais têm o potencial de proporcionar renda para que as entrevistadas invistam em infraestruturas básicas para suas casas e para sua produção, como o caso de duas delas que conseguiram comprar seus carros, além de terem feito outros investimentos nas suas produções, como a compra de bombas, maquinários, e insumos para plantação, o que as proporcionou acesso ao capital físico. No entanto, segundo os dados

coletados, existem algumas entrevistadas que não conseguem fornecer para esses programas, em função da insegurança hídrica.

Apesar da garantia de acesso à água estar entre as metas do II PDSAN, foi perceptível a dificuldade com relação ao acesso a esse recurso nas duas comunidades aqui estudadas. Esse dado é especialmente significativo quando se fala da abordagem *WEF Nexus*, que aborda justamente a necessidade de integração entre as seguranças hídrica, energética e alimentar. Portanto, fica claro a partir desse resultado, que políticas de segurança alimentar e nutricional não atingem seu potencial máximo, se não forem acompanhados de ações que proporcionem as seguranças hídrica e energética.

O relatório do ISC (2017), também sugere o investimento em inovações tecnológicas para a produção agrícola, o que potencializaria a produção e pouparia o tempo das agriculturas. Conforme observado nas entrevistas, é notável a necessidade de otimização do tempo das participantes da pesquisa, principalmente, em função da sobrecarga de trabalho que recai sobre elas. No entanto, apesar de se tratar de um tema necessário, o que se percebe nessas comunidades é que a adoção de modernas tecnologias para a produção é uma realidade muito distante para a maioria das entrevistadas, em função, da falta de infraestruturas básicas fundamentais para que elas alcancem a autonomia financeira e possam investir em suas produções.

A interação entre as políticas de SAN e o empoderamento feminino também ficou evidente na trajetória do grupo Raízes da Terra, na Chapadinha, que foi criado para um edital que tinha como pré-requisito existência de um grupo de mulheres nas comunidades participantes. A criação do grupo proporcionou acesso ao capital financeiro, com o prêmio do edital; aos capitais natural e físico recursos estruturais, pois elas investiram nas suas produções; e ao capital social, uma vez que a existência do grupo potencializa a união entre as agricultoras membras. Além disso, foi percebida uma melhora na autoestima das participantes, que se sentiram enxergadas pela sociedade pela primeira vez, conforme citado na pesquisa de Ramos (2021).

Posto isso, a análise feita neste Capítulo 2 demonstra que, para os casos aqui estudados, a implementação de políticas públicas de promoção da SAN, especialmente as políticas de garantia de acesso à água, terra, energia elétrica, e ATER, são elementos fundamentais para o alcance do empoderamento feminino. Mesmo com a precariedade de recursos, foi possível notar, em diversas ocasiões, de que forma essas políticas afetaram positivamente no empoderamento dessas mulheres.

5. Conclusão

A partir da coleta de dados realizada, a relação entre a implementação de políticas de SAN e o empoderamento feminino ficou clara em diversos momentos. As políticas de regularização fundiária se mostraram frágeis, pois as comunidades em questão passaram por muitos entraves para conseguirem ocupar seus territórios. Além disso, a Chapadinha ainda não tem o título oficial de assentamento, ainda que a ocupação do território tenha se iniciado há 17 anos atrás.

As políticas de ATER forneceram às agricultoras o acesso aos capitais natural, financeiro, social e humano. No capital natural isso ocorre por meio do fornecimento de insumos de produção, como adubos e sementes; no capital social, por meio da orientação técnica na criação das associações e dos grupos de mulheres; no capital financeiro, por meio da abertura de chamadas públicas para os programas de compras institucionais e na orientação da adequação aos pré-requisitos necessários para participação dessas comunidades nos programas de compras institucionais e nos programas de concessão de crédito; e, no capital humano, por meio da realização de cursos e capacitações nas mais diversas áreas.

O incentivo à criação de organização em cooperativas, associações e grupos de mulheres também alavancou o empoderamento das entrevistadas, pois a organização em grupos facilita a participação das agricultoras em questão a programas de compras institucionais, e o acesso à maquinário e às capacitações, proporcionando, assim, que elas acessem os capitais físico, financeiro, social e humano. Além disso, essas organizações facilitaram a criação de vínculos, que trazem benefícios em vários âmbitos. Isso foi demonstrado nos casos citados nas entrevistas, a maioria das entrevistadas vê como benefício da participação da associação a possibilidade de acessar maquinários e participar das políticas públicas. Já nos grupos de mulheres elas encontram espaços de acolhimento e troca de saberes.

Os programas de compras institucionais se mostraram boas formas de escoamento da produção dessas agricultoras, uma vez que, quando participam, elas sabem quanto e quando vão receber, se tratando de uma renda garantida. Essas políticas lhes proporcionam acesso aos capitais natural, financeiro e físico. A partir da autonomia financeira, elas têm a possibilidade de fazer planos a longo prazo, pagar dívidas, e fazer investimentos maiores em suas produções, como o caso da agricultora que comprou seu carro exclusivamente com o dinheiro que recebeu do PAPA – DF, e o da agricultora que conseguiu fazer maiores investimentos na sua produção a partir da aquisição de bomba para irrigação. A relação água-alimento ficou evidente nos relatos coletados, uma vez que as entrevistadas que se encontravam em situação de insegurança

hídrica, demonstraram dificuldade em participar desses programas, por não terem água suficiente para produzir na quantidade necessária para a realização da entrega dos alimentos.

Já a participação no Pronaf permitiu às agricultoras que conseguiram acessá-lo, o investimento em suas casas e em suas produções agrícolas, conquistando mais conforto e dignidade, e proporcionando maiores possibilidades de geração de renda. No entanto, a participação no programa foi avaliada como burocrática, limitando o acesso de pessoas que não têm as estruturas necessárias para a inscrição no programa, como acesso a computador com internet e impressora.

A respeito das dificuldades percebidas pelas entrevistadas acerca da sua vivência enquanto agricultoras, os dados obtidos nesta pesquisa vão de encontro com o demonstrado nas teorias feministas e em estudos sobre relações de gênero na agricultura familiar. As agricultoras casadas tendem a se enxergar enquanto ajudantes de seus companheiros, compreendendo que sua função principal está relacionada às atividades domésticas. A sobrecarga de trabalho decorrente do acúmulo de tarefas de produção e de reprodução social foi citada por todas as entrevistadas como uma das principais dificuldades enquanto mulher agricultora. Além disso, foram encontrados exemplos claros de discriminação de gênero, como o caso citado em uma das entrevistas, que denunciou a diferença salarial quando agricultoras prestam serviços externos para outros produtores, e recebem um pagamento menor do que os homens que prestam o mesmo serviço.

Posto isso, foi possível concluir que a implementação das políticas de ATER, das políticas agrárias, de políticas de garantia de acesso à água, das políticas de crédito, de programas de compras institucionais e o incentivo à criação de organizações coletivas nos assentamentos, tem o potencial de alavancar o empoderamento feminino das entrevistadas, podendo fornecê-las acesso aos capitais natural, financeiro, físico, social e humano. No entanto, para que isso ocorra, a implementação de todas essas ações deve ser feita de forma simultânea, pois elas têm ligações entre si, e, a implementação precária de uma, prejudica a efetividade de outra.

Com relação ao capital político, foi perceptível que houve um avanço nesse quesito no início do século XXI, por meio da implementação de ações específicas para essas mulheres. No entanto, essas políticas parecem ter sido descontinuadas, como outras políticas para a agricultura familiar, em razão do contexto político nacional. Esse fato é preocupante, pois a implementação de ações que atendam às especificidades das mulheres agricultoras é muito necessária, tendo em vista que o País ainda está distante de alcançar a igualdade de gênero no meio rural.

Considerações finais

A partir da coleta de dados realizada, ficou evidente o empoderamento das mulheres entrevistadas. Foi possível perceber que esse empoderamento é também, em boa medida, resultado das diversas ações de SAN citadas na pesquisa. Apesar disso, há ameaças a esse contexto, uma vez que foi observado o desmonte das políticas para a agricultura familiar e a insegurança hídrica, o que segundo a abordagem *WEF Nexus* ameaça a SAN das entrevistadas, e tem o potencial de afetar negativamente os avanços observados com relação ao empoderamento feminino.

Apenas 30% das metas do II PDSAN estão voltadas para a agricultura familiar, em que pese sua importância para o tema da SAN. Dessas metas, 40% estão voltados para os mercados institucionais, muito relevantes para a resiliência da agricultura familiar. A partir da investigação da influência das ações de promoção da SAN nas comunidades, foi possível perceber que a implementação das políticas de ATER, das políticas agrárias, de políticas de garantia de acesso à água, das políticas de crédito, de programas de compras institucionais, e o incentivo à criação de organizações coletivas, podem potencializar o empoderamento feminino das entrevistadas. Isso ocorre por meio do fornecimento dos capitais natural, financeiro, físico, social e humano às mulheres agricultoras. Entretanto, a implementação dessas ações deve ser feita de forma simultânea, pois elas têm ligações entre si, e, a implementação precária de uma, prejudica a efetividade de outra. Com relação ao acesso ao capital político, foi percebido um avanço com relação às políticas para a agricultura familiar com viés de gênero no início do século XXI. No entanto, essas políticas parecem ter sido descontinuadas, como outras políticas para a agricultura familiar, em razão do contexto político nacional.

Os dados a respeito das dificuldades percebidas pelas entrevistadas acerca da sua vivência enquanto agricultoras, corroboram com o demonstrado em estudos sobre relações de gênero na agricultura familiar. Ainda se percebe muitas assimetrias de funções, sobrecarga de trabalho, e a invisibilização do trabalho feminino no contexto estudado a partir das entrevistas realizadas.

As causas das principais dificuldades apontadas nas entrevistas são de origem estrutural, portanto, ações pontuais não são suficientes para solucionar essas questões. Esse dado mostrou a necessidade de implementação eficaz de políticas de garantia de acesso a recursos básicos como água e energia elétrica, e vai de encontro com o apontado na abordagem *WEF Nexus*. A implementação de políticas de garantia de alimento só será totalmente eficaz, caso venha acompanhada de política que garantam esses outros recursos e seguranças básicos.

A pesquisa poderia ser ampliada para um número maior de participantes, caso existissem menos limitações para o trabalho de campo, o que ocorreu em decorrência das medidas de segurança em função da Pandemia de Covid-19. Para futuras pesquisas, fica a sugestão da realização de estudos similares em territórios nos quais o protagonismo feminino não é tão evidente. Além disso, abarcar também a percepção masculina dos efeitos da implementação dessas ações poderia trazer perspectivas complementares ao apresentado no presente estudo.

Referências Bibliográficas

ACÇÃO BRASILEIRA PELA NUTRIÇÃO E DIREITOS HUMANOS - ABRANDH. **O direito humano à alimentação adequada e o sistema nacional de segurança alimentar e nutricional**. Brasília: ABRANDH, 2013.

AGÊNCIA BRASÍLIA. **Mulheres rurais e autoridades debatem demandas do campo**. 2021a. Disponível em: <https://www.agenciabrasilia.df.gov.br/2021/11/18/mulheres-rurais-e-autoridades-debatem-demandas-do-campo/>. Acesso em: 10 jun. 2022.

AGÊNCIA BRASÍLIA. **Violência doméstica e qualidade de vida no campo em debate**. 2021b. Disponível em: <https://www.agenciabrasilia.df.gov.br/2021/12/10/violencia-domestica-e-qualidade-de-vida-no-campo/>. Acesso em: 10 jun. 2022.

ANDRADE, Rubstain Ramos de *et al.* Contribuições do programa de aquisição de alimentos (PAA) para a agricultura familiar do DF. *In: RODRIGUES, Jaqueline Fonseca (org.). Inovação, gestão e sustentabilidade*. Ponta Grossa: Atena, 2019., p. 171–186. DOI: 10.22533/at.ed.047191806.

AQUINO, Joacir Rufino de; SCHNEIDER, Sergio. O Pronaf e o desenvolvimento rural brasileiro: avanços, contradições e desafios para o futuro. *In: GRISA, Catia; SCHNEIDER, Sergio (Orgs.). Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2015. p. 53–81.

ARRUZZA, Cinzia; BHATTACHARYA, Tithi; FRASER, Nancy. **Feminismo para os 99%: Um manifesto**. São Paulo: Boitempo, 2019.

ARTICULAÇÃO NACIONAL DE AGROECOLOGIA - ANA. **Movimentos sociais apresentam solução emergencial de 1 bi para alimentar população vulnerável**. [S.l.]: Ana, 2020. Disponível em: <https://agroecologia.org.br/2020/04/08/paa-programa-de-aquisicao-de-alimentos-da-agricultura-familiar-comida-saudavel-para-o-povo/>.

ASSIS, Renato Linhares de. Globalização, desenvolvimento sustentável e ação local: o caso da agricultura orgânica 1. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, v. 20, n. 1, p. 79–96, 2003.

AUGUSTO, Filipe; LIMA, Xavier. Os programas PAA e PNAE e seus efeitos sobre um grupo de mulheres do Assentamento Lagoa do Serrote II. [S. l.], p. 311–336, 2018.

BATISTA, José Anderson do Nascimento; WENDLAND, Edson Cezar; FORMIGA, Klebber Teodomiro Martins. Prospecção das Interdependências entre Água, Energia e Alimento no Brasil. **Revista DAE**, [S. l.], v. 67, n. 218, p. 86–91, 2019. DOI: 10.4322/dae.2019.035.

BECHER, C.; KLANOVICZ, J. Mulheres Camponesas e os desafios do Acesso às Políticas Públicas para Igualdade de Gênero. **Revista Latino-americana de Geografia e Genero**, [S. l.], v. 7, n. 2, p. 159–177, 2016. DOI: 10.5212/rflag.v.7.i2.0010.

BERNARDI, Cecília Margarida. As mulheres participando nas cooperativas : olhares sobre o desenvolvimento rural. **Resumos do VIII Congresso Brasileiro de Agroecologia**, [S. l.], v. 8, n. 2, p. 25–28, 2013. Acesso em: 10 maio 2022.

BONI, V.; QUARESMA, Sj. Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em Ciências

Sociais. **Em Tese**, [S. l.], v. 2, n. 3, p. 68–80, 2005. Disponível em: http://www.emtese.ufsc.br/3_art5.pdf%5Cnhttp://scholar.google.com/scholar?hl=en&btnG=Search&q=intitle:Aprendendo+a+entrevistar+:+como+fazer+entrevistas+em+Ci?ncias+Sociais#0.

BOTELLO-PENALOZA, Hector Alberto; GUERRERO-RINCON, Isaac. Condiciones para el empoderamiento de la mujer rural en Colombia. **Entramado**, [S. l.], v. 13, n. 1, p. 62–70, 2017. DOI: 10.18041/entramado.2017v13n1.25135.

BRASIL. **Decreto nº 5.996 de 20 de dezembro de 2006**. Dispõe sobre a criação do Programa de Garantia de Preços para a Agricultura Familiar - PGPAF de que trata a Lei no 11.326, de 24 de julho de 2006, e o art. 13 da Lei no 11.322, de 13 de julho de 2006, para as operações contratadas sob a égide do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF, e dá outras providências. Brasília: Casa Civil, 2006b. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/decreto/d5996.htm. Acesso em: 10 maio 2022.

BRASIL. **Decreto nº 7.272, de 25 de agosto de 2010**. Regulamenta a Lei no 11.346, de 15 de setembro de 2006, que cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - SISAN com vistas a assegurar o direito humano à alimentação adequada, institui a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - PNSAN, estabelece os parâmetros para a elaboração do Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, e dá outras providências. Brasília: Casa Civil, 2010. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7272.htm. Acesso em: 10 maio 2022.

BRASIL. **Lei no 10.696, de 2 de julho de 2003**. Dispõe sobre a repactuação e o alongamento de dívidas oriundas de operações de crédito rural, e dá outras providências. Brasília: Casa Civil, 2003. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.696.htm. Acesso em: 10 maio 2022.

BRASIL. **Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006**. Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências. Brasília: Casa Civil, 2006a. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111346.htm. Acesso em: 10 maio 2022.

BRASIL. **Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009**. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica; altera as Leis nos 10.880, de 9 de junho de 2004, 11.273, de 6 de fevereiro de 2006, 11.507, de 20 de julho de 2007; revoga dispositivos da Medida Provisória no 2.178-36, de 24 de agosto de 2001, e a Lei no 8.913, de 12 de julho de 1994; e dá outras providências. Brasília: Casa Civil, 2009. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/111947.htm. Acesso em: 10 maio 2022.

BRASIL. **Lei nº 12.188, de 11 de janeiro de 2010**. Institui a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária - PNATER e o Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária - PRONATER, altera a Lei no 8.666, de 21 de junho de 1993, e dá outras providências. Brasília: Casa Civil, 2010. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/112188.htm. Acesso em: 10

maio 2022.

BRASIL. **Lei nº 14.284, de 29 de dezembro de 2021.** Institui o Programa Auxílio Brasil e o Programa Alimenta Brasil; define metas para taxas de pobreza; altera a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993; revoga a Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004, e dispositivos das Leis nos 10.696, de 2 de julho de 2003, 12.512, de 14 de outubro de 2011, e 12.722, de 3 de outubro de 2012; e dá outras providências. Brasília: Casa Civil, 2021. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/114284.htm. Acesso em: 10 maio 2022.

BRASIL. Plano Nacional de Promoção das Cadeias de Produtos da Sociobiodiversidade. *In:* (Brasília: Grupo de Coordenação, Org.) 2009, Brasília - DF, Brasil. **Anais [...]**. Brasília - DF, Brasil p. 21. Disponível em: https://bibliotecadigital.seplan.planejamento.gov.br/bitstream/handle/123456789/1024/Plano_Sociobiodiversidade.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 10 maio 2022.

BRASÍLIA. **Lei nº 4.085, de 10 de janeiro de 2008.** Dispõe sobre a Política de Segurança Alimentar e Nutricional no âmbito do Distrito Federal e dá outras providências. Brasília: CLDFT, 2008. Disponível em: http://www.sinj.df.gov.br/sinj/Norma/56914/Lei_4085_10_01_2008.pdf. Acesso em: 10 maio 2022.

BRASÍLIA. **Lei nº 4.752, de 07 de fevereiro de 2012.** Dispõe sobre a criação do Programa de Aquisição da Produção da Agricultura – PAPA/DF e dá outras providências. Brasília: CLDFT, 2012. Disponível em: http://www.sinj.df.gov.br/sinj/Norma/70524/Lei_4752_07_02_2012.html#:~:text=Disp%C3%B5e%20sobre%20a%20cria%C3%A7%C3%A3o%20do,Art. Acesso em: 10 maio 2022.

CANAVESI, Flaviane *et al.* Relocalização de sistemas agroalimentares e análise da promoção da segurança alimentar e nutricional em ações públicas no Distrito Federal - Brasil. *In:* CONGRESO INTERNACIONAL DE AGROECOLOGÍA, 8, 2020. **Anais...**, Vigo, p. 191–201, 2020. ISBN 978-84-09-21743-4

CASTRO, César Nunes; PEREIRA, Caroline Nascimento. Agricultura familiar, assistência técnica e extensão rural e a política nacional de Ater. *In:* Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA. **Texto para discussão.** Brasília: Rio de Janeiro: Ipea, 2017, p. 48. ISSN 1415-4765. Disponível em: http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/8114/1/td_2343.PDF. Acesso em: 15 maio 2022.

CASTRO, Terena Peres de. Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA) e alimentos orgânicos no Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) do Distrito Federal (DF) de 2009 a 2018. 2019. 192 f., il. Tese (doutorado em Política SOCIAL)—Universidade de Brasília, Brasília, 2019. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/35696>. Acesso em: 15 maio 2022.

CAUME, David José. Segurança Alimentar, Reforma Agrária e Agricultura Familiar. **Revista da Pró-reitoria de Extensão e Cultura da Universidade Federal do Goiás**, Goiânia, v. 5, n. 1, 2017. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/revistaufg/article/view/49250>. Acesso em: 15 maio 2022.

CHORD DIAGRAM. [Gráficos elaborados pela autora com auxílio deste software]. Brasília: Chord Diagram: 2022.

COMPANHIA DE PLANEJAMENTO DO DISTRITO FEDERAL - CODEPLAN. **Segurança Alimentar e Nutricional no Distrito Federal**. Brasília DF: Codeplan, 2012. Disponível em: [http://www.codeplan.df.gov.br/images/CODEPLAN/PDF/Segurança Alimentar e Nutricional no DF.pdf](http://www.codeplan.df.gov.br/images/CODEPLAN/PDF/SegurançaAlimentar_e_Nutricional_no_DF.pdf).

COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO - CONAB. **Boletim da Agricultura Familiar**. Brasília – DF: Conab, 2021. Disponível em: <http://www.conab.gov.br>.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA - CONTAG. Secretaria de Mulheres Trabalhadoras Rurais. **Margaridas seguem em Marcha por desenvolvimento Sustentável com democracia, Justiça, Autonomia, Igualdade e Liberdade**. [s.l.]: CONTAG, 2015. Disponível em: https://www.proquest.com/scholarly-journals/discerns-special-education-teachers-about-access/docview/2477168620/se-2?accountid=17260%0Ahttp://lenketjener.uit.no/?url_ver=Z39.88-2004&rft_val_fmt=info:ofi/fmt:kev:mtx:journal&genre=article&sid=ProQ:ProQ%3Aed.

CONSELHO INTERNACIONAL DE CIÊNCIA - ISC. A Guide To SDG Interactions: From Science. **Conselho Internacional de Ciência**, [S. l.], v. 33, n. 7, p. 1–239, 2017. Disponível em: <https://www.modares.ac.ir/uploads/Agr.Oth.Lib.17.pdf>.

CONSELHO NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL - CONSEA. **Princípios e diretrizes de uma Política de Segurança Alimentar e Nutricional: Textos de Referência da II Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional**. Brasília: Gráfica e Editora Positiva; 2004, p. 1–80, 2004.

CORREIO BRAZILIENSE. Carreta da mulher vai ao assentamento da chapadinha nesta quinta (8/7). **Correio Braziliense**, Brasília, 8 jul, 2021. Disponível em: <https://www.correio braziliense.com.br/cidades-df/2021/07/4936304-carreta-da-mulher-vai-ao-assentamento-da-chapadinha-nesta-quinta--8-7.html>. Acesso em: 31 maio. 2021.

CUSTÓDIO, Marta Battaglia; YUKA, Tânia; CAVALLINI, denise. Política de segurança alimentar e nutricional no Brasil: uma análise da alocação de recursos. **Rev Panam Salud Publica**, [S. l.], v. 33, n. 2, p. 144–150, 2013.

DEUS, Katty Hellen da Costa de. **Assistência técnica e extensão rural no âmbito do desenvolvimento rural sustentável sob a perspectiva dos agricultores do assentamento Pequeno William – Planaltina/DF**. 2018. 45 f., il. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Engenharia Florestal)—Universidade de Brasília, Brasília, 2018.

DISTRITO FEDERAL. **Decreto n. 24.255, de 27 de novembro de 2003**. Dispõe sobre o zoneamento ambiental da Área de Proteção Ambiental da Cafuringa. Brasília, DF, 2003. Disponível em:

http://www.sinj.df.gov.br/sinj/Norma/44071/Decreto_24255_27_11_2003.html. http://www.sinj.df.gov.br/sinj/Norma/44071/Decreto_24255_27_11_2003.html.

EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL DO DISTRITO FEDERAL - GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL - Emater / DF. **GDF leva ao Assentamento Chapadinha serviços que beneficiam mulheres**. Brasília: Emater, 2021a. Disponível em: <https://emater.df.gov.br/gdf-leva-ao-assentamento-chapadinha-servicos-que>

beneficiam-as-mulheres/. Acesso em: 10 jun. 2022.

EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL DO DISTRITO FEDERAL - GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL - Emater / DF. **Violência doméstica e empoderamento são discutidos em encontro de mulheres rurais**. Brasília: Emater, 2021b. Disponível em: <https://emater.df.gov.br/violencia-domestica-e-empoderamento-sao-discutidos-em-encontro-de-mulheres-rurais/>. Acesso em: 10 jun. 2022.

EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL DO DISTRITO FEDERAL - GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL - Emater / DF. **A Emater-DF**. Brasília: Emater, 2022. Disponível em: <https://emater.df.gov.br/a-emater-df/>. Acesso em: 25 jul. 2022.

ENGELMANN, Solange; PACHECO, Iris. Investimentos na Reforma Agrária e agricultura familiar são alternativas para crise no Brasil. **Reportagem MST**, 2 mar. 2021. Disponível em: <https://mst.org.br/2021/03/02/investimentos-na-reforma-agraria-e-agricultura-familiar-sao-alternativas-para-crise-da-seguranca-alimentar-no-brasil/>. Acesso em: 30 maio. 2022.

EQUIPE DE CONSERVAÇÃO DA AMAZÔNIA - ECAM. **O que é a Agenda 2030 e quais os seus objetivos**. [s.l.]: ECAM, 2022. Disponível em: <http://ecam.org.br/blog/o-que-e-a-agenda-2030-e-quais-os-seus-objetivos/>. Acesso em: 20 abr. 2022.

FAGUNDES, Michelli Reis Martins. **O Programa de Aquisição da Produção da Agricultura (PAPA/DF): estratégia de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN)**. 2019. 36 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Agronomia)—Universidade de Brasília, Brasília, 2019.

FONSECA, Michelle Amanda Da. **Questão agrária e produção de alimentos orgânicos no Distrito Federal** – o caso do acampamento Chapadinha Questão agrária e produção de alimentos orgânicos no Distrito Federal – o caso do acampamento Chapadinha. 2017. Universidade de Brasília, [S. l.], 2017.

FREITAS, Nikaelly Lopes de; PEIXOTO, Arnelle Rolim; MARTIN, Arkaitz Pascual. Ecofeminismo e agricultura familiar na América Latina. **Tensões Mundiais**, [S. l.], v. 7, n. 33, p. 133–155, 2020.

FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO - FNDE. **Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)**. 2017. Disponível em: <http://www.fnde.gov.br/index.php/programas/pnae/pnae-sobre-o-programa/pnae-historico>. Acesso em: 5 jul. 2021.

G1. Pequenos agricultores do DF aliam produção de orgânicos com preservação do Cerrado. **G1**, 8 ago. 2022. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/agronegocios/globo-rural/noticia/2021/04/04/pequenos-agricultores-do-df-aliam-producao-de-organicos-com-preservacao-do-cerrado.ghtml>. Acesso em: 12 maio. 2022.

GALVANI, Giovanna. Marcha das Margaridas leva 100 mil mulheres do campo a Brasília. **Carta capital**, 2019. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/sociedade/marcha-das-margaridas-leva-100-mil-mulheres-do-campo-a-brasilia/>. Acesso em: 30 maio. 2022.

GARCIA, Carla Cristina. **Breve História do Feminismo**. São Paulo: Claridade, 2015.

GENDER EQUALITY INDEX - EIGE. Gender equality. **Islamic Veiling In Legal**

Discourse, [S.L.], p. 88-119, 10 set. 2012. Routledge.
<http://dx.doi.org/10.4324/9780203117590-7>.

GIOVANAZ, daniel. dos 1.133 assentamentos no balanço do Incra de 2020, só dois são da gestão Bolsonaro. *Brasil de fato*, 15 mar. 2021. Disponível em:
<https://www.brasildefato.com.br/2021/03/15/dos-1-133-assentamentos-no-balanco-do-incra-de-2020-so-dois-sao-da-gestao-bolsonaro>. Acesso em: 25 jul. 2022.

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL - GDF. Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional - CAISAN. **I Plano Distrital de Segurança Alimentar e Nutricional**. Brasília: Caisan, 2013. Disponível em:
http://www.mds.gov.br/webarquivos/arquivo/seguranca_alimentar/caisan/Publicacao/Caisan_Estadual/3Plano_Estadual_DF.pdf. Acesso em: 15 maio 2022.

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL - GDF. Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional - CAISAN. **II Plano Distrital de Segurança Alimentar e Nutricional**. Brasília: Caisan, 2018. Disponível em: <https://www.sedes.df.gov.br/ii-plano-de-seguranca-alimentar-nutricional/#:~:text=II Plano Distrital de Segurança Alimentar Nutricional se constitui no,à alimentação adequada e saudável>. Acesso em: 15 maio 2022.

GRISA, Catia; SCHNEIDER, Sergio. Três gerações de políticas públicas para a agricultura familiar e formas de interação entre sociedade e Estado no Brasil. *In: GRISA, Catia; SCHNEIDER, Sergio (Orgs.). Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2015. p. 19–53.

HEREDIA, Beatriz Maria Alásia de; CINTRÃO, Rosângela Pezza. Gênero E Acesso a Políticas Públicas No Meio Rural Brasileiro. *Revista Nera*, [S. l.], n. 8, p. 1–28, 2006. DOI: 10.47946/rnera.v0i8.1443.

IBGE. **IBGE e ANA lançam estudo sobre uso da água na agricultura de sequeiro no Brasil**. 2020. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/27409-ibge-e-ana-lancam-estudo-sobre-uso-da-agua-na-agricultura-de-sequeiro-no-brasil#:~:text=Considerando-se o total da,captada em mananciais superficiais e>. Acesso em: 15 set. 2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Censo Agropecuário 2017: resultados definitivos**. 2017. Disponível em:
<https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-agropecuario/censo-agropecuario-2017>. Acesso em: 12 jul. 2022.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA. **Fomento Mulher: autonomia para a beneficiária do campo**. 2021. Disponível em:
<https://www.gov.br/incra/pt-br/assuntos/noticias/fomento-mulher-autonomia-para-a-beneficiaria-do-campo>.

INTINI, João Marcelo; CUNHA, Altivo R. A. de Almeida. Quando o poço não tem fundo: os efeitos de uma agenda conservadora nas políticas públicas para o campo. *In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL (SOBER)*, 59, 2021. **Ações Coletivas e resiliência: inovações políticas, socioeconômicas e ambientais**. [S. l.], v. 6, 2021.

ISC. A Guide To SDG Interactions : From Science. **Conselho Internacional de Ciência**, [S.

l.], v. 33, n. 7, p. 1–239, 2017. Disponível em:
<https://www.modares.ac.ir/uploads/Agr.Oth.Lib.17.pdf>.

JESUS, Laís Siqueira de. **Estudo de caso sobre o Programa Nacional de Alimentação no DF e entorno**: dificuldades, desafios, potencialidades e facilidades. 2018. 52 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Gestão de Agronegócios) - Universidade de Brasília, Brasília, 2018. Disponível em: <https://bdm.unb.br/handle/10483/25922>. Acesso em: 12 maio. 2022.

KASSIE, Menale; NDIRITU, Simon Wagura; STAGE, Jesper. What determines Gender Inequality in Household Food Security in Kenya? Application of Exogenous Switching Treatment Regression. **World development**, [S. l.], v. 56, p. 153–171, 2014. DOI: 10.1016/j.worlddev.2013.10.025. Disponível em:
<http://dx.doi.org/10.1016/j.worlddev.2013.10.025>.

KÖLLER, Hans-Christoph. Hermeneutik. In: BOHNSACK, Ralf; MAROTZKI; WINFRIED; MEUSER, Michael (org.). **Hauptbegriffe Qualitativer Sozialforschung**. Ein Wörterbuch. [s.l.] : Opladen: Leske u. Budrich (UTB), 2003.

KROLL, Christian; WARCHOLD, Anne; PRADHAN, Prajal. Sustainable development Goals (SDGs): Are we successful in turning trade-offs into synergies? **Palgrave Communications**, [S. l.], v. 5, n. 1, p. 1–11, 2019. DOI: 10.1057/s41599-019-0335-5. Disponível em:
<http://dx.doi.org/10.1057/s41599-019-0335-5>.

LEÃO, Marília Mendonça; MALUF, Renato S. **A construção social de um sistema público de segurança alimentar e nutricional: a experiência brasileira**. [s.l.] : Abrandh e Oxfam, 2012. Disponível em: <http://www.abrandh.org.br/download/20121015153739.pdf>.

LEITE, Acácio Zuniga; TUBINO, Nilton Luís Godoy; SAUER, Sergio. Políticas públicas para terra e território: um olhar prospectivo sobre os próximos quatro anos no campo brasileiro. In: POCHMANN, Márcio; AZEVEDO, José Sergio Gabrielli de. **Brasil: incertezas e submissão?** São Paulo, Editora Perseu Abramo, 2019, p. 171-190.

LIMA, Elida Lourenço *et al.* Crédito Rural: Uma análise da atuação e características do PRONAF Mulher. **Informe Econômico**, [S. l.], v. 16, n. 32, p. 22–29, 2014.

LIMA, Samuel Rodrigo Pereira. **Operacionalização das políticas públicas sociais pelo BNB**: o caso do Pronaf. 2021. Trabalho de Conclusão de Curso (Administração Pública) - Universidade Federal do Alagoas -UFAL, Alagoas, 2021.

LISBOA, Teresa Kleba; LUSA, Mailiz Garibotti. desenvolvimento sustentável com perspectiva de gênero - Brasil, México e Cuba: Mulheres protagonistas no meio rural. **Revista Estudos Feministas**, [S. l.], v. 18, n. 3, p. 871–887, 2010. DOI: 10.1590/S0104-026X2010000300013.

LIU, Jianguo *et al.* Nexus approaches to global sustainable development. **Nature Sustainability**, [S. l.], v. 1, n. 9, p. 466–476, 2018. DOI: 10.1038/s41893-018-0135-8. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1038/s41893-018-0135-8>.

LOURENÇO, Lorena. Marcha das Margaridas: desafio, aos 15 anos, é fim da violência contra a mulher. **Agência Brasil**, 12 ago. 2015. Disponível em:
<https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2015-08/marcha-das-margaridas->

desafio-aos-15-anos-e-fim-da-violencia-contra. Acesso em: 30 maio. 2022.

MADER, Helena. Área do Parque Nacional pode crescer. **Correio Braziliense**, 4 maio 2010. Disponível em:

https://www.correio braziliense.com.br/app/noticia/cidades/2010/05/04/interna_cidadesdf,190308/area-do-parque-nacional-pode-crescer.shtml. Acesso em: 25 maio. 2022.

MARTINS, Matheus Guimarães. **Cooperativismo, Agroindústria da Agricultura Familiar e Mercado**: um estudo de caso da COOPERCUC/BA. 2016. 147 f., il. Dissertação (Mestrado em Agronegócios)-Universidade de Brasília, Brasília, 2016.

MATTOS, Luciano Mansor de. Austeridade fiscal e desestruturação das políticas públicas voltadas à agricultura familiar brasileira. **Friedrich Ebert Stiftung Brasil**, São Paulo, v. 39, 2017.

MEDEIROS, Leonilde Servolo de. Luta por reforma agrária no Brasil contemporâneo: entre continuidades e novas questões. *In*: GRISA, Catia; SCHNEIDER, Sergio (Orgs.). **Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2015. p. 339–359.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO - MAPA. Agricultura Familiar. **Notícias**, 2019. Disponível em: <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/agricultura-familiar/agricultura-familiar-1>. Acesso em: 1 jul. 2021.

MINISTÉRIO DA CIDADANIA. **Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)**. Brasília: MC, 2019. Disponível em: <http://mds.gov.br/assuntos/seguranca-alimentar/programa-de-aquisicao-de-alimentos-paa>. Acesso em: 5 jul. 2021.

MOLINA, Caroline Buosi; LEITE, Acácio Zuniga. **Análise da implementação de crédito instalação na modalidade fomento mulher no período 2014-2017**. Brasília, January, 2019.

MOURA, Iracema Ferreira de; SOUZA, Cláudia de; CANAVESI, Flaviane. Agroecologia nas políticas públicas e promoção da segurança alimentar e nutricional. **Segurança Alimentar e Nutricional**, [S. l.], v. 23, p. 1019, 2016. DOI: 10.20396/san.v23i0.8635617.

NEUMANN, Pedro Selvino; DALBIANCO, Vinicius Piccin; ZARNOTT, Alisson Vicente. A política pública de extensão rural em assentamentos da reforma agrária: a construção de um sistema pluralista descentralizado. *In*: GRISA, Catia; SCHNEIDER, Sergio (Orgs.). **Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2015. p. 401–425.

NILSSON, Måns; GRIGGS, dave; VISBECK, Martin. Policy: Map the interactions between Sustainable development Goals. **Nature**, [S. l.], v. 534, n. 7607, p. 320–322, 2016. DOI: 10.1038/534320a.

NOGUEIRA, Mylena. **Localização pré-assentamento Chapadinha**: [mapa 1 deste trabalho]. Brasília: Datum WGS 84, 2022.

NOGUEIRA, Virgínia Gomes de Caldas; MARCELINO, Maria Quitéria dos Santos. **Agricultura familiar no DF e Entorno se reinventa na pandemia, diz Embrapa**. 2021. Disponível em: <https://agroemdia.com.br/2021/05/03/agricultura-familiar-no-df-e-entorno-se-reinventa-na-pandemia-diz-embrapa/>. Acesso em: 5 jul. 2022.

NUNES, Fábio Ramos. **Uma análise da política de ater no DF e entorno**. 2018. Universidade de Brasília, [S. l.], 2018.

OFRENEO, Rosalinda Pineda; HEG, Mylene D. Women's solidarity economy initiatives to strengthen food security in response to disasters: Insights from two Philippine case studie. **Disaster Prevention and Managemen**, [S. l.], v. 25, n. 2, p. 168–182, 2016. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1108/DPM-11-2015-0258>.

OLIVEIRA, Anelise Rizzolo De et al. **Caderno metodológico para a formação de multiplicadores em SAN/DHAAS Rede de Apoio à Implementação do SISAN na região Centro-Oeste (RAIS/CO)**. Brasília - DF. DOI: 10.1017/CBO9781107415324.004. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1016/j.tws.2012.02.007>.

OLIVEIRA, Victor Moura e Silva de. **O Pronaf verde no Distrito Federal: análise do acesso ao crédito entre os anos de 2013-2021**. 2021. 88 f., il. Dissertação (Mestrado em Meio Ambiente e desenvolvimento Rural) — Universidade de Brasília, Brasília, 2021.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A ALIMENTAÇÃO E A AGRICULTURA - FAO. **O Estado da segurança alimentar e nutricional no Brasil: um retrato multidimensional: relatório 2014**. Brasília: FAO, 2014.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO - OIT. **Empower rural women, end poverty and hunger**. [S. l.], n. 193, p. 1–4, 2012.

PAULILO, Maria Ignez S. O Peso do Trabalho Leve. **Revista Ciência Hoje**, [S. l.], v. 28, 1987.

RAMOS, Crystiane Pontes. Mulheres Rurais Atuando No Fortalecimento da Agricultura Familiar Local. **GÊNERO**, [S. l.], v. 15, n. 1, p. 29–46, 2014.

RAMOS, Guilherme Menezes. **Políticas públicas para a agricultura familiar: o caso do Programa de Aquisição da Produção da Agricultura do Distrito Federal**. 2013. [46] f., il. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Gestão do Agronegócio) - Universidade de Brasília, Planaltina-DF, 2013.

RAMOS, Thaisa da Silva. **Autonomia econômica das mulheres agricultoras do Assentamento Pequeno William (DF) no âmbito do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)**. 2018. 61 f., il. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Gestão Ambiental)–Universidade de Brasília, Planaltina-DF, 2018.

RAMOS, Thaisa da Silva. **Contribuições do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) para a autonomia econômica das mulheres agricultoras do assentamento Chapadinha (DF)**. 2021. 154 f., il. Dissertação (Mestrado em Meio Ambiente e desenvolvimento Rural) - Universidade de Brasília, Brasília, 2021.

RÉGIS, Tovinho; ALVES, Schirlei. Como a redução de recursos destinados à segurança alimentar afeta a população brasileira. **Brasil de Fato**, [S. l.], 2022. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2022/03/19/como-a-reducao-de-recursos-destinados-a-seguranca-alimentar-afeta-a-populacao-brasileira>.

ROSADO, Ana Paula Nery; OLIVEIRA, Roseli Garcia Medeiros da Cunha; CAMBIAGHI, Bruna Maria Heckler. Políticas públicas e desenvolvimento sustentável: o caso do pré-

assentamento Chapadinha, **Diálogos e experiências**, Brasília, 2017.

SABOURIN, Eric *et al.* Le démantèlement des politiques publiques rurales et environnementales au Brésil. **Cahiers Agricultures**, [S.L.], v. 29, p. 31, 2020. EDP Sciences. <http://dx.doi.org/10.1051/cagri/2020029>.

SANGALLI, Adriana Rita *et al.* Associativismo na agricultura familiar: contribuições para o estudo do desenvolvimento no assentamento rural Lagoa Grande, em dourados (MS), Brasil. **Organizações Rurais & Agroindustriais**, [S. l.], v. 17, n. 2, 2015. Disponível em: <http://revista.dae.ufla.br/index.php/ora/article/view/994>. Acesso em: 8 ago. 2022.

SANTINI, Sofia. **Localização do Assentamento Pequeno William**: [mapa 2 deste trabalho]. Brasília: Datum WGS 84, 2022.

SANTOS, André Luiz Passos. **Análise: de volta ao vergonhoso Mapa da Fome**. Carta capital, 2021. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/economia/analise-de-volta-ao-vergonhoso-mapa-da-fome/>. Acesso em: 14 jul. 2021.

SCHMITT, Claudia Job; GRISA, Catia. Agroecologia, mercados e políticas públicas: uma análise a partir dos instrumentos de ação governamental. *In*: NIEDERLE, Paulo André; ALMEIDA, Luciano de; VEZZANI, Fabiane Machado. **Agroecologia: práticas, mercados e políticas para uma nova agricultura**. Curitiba: Kairós, 2013.

SCOPINHO, Rosemeire Aparecida. Sobre cooperação e cooperativas em assentamentos rurais. **Psicologia & Sociedade**, [S. l.], v. 1, p. 84–94, 2007. DOI: 10.1590/s0102-71822007000400012.

SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA, ABASTECIMENTO E DESENVOLVIMENTO RURAL - SEAGRI. **Editais**. Brasília: SEAGRI, 2021b. Disponível em: <https://www.agricultura.df.gov.br/editais-2/>. Acesso em: 13 mar. 2021.

SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA, ABASTECIMENTO E DESENVOLVIMENTO RURAL - SEAGRI. **Iniciadas as entregas do PAA em 2021**. Brasília: SEAGRI, 2021a. Disponível em: <https://agricultura.df.gov.br/iniciadas-as-entregas-do-paa-em-2021/>. Acesso em: 13 set. 2021.

SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA, ABASTECIMENTO E DESENVOLVIMENTO RURAL - SEAGRI. **Programa de aquisição da produção da agricultura – PAPA/DF**. Brasília: SEAGRI, 2018. Disponível em: <http://www.seagri.df.gov.br/programa-de-aquisicao-da-producao-da-agricultura-papadf/>. Acesso em: 5 jul. 2021.

SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA, ABASTECIMENTO E DESENVOLVIMENTO RURAL - SEAGRI. **Urdas facilita comercialização de alimentos da agricultura familiar**. Brasília: SEAGRI, 2013. Disponível em: <https://www.ruralcentro.com.br/noticias/urdas-facilita-comercializacao-de-alimentos-da-agricultura-familiar-66404>. Acesso em: 13 set. 2021.

SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL - SEEDF. **Chamadas públicas**. Brasília: SEEDF, 2021. Disponível em: <https://www.educacao.df.gov.br/chamadas-publicas/>. Acesso em: 13 set. 2021.

SILIPRANDI, Emma. Mulheres agricultoras no Brasil: sujeitos políticos na luta por soberania e segurança alimentar. **Pensamiento Iberoamericano**, [S. l.], v. 9, p. 171–183, 2011.

SILIPRANDI, Emma; CINTRÃO, Rosângela. As mulheres agricultoras no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). **Segurança Alimentar e Nutricional**, [S. l.], v. 18, n. 2, p. 13, 2015. DOI: 10.20396/san.v18i2.8634675.

SILVA, Diego Ruas. **Inventário florestal participativo no Assentamento Pequeno William, Planaltina –DF**. 2016. 38 f., il. Trabalho de conclusão de curso (Bacharelado em Engenharia Florestal)—Universidade de Brasília, Brasília, 2016.

SILVA, Enid Rocha Andrade. Efeitos da previdência social rural sobre a questão de gênero. *In*: Guilherme DELGADO; José Celso CARDOSO Jr. (orgs.). **A universalização de direitos sociais no Brasil: a Previdência Rural nos anos 90**. Brasília: IPEA, 2000. p.101-30.

SILVA, José Graziano da (org.). **do Fome Zero ao Zero Hunger: Uma perspectiva global**. Roma: FAO, 2019. Disponível em: <https://ifz.org.br/wp-content/uploads/2021/10/do-Fome-Zero-ao-Zero-Hunger.pdf>. Acesso em: 12 maio. 2022.

SILVESTRO, Milton Luiz *et al.* **Os impasses sociais da sucessão hereditária na agricultura familiar**. Brasília: Nead, 2001.

SIMPSON, Gareth B.; JEWITT, Graham P. W. The development of the water-energy-food nexus as a framework for achieving resource security: A review. **Frontiers in Environmental Science**, [S. l.], v. 7, n. FEB, p. 1–9, 2019. DOI: 10.3389/fenvs.2019.00008.

SOUZA, Adriana Fernandes. A militância feminina na Educação do Campo - uma entrevista de Adriana Fernandes Souza para a RCC. **Revista Com Censo: Estudos Educacionais do Distrito Federal**, [S.l.], v. 5, n. 4, p. 148-150, nov. 2018. ISSN 2359-2494. Disponível em: <http://www.periodicos.se.df.gov.br/index.php/comcenso/article/view/582>. Acesso em: 08 ago. 2022.

SOUZA, Jânia Maria Pinho; VALENTE JÚNIOR, Airton Saboya; MACIEL, Iracy Soares Ribeiro. **Avaliação do Pronaf B no Banco do Nordeste do Brasil S.A**. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2010. [Série Avaliação de Políticas e Programas do BNB, n.8]

TAYLOR, Richard. Understanding social equity and sustainability interactions in the Sustainable development Goals: Gender differences in food security. **Stockholm Environment Institute - Policy Brief**, [S. l.], 2017.

TEIXEIRA, Luana da Silva. Contribuições da política de segurança alimentar e nutricional para o fortalecimento e emancipação das mulheres camponesas de Sergipe. *In*: COLÓQUIO INTERNACIONAL "EDUCAÇÃO E CONTEMPORANEIDADE", 9, 2015, São Cristóvão. **Anais eletrônicos...** São Cristóvão: EDUCON, 2015. Disponível em: http://educonse.com.br/ixcoloquio/publicacao_eixos.asp. Acesso em: 19 set. 2021.

TOOGE, Rikardy. Ministra da Agricultura anuncia R\$ 500 milhões para apoiar compras de pequenos produtores durante o coronavírus. **G1**, 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/agronegocios/noticia/2020/04/08/ministra-da-agricultura-anuncia-r-500-milhoes-para-apoiar-compras-de-pequenos-produtores-durante-o-coronavirus.ghtml>. Acesso em: 14 set. 2021.

VIEZZER, Moema. Mulheres, Pragas e Venenos. **Rede Mulher de Educação**, [S. l.], 1996.

VOGT, Silmara Patrícia Cassol. **A construção social do mercado institucional de alimentos**: estudo de caso do Programa de Aquisição de Alimentos na Região Celeiro – RS. 2009. Dissertação (mestre em extensão rural) - Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2009.

WEF. Water Security: **The Water-Energy-Food-Climate Nexus**. [s.l: s.n.].

WELLER, Wivian. **A hermenêutica como método empírico de investigação**. [s.l: s.n.].

ZACARIAS, Nilson; FERREIRA, Barnabé. Mercado Institucional como Fortalecedor da Agricultura Familiar e Promotor da Segurança Alimentar e Nutricional. **Revista Capital Científico - Eletrônica (RCCe)**, [S. l.], v. 11, n. 2, p. 155–168, 2013.

Apêndice A: Roteiro entrevista

***INFORMACÕES BÁSICAS* (educação)**

Entrevistadora: Então, pra começar eu quero apenas colher algumas informações básicas sobre a senhora:

Nome?

Idade?

A senhora estudou até que série?

Estado civil? Se é casada, seu marido também trabalha na produção?

Possui filhos? Quantos? Qual é a idade? Meninos ou meninas? Eles te ajudam na produção?

***ACESSO À TERRA e ÁGUA e FORMA DE PRODUÇÃO* (produção)**

Entrevistadora: Então, pra começar, eu queria que a senhora me contasse um pouco da sua história como agricultora, como a senhora chegou aqui na Chapadinha? Você se considera uma produtora agroecológica? Quais são as técnicas de produção que você usa (sistemas agroflorestais, canteiros para hortas, etc)? como foi o processo para a conquista desse lote? Como é o acesso à água para para produção aqui? E pra consumo? (**CAPITAL NATURAL E FÍSICO**)

***PARTICIPACÃO EM ORGANIZAÇÕES NO ACAMPAMENTO* (produção)**

Entrevistadora: Legal, e a senhora faz parte da Associação (ASTRAF), correto? Quais benefícios a senhora enxerga em participar da Associação (participação em políticas públicas, compra de materiais e insumos pra produção, orientações técnicas de produção e comercialização, certificação da produção, trocas de produtos e mão de obra entre os participantes, etc)? A senhora acha que existe alguma distinção entre homens e mulheres aqui na Associação (se existe alguma dificuldade em conseguir as coisas por ser mulher)? Como foi que o grupo de mulheres surgiu? Quais benefícios você acha que fazer parte desse grupo traz pra você? (**CAPITAL SOCIAL**)

***PROGRAMAS DE COMPRAS INSTITUCIONAIS* (produção, disponibilidade, acesso à alimentação, renda)**

Entrevistadora: A senhora participa ou já participou de algum programa de compras institucionais do governo, como o PAA, o PNAE ou o PAPA – DF? De qual? Quando? A

senhora participa desses programas com o seu nome mesmo (ou é pela Associação ou é o nome do cônjuge)?

- No período que participou desses programas a senhora acha que a sua carga de trabalho mudou?

- A senhora teve que mudar a sua forma de produzir para participar desses programas (técnicas de produção e alimentos que costuma plantar)?

Como a senhora acha que a sua participação nesses programas impactou na sua:

- Qualidade de vida?

- Relação com os outros agricultores e agricultoras?

- Encontrou dificuldades para acessar esses programas por ser mulher?

- A senhora sente alguma mudança nesses programas nos últimos anos?

***CAPACITAÇÃO/APERFEICOAMENTO E ATER* (produção, disponibilidade, renda, educação)**

Entrevistadora: A senhora já participou de algum curso ou oficina de capacitação em técnicas de produção e comercialização? Esse curso foi proporcionado por quem (Associação, emater, outros grupos)? A senhora utiliza os serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural do governo? A senhora acha que existe alguma diferença entre agricultores mulheres e homens na hora de conseguir usar esses serviços de ATER? A senhora tem percebido alguma diferença na qualidade desses serviços nos últimos anos? (**CAPITAL HUMANO**)

***ACESSO A CREDITO/FINANCIAMENTOS* (produção, renda)**

Entrevistadora: A senhora já pegou algum empréstimo do governo para melhorar a sua produção e a sua comercialização? Qual (PRONAF ou algum outro)? Quando? E fomentos? A senhora acha que ser mulher influenciou alguma coisa no processo de pegar empréstimo? **(CAPITAL FINANCEIRO)**

***OUTROS MERCADOS* (renda)**

Entrevistadora: De que forma a senhora comercializa seus produtos (feiras, CSAs, redes de delivery, redes de supermercados, etc)? A senhora encontra problemas para comercializar os seus produtos? Quais? Qual diferença a senhora vê destas outras formas de comercializar em relação aos programas do governo? **(CAPITAL FINANCEIRO)**

***PROGRAMAS DO GOVERNO/ASSISTÊNCIA SOCIAL* (renda, acesso à alimentação)**

Entrevistadora: A senhora participa ou já participou de algum programa do governo que não foi citado nas perguntas desta entrevista, como o bolsa família ou algum outro programa social? Quando? Qual é a sua opinião sobre o impacto desse programa na sua vida? **(CAPITAL HUMANO)**

***PRODUÇÃO PARA AUTOCONSUMO* (acesso à alimentação)**

Entrevistadora: Os produtos utilizados para a sua alimentação e da sua família em casa são produzidos pela senhora mesmo? Alguma coisa mudou na sua produção para consumo próprio depois que começou a participar dos programas de compras institucionais que você participa/participou? A senhora encontra dificuldades para conciliar a produção para comercialização e para consumo próprio?

***SAÚDE E INFRAESTRUTURA* (saúde e acesso à serv de saúde)**

Entrevistadora: Quando a senhora fica doente ou precisa de algum serviço de saúde, a senhora é atendida aonde? Como é a o saneamento básico e coleta de lixo por aqui? Existe fossa séptica no seu lote? Foi construída por você? Possui acesso a energia elétrica? (**CAPITAL NATURAL E FÍSICO**)

***SER MULHER AGRICULTORA ***

Entrevistadora: Na sua opinião, você enfrenta alguma dificuldade para trabalhar como agricultora e comercializar seus produtos simplesmente por ser mulher? Se sim, quais? Você sentiu que participar de alguns dos programas citados nesta entrevista (PAA, PNAE, PAPA-DF, bolsa família) mudou alguma coisa em relação a estas dificuldades? Você sabe dizer quanto tempo em média você gasta com trabalhos domésticos?

Anexo A: Termos de uso de imagem e som

Termo de autorização para utilização de som de voz para fins de pesquisa

Eu, _____, autorizo a utilização do som da minha voz, na qualidade de entrevistada no projeto de pesquisa intitulado O Nexus Segurança Alimentar e Nutricional e empoderamento feminino: Contribuições para o Desenvolvimento Sustentável, sob responsabilidade de Marília Cerqueira Soares Martins Souto vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável (PPG-CDS) da Universidade de Brasília.

O som da minha voz pode ser utilizado apenas para análise da pesquisadora para alcance dos objetivos de pesquisa e para transcrição no corpo da dissertação (caso a pesquisadora deseje ressaltar alguma parte da entrevista).

Tenho ciência de que não haverá divulgação do som de voz por qualquer meio de comunicação, sejam eles televisão, rádio ou internet, exceto nas atividades vinculadas ao ensino e à pesquisa explicitadas acima. Tenho ciência também de que a guarda e demais procedimentos de segurança com relação ao som da minha voz são de responsabilidade da pesquisadora responsável.

Deste modo, declaro que autorizo, livre e espontaneamente, o uso para fins de pesquisa, nos termos acima descritos, do som da minha voz.

Este documento foi elaborado em duas vias, uma ficará com a pesquisadora responsável pela pesquisa e a outra com a participante.

Assinatura da participante

Assinatura da pesquisadora

Brasília, _____ de _____ de _____

Anexo B: Termos de Consentimento Livre e Esclarecido

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Você está sendo convidada a participar da pesquisa “O Nexus Segurança Alimentar e Nutricional e empoderamento feminino: Contribuições para o Desenvolvimento Sustentável” de responsabilidade de Marília Cerqueira Soares Martins Souto estudante de mestrado do Programa de Pós-Graduação do Centro de Desenvolvimento Sustentável (PPG-CDS) da Universidade de Brasília. O objetivo desta pesquisa é compreender a influência da promoção das dimensões da Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) no Distrito Federal no empoderamento das mulheres agricultoras do acampamento Chapadinha, localizado no Lago Oeste. Assim, gostaria de consultá-la sobre seu interesse e disponibilidade de cooperar com a pesquisa.

Você receberá todos os esclarecimentos necessários antes, durante e após a finalização da pesquisa, e lhe asseguro que o seu nome não será divulgado, sendo mantido o mais rigoroso sigilo mediante a omissão total de informações que permitam identificá-la. Os dados provenientes de sua participação na pesquisa, tais como entrevistas, gravação de áudio, ficarão sob a guarda da pesquisadora responsável pela pesquisa.

A coleta de dados será realizada por meio de realização de entrevistas abertas. É para este procedimento que você está sendo convidada a participar. Sua participação na pesquisa não implica em nenhum risco.

Espera-se com esta pesquisa comprovar a importância de políticas públicas que valorizem o trabalho realizado pelas mulheres agricultoras, além de demonstrar como as políticas públicas de promoção da SAN podem, mesmo que indiretamente, afetar o cotidiano dessas mulheres.

Sua participação é voluntária e livre de qualquer remuneração ou benefício. Você é livre para recusar-se a participar, retirar seu consentimento ou interromper sua participação a qualquer momento. A recusa em participar não irá acarretar qualquer penalidade ou perda de benefícios.

Se você tiver qualquer dúvida em relação à pesquisa, você pode me contatar através do telefone 61 99574-9009 ou pelo e-mail marilia.souto1@gmail.com.

A equipe de pesquisa garante que os resultados do estudo serão devolvidos aos participantes por meio de relatórios com a compilação dos resultados alcançados, podendo ser publicados posteriormente na comunidade científica.

Este projeto foi revisado e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais (CEP/CHS) da Universidade de Brasília. As informações com relação à assinatura do TCLE ou aos direitos do participante da pesquisa podem ser obtidas por meio do e-mail do CEP/CHS: cep_chs@unb.br ou pelo telefone: (61) 3107 1592.

Este documento foi elaborado em duas vias, uma ficará com o/a pesquisador/a responsável pela pesquisa e a outra com você.

Assinatura da participante

Assinatura da pesquisadora

Brasília, _____ de _____ de _____